

MESA DIRETORA FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ivo Som

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Ivo Som
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:

1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Célio Wanderley

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Ivo Som

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Águia Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Ivo Som
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

Atos Administrativos

SUMÁRIO	Extrato de Contrato - Processo nº 0.035/ALE/13	2
	Resolução nº 577/2013-DGP	2
	Resoluções de Afastamentos nº 196 a 207/2013	2
	Atos Legislativos - Atas Sessões Plenárias	
Ata da 2191ª Sessão Ordinária - Íntegra	4	
Ata da 2194ª Sessão Ordinária - Íntegra	17	

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h.

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665

NIURA CARDOSO DE SOUZA
Diretora Administrativa

JOÃO PAULO DE CARVALHO SILVA
Diagramação

ATOS ADMINISTRATIVOS

DA PRESIDÊNCIA: EXTRATOS DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO N.º : 0.035/ALE/13
 MODALIDADE –CARTA CONVITE nº 0002/ALE/2013
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO PARA ATENDER ESTA CASA LEGISLATIVA.
 CONTRATANTE: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 CNPJ: 34 808 220/0001-68
 CONTRATADO: CONSTRUTORA C & R LTDA.
 CNPJ: 08.815.252/0001-80
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01001.01031012.011/339039-101
 UNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores
 DATA DA ASSINATURA: 25/04/2013
 VIGÊNCIA: 25/04/2013 à 25/05/2013.
 VALOR: R\$ 75.378,54(SETENTA E CINCO MIL TREZENTOS E SETENTA E OITO REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS)
 CONTRATANTE: FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
 CONTRATADA: CIPRIANO COSTA PEREIRA FILHO
 Boa Vista-RR, 25 de abril de 2013.
Aias Viana Bento
 Superintendente Administrativo

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 577/2013-DGP
 A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,
RESOLVE
 Art. 1º EXONERAR a partir de 2 de Maio de 2013, o

servidor **FRANCIMAR OLIVEIRA DE ARAUJO**, do Cargo em Comissão de Assistente Especial II da Mesa Diretora, integrante do Quadro de Pessoal, de conformidade com o que dispõe a Resolução n.º 009/2011, de 22 de Julho 2011, publicado no Diário da Assembleia nº 1150 de 26/07/2011.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos de 2/05/2013.

Palácio Antônio Martins, 06 de maio de 2013.

Deputado Francisco de Sales Guerra Neto

Presidente

Deputado Jalsler Renier Padilha

1º Secretário

Deputado Remídio Monai Montessi

2º Secretário

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS

RESOLUÇÃO Nº 196/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **FERNANDO HEDER NOGUEIRA**, Matrícula 013889 e **ANA PAULA AMORIM SILVA**, Matrícula 012417, para viajarem com destino aos municípios de Caroebe, São Luiz do Anauá e Rorainópolis, no período de 07.05 a 11.05.2013, com a finalidade de participarem das Oficinas de Assessoramento Técnico Legislativo que se realizará naqueles municípios, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 06 de maio de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 197/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor **MARILSON GOMES DE OLIVEIRA**, Matrícula 009030, para viajar com destino a cidade de São Paulo-SP, no período de 13.05 a 17.05.2013, com a finalidade de participar do Curso OpenLDAP – Implementando Servidor de Autenticação, a ser realizado na empresa 4LINUX, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 06 de maio de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 198/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **JANE JOSÉ DA SILVA**, para viajar com destino a cidade de Recife-PE, no período de 21.05 a 24.05.2013, com a finalidade de participar da XVII Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 06 de maio de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 199/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **JOSÉ AFONSO OLIVEIRA FILHO**, Matrícula 012946, **RICARDO GOMES DOS SANTOS**, Matrícula 009701 e **JONAS CAVALCANTE TRINDADE**, Matrícula 009193, para viajarem com destino a cidade de Recife-PE, no período de 20.05 a 24.05.2013, com a finalidade de participarem da XVII Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 06 de maio de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 200/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **LIDIANE SOARES CAMELO**, Matrícula 012721, para viajar com destino a cidade de Natal-RN, no período de 15.05 a 19.05.2013, com a finalidade de participar do Congresso Internacional que se realizará naquela cidade, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 06 de maio de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 201/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS**, para viajar com destino a cidade de Recife-PE, no período de 20.05 a 27.05.2013, com a finalidade de participar da XVII Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais e Parlamento Amazônico, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 06 de maio de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 202/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**, para viajar com destino a cidade de Recife-PE, no período de 21.05 a 26.05.2013, com a finalidade de participar da XVII Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 06 de maio de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 203/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **FRANCISCO FLAMARION PORTELA**, para viajar com destino a cidade de Recife-PE, no período de 21.05 a 24.05.2013, com a finalidade de participar da XVII Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, com o tema: "Os desafios para o futuro que queremos", a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 06 de maio de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 204/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor **CLAUDIONOR CAVALCANTE DE ARAÚJO**, Matrícula 003057, para viajar com destino a cidade de Recife-PE, no período de 20.05 a 27.05.2013, com a finalidade de participar da XVII Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais e Parlamento Amazônico, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 06 de maio de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 205/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **JOSÉ RAIMUNDO RODRIGUES SILVA**, Matrícula 001913, **WERA TARCILA OLIVEIRA HABERT**, Matrícula 014066 e **JENNIFER SANTIAGO DO NASCIMENTO**, Matrícula 008426, para viajarem com destino a cidade de Recife-PE, no período de 19.05 a 26.05.2013, com a finalidade de participarem da XVII Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais e Parlamento Amazônico, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 06 de maio de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 206/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **GABRIEL FIGUEIRA PESSOA PICANÇO**, para viajar com destino a cidade de Recife-PE, no período de 20.05 a 25.05.2013, com a finalidade de participar da XVII Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, com o tema: "Os desafios para o futuro que queremos", a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 06 de maio de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 207/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **IONILSON SAMPAIO DE SOUZA**, para viajar com destino a cidade de Recife-PE, no período de 20.05 a 25.05.2013, com a finalidade de participar da XVII Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 06 de maio de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

**ATA DA 2191ª SESSÃO, EM 09 DE ABRIL DE 2013.
45º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.**

ORDINÁRIA
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA

Às nove horas do dia 09 de abril de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima nonagésima primeira Sessão Ordinária do quadragésimo quinto período legislativo da Sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário (Marcelo Natanael) – Senhor Presidente, há quorum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário, Deputado Chicão da Silveira - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Marcelo Natanael) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Memo. Nº 032/2013, de 08/04/2013, do Deputado Gabriel Picanço, encaminhando em anexo o atestado médico informando que ficará de licença médica por um período de 15 dias;

Memo. Nº 015/2013, de 05/04/2013, do Deputado Jean Frank, informando que estará ausente dos trabalhos na ALE/RR nos dias correspondentes entre 11 a 24 de abril do corrente ano;

Indicação S/N/2013, de 04/04/2013, do Deputado Jean Frank, sobre recuperação da Escola Estadual Índio Macuxi, localizada na Comunidade Napoleão, no Município de Normandia;

Memo Nº 027/2013, de 05/04/2013, do Deputado Ivo de Sousa Pereira, comunicando que no dia 09 de abril estará ausente da Sessão Plenária;

Proposta de Moção de Pesar S/N/2013, de 08/04/2013, do Deputado Jalser Renier;

Moção de Pesar aos familiares da Sra. Valcira Figueira da Silva, pelo seu falecimento ocorrido no dia 06 de abril do corrente ano.

EXTERNOS:

Mensagem Governamental Nº 021/2013, de 05/04/2013, à apreciação desta Casa Legislativa o Projeto de Lei que “a Altera a Tabela I do Anexo I, a Tabela I do Anexo II, ambas da Lei Nº 392, de 14 de agosto de 2003; revoga o Anexo III da Lei Nº 880, de 14 de dezembro 2012 e dá outras providências”;

Mensagem Governamental Nº 020/2013, de 05/04/2013, submetendo à apreciação o Projeto de Lei propondo alterações em

dispositivos das leis de Nº 392, de 14 de agosto de 2003 e 598, de 11 de junho de 2007;

Ofício Nº 0133/2013, de 04/04/2013, do Ministério Público de Contas, encaminhando a prestação de Contas do referido Ministério;

Representação Nº 04/2013, de 05/04/2013, do Ministério Público de Contas, oferecendo Representação C/C pedido de afastamento do Secretário Estadual de Saúde, Senhor Antônio Leocádio Vasconcelos Filho;

Ofício Nº 139/2013, de 05/04/2013, da Câmara Municipal de Boa Vista em resposta ao Ofício Nº 067/13;

Ofício Nº 005/2013, de 02/04/2013, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, informando que firmou um termo de cooperação com a Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes no dia 20 de março.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Marcelo Natanael) – Senhor Presidente, não há oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Senhoras e Senhores, neste momento, a Sessão será transformada em Comissão Geral, nos termos do artigo 153 do Regimento Interno e atendendo Requerimento nº 009/2013.

Senhoras e Senhores, bom dia. Neste momento, o Plenário será transformado em Comissão Geral, atendendo Requerimento 009/2013, de autoria de vários Deputados, aprovado na Sessão Plenária do dia 20 de março do corrente ano, oportunidade em que estará realizando audiência pública junto à Frente Parlamentar do Amazonas e Roraima em defesa da segurança de brasileiros em território venezuelano, através das Comissões Permanentes de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e Mercosul; Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias; e, Indústria, Comércio e Turismo, em conjunto, considerando que, a nosso ver, as autoridades de segurança venezuelana vêm descumprindo os artigos 9, 10 e 11 da Declaração dos Direitos Humanos.

Convidamos para compor a Mesa dos Trabalhos as seguintes personalidades:

Solicito ao Deputado Xingu que conduza à Mesa dos Trabalhos o Senhor Deputado Estadual pelo Amazonas, Abdala Fraxe – PTN, Presidente da Comissão de Direitos Humanos daquela Casa Legislativa, neste ato representando o Presidente da Assembleia do Estado do Amazonas, Deputado Josué Neto.

Convidamos o Senhor Deputado Jânio Xingu, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e das Minorias, que tome assento à Mesa.

Convidamos o senhor Deputado Brito Bezerra, Presidente da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, que tome assento à Mesa.

Convidamos o Senhor Deputado Dhiego Coelho, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e Mercosul, que tome assento à Mesa.

Convidamos o Vereador Hiran Nicolau – PSD, da Câmara Municipal de Manaus, para fazer parte da Mesa dos Trabalhos.

Solicito ao Senhor Deputado Naldo da Loteria, que conduza à Mesa dos Trabalhos o Senhor Deputado Federal Márcio Junqueira.

Solicito ao Senhor Deputado Marcelo Natanael, que conduza à Mesa dos Trabalhos o Senhor Vice-Prefeito de Pacaraima, Senhor Jonas Marcolino.

Solicito à Senhora Deputada Aurelina Medeiros, que conduza à Mesa dos Trabalhos o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pacaraima, Senhor Vereador Paulo Camilo.

Solicito ao Senhor Deputado Remídio Monai, que conduza à Mesa dos Trabalhos o Senhor Secretário adjunto da Secretaria Extraordinária para Assuntos Internacionais, Senhor Eduardo Bayma Oestreich.

Solicito ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio, que conduza à Mesa dos Trabalhos o Senhor Francisco Joacir de Freitas Luz, Chefe Geral da Embrapa – RR.

Solicito ao Senhor Deputado Célio Wanderley, que conduza à Mesa dos Trabalhos, o Senhor Secretário da Comissão de Relações Internacionais da OAB, Dr. Ângelo Peccini Neto.

Convidamos o Senhor Deputado Flamarion Portela para compor a Mesa dos Trabalhos, representando a Senhora Senadora Ângela Portela.

Convidamos a todos os presentes para, de pé, cantarmos o Hino Nacional.

Neste momento, fará uso da palavra o Presidente da Assembleia, Deputado Chico Guerra.

Convido o Senhor Deputado Coronel Chagas, para assumir a direção dos trabalhos.

Senhor Presidente, Coronel Chagas, Excelentíssimo Senhor Deputado Abdala Fraxe, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Estado do Amazonas que aqui representa o Senhor Deputado Josué Neto, Presidente da Assembleia do Estado do Amazonas; Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Urzeni Rocha Freitas; Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Márcio Junqueira; Excelentíssimo Senhor Vereador Hiran Nicolau, da Câmara Municipal de Manaus; Excelentíssimo Senhor Deputado Jânio Xingu, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa; Excelentíssimo Senhor Deputado Flamarion Portela, neste ato representando a Senadora Ângela Portela, que hoje pela manhã fez um contato com o Presidente desta Casa lamentando não poder estar aqui neste ato; Excelentíssimo Senhor Deputado Dhiego Coelho, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Exteriores e Mercosul; Excelentíssimo Senhor Deputado Brito Bezerra, Presidente da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo; Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito da cidade de Pacaraima, Jonas Marcolino; Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pacaraima, Vereador Paulo Camilo; Excelentíssimo Senhor Secretário Adjunto da Secretaria Extraordinária para Assuntos Internacionais; Eduardo Oestreicher. Excelentíssimo Senhor Secretário da Comissão Internacional da OAB, Dr. Ângelo Peccini. Ilustríssimo; Senhor Dr. Francisco Joacir, Chefe Geral da EMBRAPA; Excelentíssimo Senhor Presidente da Cooperativa dos Taxis de Pacaraima, Elenísio Ferreira e todos aqueles convidados que sofreram constrangimentos na Venezuela e estão aqui presentes; Senhor Luiz Soares, Diretor Geral do Centro de Cooperação Técnica no Interior; Diretor Geral de Cooperação Técnica do Amazonas, Elionay Vilela; nobres Senhores Deputados Estaduais, Deputada Aurelina Medeiros, a quem solicito que conduza a Vereadora Aline Rezende, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista, para compor a Mesa dos Trabalhos; demais autoridades presentes, imprensa local, meus senhores e minhas senhoras.

Nós sempre estamos atentos ao que ocorre no nosso país vizinho, a Venezuela. Tenho um trabalho de vinte anos com aquele país. Começamos com os garimpeiros e hoje estamos com os turistas. Não é admissível o que vem acontecendo, haja vista que ele queria entrar no Mercosul e que teve do Senador Romero Jucá um apoio muito grande, um apoio que veio no momento certo, pois, com o prestígio do nosso Senador Romero e dos demais senadores de Roraima, conseguimos fazer com que a Venezuela entrasse no Mercosul. E eu vi, lá em El Tigre, o Presidente Chaves homenagear o Senador Romero Jucá e os outros dois Senadores nossos, agradecendo em nome do povo Venezuelano pelo trabalho feito pelo Senador Romero Jucá naquele momento. Quando fazíamos intervenção em favor dos garimpeiros que lá eram presos e maltratados, assim como são maltratados nossos turistas, o Itamaraty ficava de costas para aquele problema. Hoje o povo venezuelano venera o Lula e gosta muito da Dilma, por isso tenho certeza de que podemos mudar e muito essa realidade. Graças a Deus, estivemos em Manaus haja vista que o número de turistas amazonenses é bem maior que o de Roraima e a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas abraçou nosso problema, haja vista a grande quantidade de pessoas, inclusive de Deputados, que foram maltratados e passaram por constrangimentos naquele país. O que queremos com essa audiência? Queremos que seja criada uma área de segurança entre a cidade de Santa Helena do Uairén até a cidade de Barcelona. Que seja criado neste trecho uma área de segurança, onde haverá uma vigilância ostensiva, principalmente na época do pique, onde existe o maior número de turistas, para que possamos dar aos nossos irmãos brasileiros que se dirigem àquele país um pouco mais de segurança. Nos últimos dois anos, a situação vem se agravando e os problemas cada dia aumentam mais, o que veio a culminar com o assassinato do nosso irmão e amigo Dinho. Nós não queremos que tenham outros Dinhos e por isso estamos aqui pedindo a vocês e aos nossos Deputados e aos colegas do Amazonas que façamos juntos esse trabalho de convencimento do Itamaraty em cima de todos os relatos que vamos ouvir aqui, para que ele possa, pelo menos agora, olhar esse assunto com mais carinho e mais determinação. Já foi aprovado na Câmara Federal um requerimento do Deputado Urzeni Rocha, está também marcado lá uma audiência Pública para que tratem desse assunto e que lá, também, seja feito um novo documento para ser encaminhado ao Itamaraty, no sentido de que esse problema seja, pelo menos, amenizado. Não podemos deixar que essas coisas aconteçam. A Venezuela está aí, é nossa irmã e é impossível que haja, por parte do poder público, por

parte da polícia venezuelana, esse tipo de constrangimento que vem sendo feito aos nossos irmãos brasileiros. Eu tenho certeza que nós iremos mudar essa realidade. No velório do Presidente Chavez, estive lá com o Governador Anchieta e tivemos um contato direto com o Governador de Bolívar, Francisco, que se manifestou no sentido de nos ajudar, porque entende que essa é uma ideia muito boa e que eles seriam o nosso abridor de portas na Venezuela, no sentido que isso fosse feito. Ele está com a nossa causa abraçada e temos certeza que o Governador Francisco Rangel irá fazer o máximo possível para que a gente consiga o que estamos querendo, uma vez que ele já vem fazendo, de forma muito simples, no seu Estado de Bolívar esse trabalho. Portanto, queremos agradecer a presença de cada um, que contribui, para que mudemos essa situação. Temos que ficar mais perto do povo venezuelano, que são nossos irmãos, pois o MERCOSUL está aí quase que pronto para que possamos ir e voltar a Venezuela com mais segurança e os venezuelanos que vem para cá, que não sejam retaliados pelas pessoas que sofrerem algum tipo de constrangimento na Venezuela, porque eles também são pessoas decentes, assim como são os nossos turistas que vão à Venezuela. Gostaria de agradecer a todos vocês e a plateia que está aqui presente, principalmente aos que prestarão seus depoimentos que, com certeza, irá mudar essa situação. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Estadual pelo Amazonas, Abdala Fraxe, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas – Senhor Presidente, antes de começar o meu pronunciamento, pediria a Vossas Excelências para que pudéssemos fazer um minuto de silêncio, em homenagem ao Hernandes Silva Gomes (Dinho), que foi morto na Venezuela. Em homenagem à sua família que está aqui presente, gostaria de prestar essa singela homenagem. (1 minuto de silêncio).

Senhores Deputados, amigos da imprensa, povo de Roraima que está aqui presentes hoje. Em seu nome, Senhor Presidente, vou fazer um agradecimento à Mesa composta nessa Audiência Pública e, em nome do deputado Ivo Som, quero agradecer também a todos os Deputados aqui presentes. Quando o Deputado Chico Guerra chegou na Assembleia Legislativa do Amazonas para levar esse problema que aflige, de maneira demasiada, a população de Roraima e também a população do Amazonas, o Deputado Josué Neto, que também é do Amazonas, me incumbiu de participar e de organizar a nossa Audiência Pública em Manaus, que vai acontecer daqui a mais ou menos trinta dias. Fiquei muito feliz em ter sido designado para vir participar desta audiência pública aqui no nosso Estado. A felicidade, Senhor Presidente, antes de adentrar nesse assunto, é pelo simples fato de que eu, assim como a maioria de vocês, também ser um macuxi, um roraimense que partiu há 30 anos desta cidade para estudar e não voltou mais, apenas para passear, e a emoção até toma conta da gente neste momento. Fico muito feliz em estar aqui na minha terra natal participando no Plenário desta Assembleia, plenário este pelo qual andei muitas e muitas vezes, mas na época de Palácio da Cultura, onde alunos eram atendidos para fazerem seus trabalhos. Mas, Senhor Presidente, este assunto é importantíssimo. Nós, na Comissão de Defesa do Consumidor do Amazonas, recebemos denúncias, praticamente toda a semana, desses maus tratos, dessa maneira desonesta e errada com que os amazonenses são tratados na Venezuela, e acredito que a iniciativa de Vossa Excelência foi importantíssima, no sentido de minorar todas essas dificuldades e necessidades que tanto o nosso povo está tendo naquele país. Fico profundamente constrangido de, em uma Audiência Pública como esta, relatar fatos ocorridos ao povo do Amazonas em relação a essas atrocidades, porque insegurança, Deputados, nós temos em todos os cantos do mundo, agora, quando você é achacado, quando você é maltratado pela autoridade policial do Estado constituído, isso nos indigna e nos causa revolta, isso nos deixa em uma situação de não entender como um país que hoje depende muito mais do Brasil do que nós deles, trata os turistas brasileiros como estão sendo tratados. Eu aqui, Presidente, disse até que se a gente usasse o lado econômico para resolver essa situação, talvez fosse resolvida de uma maneira bem rápida. Se a fronteira com a Venezuela fosse fechada por 60 dias, tenho certeza absoluta que os próprios comerciantes venezuelanos, os próprios hotéis, os próprios cassinos, as próprias casas noturnas de show fariam injunções ao governo daquele Estado, para que o tratamento fosse melhor, fosse digno. Eu sou de um tempo, Deputado Chico Guerra, em que a balança comercial daquele País conosco era, exatamente, o que é hoje. Eu, com meus 10, 12 anos de idade, no balcão da loja do meu pai, ali na Jaime Brasil, na Loja Bandeirantes, os Venezuelanos eram conhecidos como os famosos “damedois” e a gente

os tratava com o maior carinho e atenção, porque eles chegavam aqui e o dinheiro deles era mais forte que o brasileiro e a gente tinha por orientação familiar e até pelo jeito que o brasileiro também tem de tratar bem todos os que chegam aqui. Tratávamos eles com toda atenção e carinho. Infelizmente para eles e felizmente para nós, essa situação hoje se inverteu, somos nós que estamos indo para lá e eu não consigo entender como as pessoas que vão levar o desenvolvimento econômico para uma nação, para um país, podem ser tratadas da forma como estamos sendo tratados. Acredito que essa Audiência Pública, junto com a de Manaus, vão nos dar um embasamento legal e jurídico para que nós possamos cobrar do Governo Federal, que é quem tem a obrigação legal, que é quem tem a competência internacional para poder questionar o governo venezuelano em relação a isso, e o Itamaraty precisa ser acionado. Mais uma vez não pode ser esquecida, mais uma vez não pode ser deixada para trás numa situação tão constrangedora como essa. Tenho certeza que a bancada de Deputados Federais e Senadores de Roraima e do Amazonas não vão deixar de nos apoiar nesse pleito junto ao Itamaraty, junto à Presidente Dilma e aí nós poderemos ter uma convivência pacífica e positiva, tanto para nós brasileiros como para os venezuelanos. É isso que eu entendo como correto e é para isso que estamos fazendo essa audiência, porque, muito diferentemente das pessoas acharem que quando os políticos se reúnem é para ter muito blá, blá, blá e pouco resultado prático, tenho certeza absoluta que o resultado prático dessa audiência pública, bem como a de Manaus, vai trazer resultados positivos para essa dificuldade que o povo de Roraima e o povo do Amazonas enfrentam hoje. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado Jânio Xingú – Senhor Presidente Chico Guerra, em nome do qual quero referendar a todos os Deputados desta Casa, da qual faço parte. Deputados Federais Márcio Junqueira e Urzeni Rocha. Hoje é um dia muito importante para o Estado de Roraima. Essa brilhante iniciativa do Deputado Chico Guerra, lembrou-me que é nos momentos difíceis que os grandes guerreiros têm coragem de botar a cara para dar um grito e foi nesse momento oportuno que Vossa Excelência buscou uma sinergia com a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, para que nós achássemos um caminho e construíssemos um documento para que o povo brasileiro, para que os turistas brasileiros que vão à Venezuela, e lá geram receitas, possam ter felicidade e não constrangimentos e maus tratamentos. A Venezuela deve dar segurança e respeito aos brasileiros, esse é o principal objetivo dessa Audiência Pública e da que irá acontecer, dentro de um mês, no Estado do Amazonas. Presidente, queria pedir a Vossa Excelência, pois estive conversando com a esposa do empresário Dinho e até hoje sequer o carro da família e seus pertences pessoais foram entregues. Queria sugerir a Vossa Excelência que a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Relações Internacionais desta Casa pudessem acompanhar a viúva até a Venezuela, para que ela possa procurar as autoridades competentes daquele país e aí, Eduardo, Vossa Excelência que tem feito um trabalho brilhante à frente da Secretaria de Relações Internacionais, para que nós possamos acompanhá-la àquele país para ver se realmente está sendo feita a justiça com relação ao assassinato de seu marido e para que possa trazer de volta seus pertences que ainda estão presos na Venezuela. Quero pedir aos Deputados Federais Márcio Junqueira e Urzeni Rocha, que estão presentes aqui nesta audiência; quero pedir ao Deputado Flamarion Portela, que aqui representa a sua esposa, Senadora Ângela Portela, para que essas audiências não sirvam apenas para um momento de reflexão, mas que possamos, realmente, construir um documento e que os Deputados Federais do Estado de Roraima, do Estado do Amazonas, bem como os Senadores, possam se unir nessa sinergia e intervir junto ao Ministério de Relações Exteriores, para que os resultados apareçam na prática. O Deputado Estadual é limitado e tudo o que nós podemos fazer nós já começamos a fazer hoje, a audiência pública. Ouvir relatos, depoimentos, mobilizar, sensibilizar, mas nós não podemos atuar no Itamaraty porque a nossa prerrogativa tem limites, e aí entram os Deputados Federais e Senadores. Quero terminar o meu discurso dizendo que me sinto feliz e estou à disposição, bem como outros Deputados, para acompanharmos a viúva até a Venezuela, para que essa família não sofra tanto, pois já sofreram todas as humilhações possíveis ao perder seu ente querido naquele país. Quero terminar o meu discurso dizendo que é nos momentos mais difíceis que encontramos coragem, que somos firmes, porque foi no momento difícil que o homem que mais sofreu violência de direitos humanos no mundo, que era Nelson Mandela, que, quando preso, seus assessores o visitavam e diziam: “Nelson, o que nós deveremos fazer”? E ele respondia: “Estou preso, vão às ruas, vão convencer o povo da

África de que o nosso discurso é o melhor. Nem que a noite seja longa demais, o dia haverá de nascer e o sol haverá de brilhar no céu da África”. Muito obrigado.

O Senhor Presidente Chico Guerra - Neste momento, chamaremos as pessoas que darão o depoimento.

O Senhor Francisco Joacir de Freitas – Bom dia a todos. Gostaria de saudar a mesa em nome do eminente Deputado Chico Guerra e a todos os presentes. Não é fácil vir aqui, porque esse filme fica passando na cabeça da gente. Ficar com uma pistola apontada no vazio e um punhal no pescoço dentro do próprio veículo, é uma situação muito constrangedora, é um filme que não gosto de ver passando. Fiquei muito consternado, também, com o que aconteceu com o Dinho, que era nosso amigo e estamos aqui de pronto, vencendo a emoção, para nos posicionarmos contra esses absurdos. Estava construindo uma casa em Pacaraima e sempre ia até Santa Elena comprar material de construção. Em um feriado, sexta-feira, estávamos na cidade, e saímos eu e minha namorada, na época, para comprarmos alguns materiais de construção na ferreteria, do lado de lá da fronteira, em um comércio muito comum. Passamos à primeira alcabala, na segunda alcabala, em frente ao quartel do exército, na saída da alcabala, fomos abordados por dois rapazes fardados, com a farda do exército venezuelano e um outro rapaz junto com ele. Os três, com a bolsa no chão, solicitaram de nós uma carona até Santa Elena. Não existe transporte regular entre Santa Elena e Pacaraima, as pessoas precisam dessas caronas, a gente na frente do quartel do exército e os jovens fardados. Pediram a carona e estávamos somente eu e ela no carro com cinco lugares. Concedemos a carona até Santa Elena. Antes de chegar a Santa Elena eu estava com uma pistola no vazio e ela com a ponta de um punhal no pescoço. Estávamos nós sendo levados para fora da cidade de Santa Elena, à força. No momento, eles disseram que estavam interessados apenas no veículo e mandou que ficássemos calmos. Consegui manter a calma, mas minha namorada ficou muito nervosa. Passamos da cidade de Santa Elena e eles pararam em um local ermo e aí começou a parte da tortura. Nesse local, eles nos tiraram de dentro do carro, fizeram eu tirar a blusa e a minha namorada também e nos amarraram com esses lacres com as mãos para trás. O local tinha muito pium. Fiquei com o corpo todo preto de ferrada e pedia para eles nos tirarem dali, pois era uma tortura e, depois, voltamos para o carro, eles assumiram o volante, naquele local. Eles tinham guardado um carote de gasolina e uma placa de carro venezuelano. Trocaram a placa da frente do meu carro e nos levaram até outro local, perto de uma comunidade indígena. Abasteceram o carro, nos deixaram dentro do carro ameaçados pelas armas e depois seguiram novamente. Mais adiante, perto daquelas torres de energia, eles nos amarraram um ao outro, com as mãos para trás, um de costa para o outro, e saíram tocando a gente para longe do carro com a ponta do punhal e depois saíram com o carro nos deixando lá nesse local. Por sorte, tinha a referência da torre. A gente estava descalço e estávamos só com as roupas de baixo. Neste momento, disse para a minha namorada: vamos andando o que pudermos até a estrada, vamos conseguir uma carona e informar para a polícia, pois tem um posto do exército na saída da Gran Sabana e eles podem interceptar esse povo lá. Dito e feito, Deputado. Neste momento, há sempre aquela mão da ajuda que aparece. Ia passando um senhor com duas senhoras em um carro venezuelano e a gente ainda estava perto da estrada, ainda no alto do morro. Depois as senhoras relataram para a gente que viram aquela cena de duas pessoas amarradas, uma de costa para o outro e pediram para o senhor voltar com o carro para ver o que estava acontecendo. Eles voltaram e cortaram o lacre. Já estávamos com os braços feridos de tão forte que estava. Eu pedi que nos levassem à próxima alcabala de São Inácio e fomos. Avisamos para o exército venezuelano, que passou um rádio para o quartel que fica na saída da Gran Sabana e eles conseguiram interceptar esses jovens com os carros. Depois, começou mais um episódio. O exército nos levou até um Quartel de Uepa, que fica na saída da Gran Sabana. O Comandante do quartel já posicionou os três jovens, pegou todos os nossos pertences que estavam em poder dos jovens e nos devolveu e, infelizmente, os pertences que estavam dentro do carro eu não sei para onde foi. Assim foi o telefone celular, mas os pertences que os jovens pegaram foram devolvidos. Eles confessaram o episódio em frente ao comandante do exército. Isso começou na sexta pela manhã, entrou pela tarde e na noite o comandante resolveu nos levar até Puerto Ordaz para testemunharmos junto a um tribunal venezuelano sobre o ocorrido, pois os rapazes teriam um julgamento prévio e, possivelmente, iriam ser aprisionados. Fomos, então, sob a guarda do exército da Venezuela

para Puerto Ordaz, sem passaporte, sem nada. Só tínhamos um permissão. Fomos no carro do comandante, depois voltamos em outro carro que eles conseguiram alugar mas fui eu que paguei o aluguel desse carro e, realmente, no sábado não teve o julgamento. Ficamos em um hotel que não lembro qual é, meio escondido, em Puerto Ordaz, e depois, no domingo, teve o julgamento. Os rapazes foram acusados, tiveram direito a uma advogada de defesa, a uma defensora pública e havia uma promotora de Santa Elena nessa ocasião, em Puerto Ordaz. Eles foram acusados, depois de confessarem tudo, integralmente. Daí, começou a volta. Voltamos para Santa Elena e chegamos na segunda-feira. Sexta, sábado, domingo e chegamos na segunda tarde. Nosso carro veio do quartel do exército até Santa Elena e ficou em uma espécie de depósito e a gente começou uma briga com o Ministério Público da Venezuela para liberar o carro, pois eu tinha os documentos, tudo. Deu um pouquinho de trabalho e só na terça-feira conseguimos liberar o carro. Voltamos a Venezuela e ficou o registro desse fato lastimável de como a gente é abordado por três crianças, com idade de serem meus filhos, para roubar um carro e por a vida das pessoas em perigo. Ficou mais um ensinamento que para mim, também, é muito ruim. Essa coisa de dar carona, em um lugar onde você não tem transporte público, não é uma coisa ruim, é uma questão de solidariedade, mas não faço mais e digo para todos, não deem carona, pois fui ludibriado por pessoas fardadas na frente do quartel do exército. Então, a gente nunca imagina o que estamos trazendo para dentro, para junto da gente. Espero, Deputado, que realmente essa audiência possa trazer luz a essas questões tão humanas, de facilitar o trânsito das pessoas, mas garantir que elas possam ir e vir em segurança. Não temos notícias aqui de que tantos venezuelanos que vivem aqui, eu mesmo conheço alguns, de que eles sejam maltratados aqui por quem quer que seja, por qualquer instituição e a gente vê isso costumeiramente, do outro lado da Venezuela. Isso é muito ruim e precisamos tomar algumas providências, assim como o Governo Federal, para que isso não se perca e a gente continue usufruindo de um país tão maravilhoso, que é a Venezuela, de tantas pessoas, milhões de pessoas tão gente boa que tem nesse país chamado Venezuela e que também possamos acolhê-los. Muito obrigado.

O Senhor Bruno Matheus Cavalcante Gomes – Primeiramente, bom dia a todos. Gostaria de agradecer, desde já, a oportunidade de estar aqui me pronunciando e talvez recebendo a atenção merecida que eu não tive na Venezuela, pois entre vários depoimentos, me senti ignorado por aqueles que receberam meu depoimento lá. Realmente, como falaram aqui, espero que esse seja o primeiro passo para que atitudes sejam tomadas para que não continuemos sendo maltratados e humilhados dentro da Venezuela. Infelizmente, é lamentável que um país, com um potencial turístico enorme, despreze o brasileiro, o boavistense, o amazonense e todos que visitam aquele país. É realmente lamentável. Eu gostaria de fazer uma analogia que assim como o caso da boate em Santa Maria no Rio Grande do Sul, onde várias pessoas morreram devido ao incêndio e só depois foram tomadas atitudes, para que isso não ocorresse mais. Várias boates depois foram interditadas para que esse tipo de sinistro não ocorresse mais e assim como o caso, infelizmente, meu pai morreu e várias pessoas passaram por coisas do tipo, como nosso amigo Moacir, e foi preciso que meu pai morresse para que atitudes fossem tomadas. Infelizmente, se isso não ocorresse, talvez essa audiência pública não tivesse ocorrido hoje. A situação em que fomos expostos na Venezuela foi, realmente, humilhante. Não sei quais palavras para usar neste momento. É impossível esconder a angústia, a revolta e, sobretudo, a tristeza que a nossa família passa no momento. É a primeira vez que estou falando em público sobre o acontecimento, o que realmente aconteceu naquele dia. Talvez, nem a minha família saiba direito, porque a gente não teve tempo de conversar ainda sobre o que aconteceu naquela noite de sábado, 16 de fevereiro de 2013, quando estávamos regressando das férias em Margarita. O que aconteceu naquela noite, eu me lembro bem, como o Moacir falou, é um filme de terror que fica passando várias vezes na nossa cabeça. A gente estava na estrada, quase chegando em El Tigre, era aproximadamente nove da noite, e no carro meu pai Dinho ia dirigindo. No banco do passageiro ia nosso amigo Renier, que ia com a gente na viagem. Atrás, eu e minha mãe, eu, exatamente, atrás do meu pai. Seguíamos na autopista, como falei, quase chegando em El Tigre, e o nosso amigo Renier, devido a alguns remédios que estava tomando, sentia muita vontade de urinar e aí eu lembro que ele pediu para que meu pai parasse o carro para que pudesse fazer suas necessidades. Meu pai era bastante experiente, nós havíamos ido a Margarita inúmeras vezes, e ele sabia que a estrada era perigosa e por

isso ele procurou um lugar que ele acreditasse que fosse seguro. Ele procurou um local na autopista que fosse descampado e naquele dia estava uma lua muito bonita. Então, havia uma iluminação natural e foi quando meu pai decidiu parar o carro. A gente viu que era uma estrada altamente movimentada e realmente acreditamos que não havia perigo ali. Aí foi quando meu pai parou o carro e o Renier desceu para fazer suas necessidades e eu lembro que minha mãe perguntou: “Matheus, tu não quer ir também? Dinho, tu não quer ir também?” Mas meu pai preferiu ficar no carro e, apesar de não ter muita necessidade de descer do carro, eu desci por não saber quanto tempo faltava para chegar em El Tigre, para poder me alongar um pouco. E aí foi quando eu fiquei do lado do Renier, atrás do carro, fazendo nossas necessidades e comentávamos sobre a viagem e tudo mais, e foi questão de menos de dois minutos, foi quando ele regressou para o carro, entrou no banco da frente e eu, a partir do momento em que me virei para entrar no carro, foi quando eu vi o assaltante do outro lado da autopista. Era apenas uma pessoa que já anunciou o assalto, a partir daquele momento. Ele vinha correndo e, quando ele percebeu que eu o vi, ele gritou palavras que eu não consegui entender naquele momento, em espanhol. Eu percebi que era um assalto porque ele portava uma arma escopeta, e aí foi quando eu entrei no carro desesperado e praticamente me jogando, o mais rápido possível, e disse exatamente essas palavras ao meu pai: “Pai, corre que é um assalto”. E aí, a partir desse momento, ninguém falou nada no carro e quando a gente percebeu o assaltante já estava do lado do nosso carro, na janela. Ao contrário do que foi divulgado aqui em Boa Vista, rumores, não houve qualquer tipo de reação, não houve sequer um contato direto com o assaltante, a gente não recusou a entregar nada. Não houve algum pedido de nada. O que ele apenas gritava era para pedir dinheiro em espanhol, foi o que eu consegui identificar. As pessoas disseram aqui que a gente se recusou a entregar as coisas ou algo do tipo, mas não foi bem isso. Eu apenas entrei no carro, falei que era um assalto, não houve tempo para nada e foi quando o meu pai, não sei qual foi exatamente a reação dele, até porque eu estava atrás dele, não consegui bem ver qual foi a intenção dele, mas sei que, nesse momento, o assaltante disparou e, infelizmente, o tiro de escopeta é altamente letal e poderia ter pego em qualquer um no carro naquele momento, poderia ter sido em mim, na minha mãe, no nosso amigo Renier, mas, infelizmente, foi...

O Senhor Bruno Mateus -o tiro poderia ter sido na porta e teria pego em mim do mesmo jeito, mas o meu instinto foi me abaixar. Nesse momento, só escutei o barulho do tiro, o estilhaço do vidro indo em todas as direções e o carro acelerado, e quando vi que o cara estava andando, acreditei, realmente, que a gente tinha saído ilesos daquele assalto. Olhei para minha mãe, para o Renier, nosso amigo, e olhei para o meu pai. Aparentemente estava tudo bem com ele, o carro em movimento. Eu realmente acreditei que a gente estava salvo daquele incidente, foi quando ouvi minha mãe falando: “Renier, o Dinho foi baleado”. Quando olhei para o banco da frente vi aquela quantidade de sangue, aquela cena brutal. Não consegui acreditar, eu tentava fechar os olhos e abrir de novo como se aquilo fosse um pesadelo, mas aos poucos fomos percebendo que aquilo era realidade. O carro andou aproximadamente um quilômetro, ia saído da estrada, foi quando o Renier segurou o volante e conseguiu parar o carro totalmente, o carro era automático. Possivelmente, se fosse um carro manual, o meu pai teria pisado no acelerador, e o carro teria parado, porque não haveria como passar a marcha.

Então, se o carro fosse manual, por exemplo, o carro iria parar logo em seguida, e o assaltante estaria bem ali e poderia ter matado todos, mas o carro era automático. Então, isso possivelmente salvou o resto da nossa família que estava dentro do carro. Quando o carro parou, a gente desceu para tentar pedir ajuda na estrada, mas todos os carros que passaram naquele momento, ninguém parava. Passamos aproximadamente uns cinco minutos tentando pedir ajuda, gritando desesperado na estrada. Lembro até que eu peguei o meu celular com aqueles aplicativos e liguei na lanterna para ficar sinalizando na estrada. Foi quando finalmente um carro parou, um carro da alcabala com três soldados e perguntaram o que estava acontecendo e a gente mostrou o meu pai no carro ensanguentado, baleado, e eles perguntaram o que havia ocorrido e que até eles não sabiam o que fazer naquele momento. Isso também foi desesperador, porque a gente conseguiu pedir ajuda, mas aquelas pessoas não sabiam o que fazer naquele momento. Eu queria desesperadamente uma ambulância, porque, apesar de saber que o tiro foi em cheio no meu pai e que eu sabia do estado dele, apesar de não querer aceitar, acreditava sinceramente que ainda havia uma chance de sobrevivência ali, mas

eles não conseguiram ligar e resolveram sair em busca de ajuda, foi quando passou uma outra ambulância do outro lado da estrada, na autopista, e eles resolveram correr atrás, conseguiram trazê-la de volta, mas as pessoas que estavam nessa ambulância disseram que não podiam fazer nada, porque era uma ambulância particular e nem sequer havia maca para poder retirar o meu pai com aquele protetor cervical e tudo mais. E como vocês podem observar, a situação vai ficando cada vez mais desesperadora. Como é que uma ambulância não tem uma maca! Como é que uma pessoa, um soldado pára, para ti ajudar e não sabe o que fazer! Ele perguntava para a gente o que a gente queria que fosse feito. Então, a partir daquele momento, cada segundo que passava, eu me desesperava mais. Minha mãe tentava me manter calmo, porque eu queria uma ambulância, pois acreditava, realmente, que, por mais brutal e chocante que fosse aquela cena, eu acreditava que teria uma chance do meu pai ser salvo. Mas o descaso naquele momento foi tanto que, a partir daquele momento, a gente perdia todas as esperanças. Depois chegaram os policiais totalmente desinteressados, olhando aquela cena como se aquilo ali fosse habitual dentro do país deles. Não havia surpresa alguma em ver um turista todo ensanguentado, com a família desesperada no carro. A partir dali, eles perguntaram o que tinha acontecido, pediram os passaportes, tiraram fotos, não diziam para quê, até que chegou um médico mais especialista no caso, tentou verificar a pulsação do meu pai, batimentos cardíacos, e constatou que ele estava morto. Então, decidiram levar a gente para a delegacia mais próxima. No caso, a gente regressou para Anaco, que era mais próximo, uma pequena cidade, e na delegacia, chegando lá, aproximadamente meia noite, sendo que o acontecido foi às 21hs. De meia noite até às 5 da manhã, a gente ficou dando depoimentos que eu, sinceramente, não sei para quê, porque percebemos que aquilo não foi para nada.

As cinco da manhã, quando fomos liberados, totalmente sem dinheiro, até porque estávamos voltando de viagem, foi quando o delegado disse que a gente deveria ir para um hotel, sendo que nem acompanhamento recebemos. Fomos a pé mesmo, o nosso carro teria que ir para a perícia e tudo mais e, chegando no hotel, tivemos que ter a frieza para passar essa triste notícia para as pessoas aqui em Boa Vista. Lembro que quando viajamos, eu comprei um chip venezuelano, foi o que possibilitou a gente se comunicar com o pessoal aqui em Boa Vista. Minha mãe teve que manter a frieza naquela hora para ligar para a família e dar a notícia e naquele momento entrei nas redes sociais para tentar escrever alguma coisa e pedir ajuda. Qualquer tipo de ajuda naquele momento era essencial e aí eu comentei que a gente tinha sido assaltado, e aí já eram seis da manhã, sem dormir, sem se alimentar e aí as ajudas começaram a surgir. O que mais me indigna foi que a morte do meu pai ocorreu no sábado e demoraram 04 dias para a gente poder retornar para Boa Vista com o corpo dele e admito que, a cada dia que passava, domingo, segunda, terça, já não conseguia acreditar que a gente iria voltar. Até o Governador já tinha ligado para a gente, mas foi uma situação realmente humilhante, revoltante, triste, que a nossa família passou e infelizmente tirou a vida do meu pai que, com certeza, fez de tudo para salvar a gente naquele momento, mas que morreu tentando me salvar, minha mãe e seu amigo Renier.

Então, é praticamente isso. Gostaria de agradecer novamente a oportunidade de falar. Desculpa qualquer palavra, mas é isso. Obrigado.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Convidamos, para fazer uso da palavra, a Senhora Neuda Lima Sobral, que também teve um dos seus familiares assassinados na Venezuela.

A Senhora Neuda Lima Sobral - Bom-dia. Obrigado, Deputado, pela oportunidade. Escutando esse depoimento, parece que está passando um filme na cabeça, parece que estávamos lá presente, porque quando a gente se ver numa situação dessa, dentro da Venezuela, a gente fica completamente em abandono.

Em 2006, o meu unhado veio aqui para Boa Vista para trabalhar no garimpo na Venezuela. Ele foi, a gente providenciou todos os documentos. Eliésio Mendes Barros. Passados uns 06 meses, ele veio, trouxe os diamantes, pois ele estava trabalhando. Mandou para o pai que ele sustentava lá no Maranhão e retornou para Venezuela. Passado pouco tempo, recebi um telefonema de uma pessoa dizendo que ele tinha sido morto, pois tinha havido um conflito no garimpo e ele estava morto. Era época de política e estava tendo as eleições. Acho que era véspera de eleição e a gente não conseguira entrar, e aí na época procurei o Governador que era Ottomar de Souza Pinto, que me colocou com o Secretário Sérgio Pillon, que providenciaram junto ao Consulado um documento para eu entrar na Venezuela para buscar o corpo do meu cunhado. O que aconteceu? Foi um assassinato horrível

que aconteceu. A guarda da Venezuela chegou na área onde os garimpeiros estavam trabalhando. Além do meu cunhado, havia três garimpeiros venezuelanos, os outros eram indígenas e venezuelanos também. O que era para ser uma abordagem normal, pois eles iam lá, segundo as pessoas que conhecem esses procedimentos, eles entram lá onde os garimpeiros estão trabalhando, tomam o ouro, tudo que eles têm lá e vão embora. Nesse caso do meu cunhado, aconteceu diferente, porque houve um garimpeiro que conseguiu escapar da chacina. Ele disse que os guardas desceram de helicóptero e eles já estavam parados há vários dias lá sem trabalhar, porque não estavam conseguindo combustível, pois a guarda não estava deixando entrar porque eles não tinham dinheiro para pagar. Eles chegaram e mandaram eles deitar todos no chão e em seguida começaram a atirar, mataram todos eles. Fui à Venezuela com a intenção de trazer o corpo do meu cunhado. Eu nunca sofri tanto na minha vida, estava ouvindo o rapaz falar, veio tudo na cabeça. Parecia que eu que era a bandida. Até chegar em Bolívar, foi muito sofrimento. Eles me detinham naquelas alcabalas, porque eu não tinha passaporte. Eu estava com uma carta do Cônsul da Venezuela aqui em Boa Vista, pedindo que me recebessem, porque como era uma situação de emergência e aqui no Brasil estava tendo as eleições, não tinha como eu tirar o meu passaporte naquele momento. Fui presa várias vezes. Acho que gastei 03 dias para conseguir chegar lá em Bolívar. Chegando lá, encontrei com o Cônsul brasileiro que parecia também que era venezuelano. Ele tinha medo, ele dizia que a gente não podia falar. Vinha a polícia, me colocaram num hotel péssimo, horrível, morria de medo. Foram aproximadamente 15 dias de sofrimento até eu conseguir liberar o corpo do meu cunhado. Quando eu tive que entrar para fazer o reconhecimento, era um lugar que estava tendo problemas de energia, já estava tudo podre, e lá eu vi o corpo de um senhor que estava deitado embaixo do corpo do meu cunhado, todo em estado de decomposição, e eu me compadei da posição que estava o corpo del. Aí pedi que eles tirassem fotos para eu trazer, para tentar encontrar a família dele aqui no Brasil. Quando consegui vim com o corpo do meu cunhado, e chegando aqui, eu fiz reportagens, procurei a Folha, e eles publicaram a foto e aí apareceu Dona Raimunda, e hoje eu não consegui localizá-la para trazer aqui nesta Sessão. Era o esposo dela, e ela nem sabia que ele tinha morrido. Então, eu a acompanhei de volta. Nessa época a gente procurou o Deputado Chico Guerra, porque ele auxiliava muito as pessoas, os garimpeiros que tinham problemas lá e, a partir daí, ele conhece a minha história. Isso foi em 2006. Em 2010, acompanhei o processo de condenação dos militares e até hoje eles estão presos.

Então, a gente tem um advogado lá, o Doutor Guitierrez. A gente o trouxe aqui, o Deputado mesmo nos ajudou a trazê-lo. Ele esteve com o Governador e com o Secretário Sérgio Pillon, mas o que ele queria mesmo era chegar no Itamaraty, mas nunca chegou, porque para nós é muito caro trazê-lo para representar. Ele acha que tem que ir à Brasília. Então, o que eu quero pedir, Deputado, é que nessa interferência do Itamaraty veja sobre a morte dos garimpeiros também, pois o senhor tem conhecimento de todo o ocorrido. Era isso que tinha a falar.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Convidamos a Senhora Fernanda Timisque, que também teve um parente assassinado na Venezuela.

A Senhora Fernanda Timisque – Bom dia a todos, em especial à viúva do seu Dinho.

Bem agradeço ao Doutor Erci, que me chamou para dar o depoimento. É meu chefe, acompanhou tudo que aconteceu. Se por um acaso eu falhar, faltar a palavra, é porque, mesmo há bastante tempo, ainda mexe muito, ninguém esqueceu, enfim. O meu esposo foi assassinado em 29 de setembro de 2010, na saída de um banco em Maturim. Ele contribuía para o País, tinha uma fazenda, plantava soja e aí um dia ele foi ao banco, no centro da cidade de Maturim, quando ele fez um saque de 10 mil bolívares, na época, mais ou menos 2 mil reais, dois bandidos o perseguiram, tomaram o dinheiro, documentos e, quando ele correu, deram um tiro nele. Foi fatal, na hora. Ele morreu numa quarta-feira, mas nós só conseguimos trazer o corpo dele na sexta-feira. Eles criam um empecilho e colocaram muita dificuldade para a vinda dele e causou todo sofrimento da família. Ele tinha 33 anos. Nós temos dois filhos. Na época meu filho tinha 08 meses e minha filha 04 anos. Com uns dias, eles pegaram os bandidos, foram reconhecidos por testemunhas, prenderam e em seguida soltaram, sem explicação nenhuma. Aí eu contratei um advogado lá para acompanhar o caso e eu tenho processo em mãos e pelos depoimentos que constam no processo, todas as testemunhas dizem que, bem na

frente do banco, havia dois policiais que deram cobertura aos ladrões, para eles abordarem e a moto em que eles tinham feito o assalto era da polícia. Tem tudo isso no processo. Já faz dois anos e meio, eu até desisti porque a advogada disse que ela só poderia fazer alguma coisa quando os bandidos estivessem presos e existe toda uma corrupção. O investigador, quando eu estive lá, ele queria manipular a advogada. Ela entrava com o pedido para que eles providenciassem, para que prendesse os bandidos, e ele, na realidade, queria dinheiro para isso. Aí eu abandonei, só peguei o processo. Enfim, a gente foi mais uma vítima. Até hoje a gente sofre muito, porque ficaram as crianças sem pai. Tenho fé que com isso as autoridades tomem algumas providências para que outras famílias, outros filhos não passem pelo que nós estamos passando. Realmente todos esperam acontecer as coisas e a gente acha que nunca vai acontecer com a gente. Só escuta falar, falar, mas quando acontece com a gente, a gente ver quanta falha há.

Eu ainda espero que ainda haja justiça, que um dia essas pessoas que mataram meu marido possam pagar. Se eles não pagarem pela justiça do homem, com certeza, pagarão pela justiça de Deus. Obrigado.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Neste momento, fará o uso da palavra o Vereador de Manaus Iran Nicolau.

O Senhor Vereador Iran Nicolau – Bom dia Senhores. Quero cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia do Estado de Roraima, Deputado Chico Guerra, o qual quero parabenizar pela iniciativa; Excelentíssimo Senhor Deputado Abdala Fraxe, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas; Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Urzeni Rocha, pelo qual cumprimento as demais autoridades da Mesa.

Senhoras e Senhores, amigos da imprensa, população que está aqui nos vendo, eu vou tentar ser o mais breve possível. Confesso que eu não estou me sentido bem, tenho certeza que a maioria de vocês não está depois de ouvir esses depoimentos, principalmente do nosso amigo, filho do Dinho.

Fiquei muito triste, comovido, mas principalmente fiquei muito indignado, revoltado com o tratamento que os turistas brasileiros, em sua grande maioria vindo do Amazonas e de Roraima, sofrem na Venezuela. Às vezes eu me pergunto porque a gente ainda insiste em ir para a Venezuela, com todo esses acontecimentos. Confesso para vocês, tenho aqui um depoimento a dar, fui a primeira vez na Venezuela de carro agora no feriado do carnaval. Quando aconteceu esse episódio do Dinho, eu estava na Venezuela voltando para cá. Então, vocês imaginam o terror que nós passamos em cada parada. Passava-se a imagem de que poderia acontecer om a nossa família o que aconteceu com a família deles, infelizmente. Quem aqui já foi para Venezuela e nunca ouviu falar de uma caixinha de garoto que os guardas da Venezuela cobram, quase que uma regra isso. Não consigo admitir que uma população, a população brasileira, os turistas que vão para Venezuela para gastar, gerar empregos, movimentar a economia deles, são tão maltratados assim. Eu não consigo entender mas ainda como que a gente ainda continua insistindo em ir para lá. A maioria de vocês aqui, Senhoras e Senhores Deputados, devem ter filhos, alguns até da minha idade. Eu não tenho filhos ainda, tenho 25 anos apenas, tenho certeza que vocês aqui têm filhos com a minha idade. Fui no carnaval à Venezuela e confesso para vocês, se tivesse um filho, não deixaria ir de maneira alguma, porque é inadmissível um turista que está indo para passar um feriado num país supostamente tranquilo, amigo, fronteira e corre o risco de não voltar, de voltar num caixão. Em pleno ano de 2013, a gente tem que conviver com isso? Isso não existe!

Estou falando aqui, em nome dos 41 Vereadores de Manaus, que foram unânimes de entrarmos nessa batalha. Quero pedir à vice-presidente da Câmara que está aqui uma parceria. A Câmara Municipal de Manaus está à disposição da bancada da Assembleia Legislativa de Roraima, bem como da bancada federal do Estado, para que possamos fazer um esforço conjunto para que essas ações, realmente, possam resultar em ações concretas, que a gente possa mudar essa realidade. Não adianta a gente debater aqui, passar uma manhã inteira falando e essas notícias mal chegarem às autoridades da Venezuela.

Que a gente possa fazer disso uma verdadeira bandeira, para que se possa continuar uma relação amistosa entre os países, para que possamos, daqui a algum tempo, quem sabe, com total segurança, levar as nossas esposas, filhos e parentes para a Venezuela com tranquilidade. Quero me colocar à disposição da Câmara Municipal de Manaus. Parabéns, Deputado Chico Gurra, mais uma vez, pela iniciativa, e faremos de tudo para tratar os venezuelanos do jeito que eles merecem ser tratados. Eu tenho certeza que ninguém conhece um caso de um

venezuelano ter sido maltratado aqui em Boa Vista, em Manaus também não! Muito obrigado!

A Senhora Marilene ...- Bom-dia a todos, como foi relatado por todos, o meu caso ocorreu dia 6 de março de 2011 na Venezuela. Fui dia 5 de março para lá, eu, minha filha e 3 amigos, para uma festa que estava ocorrendo lá. A princípio eu não quis ir, quando me convidaram, mas eles insistiram para eu ir e findei indo. Dormimos na sexta-feira em Santa Elena, e no sábado, pela manhã, pedi aos meus amigos para pegarem a requisição na Polícia Federal para abastecer o carro, pois, na época, eu não tinha habilitação. Planejamos de fazer as compras e abastecer o carro em Santa Helena e partirmos, e, quando entramos em Santa Elena, fomos abordados pelos policiais de lá. Eles disseram que estávamos presos, agora não sabíamos o porquê. Eu estava dirigindo o carro. Mandaram colocar o carro lá em cima na garagem e nos foi dito para descer do carro, e assim o fizemos. Isso começou às 10 da manhã e ficaram enrolando a gente falando que estávamos presos. Um deles chamou um dos meus amigos e perguntou se ele tinha 3 mil reais, ao que ele disse que não tinha esse dinheiro. Daí ele me chamou e perguntou de quem era o notebook que estava dentro do carro, e eu falei que era desse meu amigo. Ele pediu o aparelho do dono e o meu amigo recusou-se a dar o notebook. E voltaram a repetir que estávamos presos. Em seguida, fiquei apreensiva e comecei a chorar, porque não tinha com quem entrar em contato, a minha filha, que é menor de idade, começou a chorar também. Isso se arrastou até pela tarde. No final da tarde apareceu o advogado do Consulado. Ele pediu um número de um telefone e eu passe o número de um telefone do Brasil, de uma amiga, e ele disse que iria ligar. Já era noite e não tínhamos notícias. Os homens ficaram presos em uma outra sala, de vez em quando eles batiam nos meus colegas. Tiraram fotos da gente, colocaram uns números na gente, fizeram o procedimento deles. Anoteceu, era umas 19 horas e eles mandaram uma policial ir com a gente fazer uma revista, porque eles iriam levar a gente para Puerto Ordaz. A gente não tinha notícia de ninguém. Eles nos algemaram, colocaram os lacres na gente, nos colocaram no meu carro. Fomos os 5 atrás, uns por cima dos outros. Foram 3 na frente, não dava para conversarmos dentro do carro, pois eles mandavam a gente calar a boca. Iam a 160 Km por hora. Essas S10 não passam de 160 Km. Eles falavam: “ Por que esse carro não corre?” Eu respondi que ele só ia até 160 km. Toda hora eles nos ameaçavam. Quando cheguei perto de Upata, eles tiraram a gente do carro, mexeram na mochila do meu amigo e encontraram umas chaves de motos, que ele é garimpeiro na Guiana. Eles perguntaram onde estavam aquelas motos, aí ele disse que era moto do trabalho dele. Daí ele foi retirado do carro e colocaram a pistola na cabeça dele e disseram que iriam matá-lo e jogá-lo lá mesmo, e que não iria fazer falta para ninguém. Nós pedimos para que não fosse feito isso. Daí ele foi colocado novamente dentro do carro e seguimos. Chegamos em Puerto Ordaz pela manhã. Quando chegamos lá, a minha filha foi entregue no tribunal e levaram a gente para um outro departamento, tipo uma prisão. Quando chegamos lá, o policial que dirigia o meu carro disse: “Se você quiser o seu carro, me dê 5 mil que eu devolvo o seu carro de volta.” Antes de entrarmos na prisão, eles mandaram a gente deixar as nossas bolsas e tirarmos todos os nossos pertences. A gente tirou e foi colocado dentro de um saco e eles ficaram. As nossas bolsas foram deixadas em uma lanchonete antes de entrarmos, e nós foi dito que quando saíssemos pegaríamos as nossas bolsas. No domingo, apareceu uma advogada enviada por eles, nos foi perguntado se sabíamos falar espanhol, ao que respondemos que não. Mas entendíamos o que eles falavam e nos disseram para aguardar pois seríamos ouvidos. Ficamos aguardando, enquanto isso, oramos para Deus nos ajudar, pois estávamos sendo presos injustamente. A todo momento, pensava o que aconteceria com a minha filha se eu ficasse presa! Fiquei preocupada porque só somos eu e minha filha, ela não tem mais pai. Fomos ouvidos pela advogada e depois fomos liberados. Mas não sabíamos para onde ir, porque não conhecemos Puerto Ordaz, nunca tinha ido para lá. Pegamos as nossas coisas nessa lanchonete que era bem próxima. Deus coloca as pessoas nos nossos caminhos, porque a gente tinha dinheiro, eu estava com o cartão, mas não funciona lá. E apareceu uma mulher e perguntou o que tinha acontecido com a gente. Nós contamos, ela comprou uma tarjeta para a gente, pagou o táxi para eu ir ao tribunal para pegar a minha filha. Quando cheguei lá, ela estava em um galpão em baixo de uma sala. Eu preenchi um monte de documentos, peguei a minha filha. Já era noite e nós não tínhamos comido e nem tomado banho há 2 dias. Essa senhora comprou uma coca cola e pão e deu para a gente comer. Em seguida, nos deslocamos a pé, por duas horas, até a rodoviária.

Quando chegamos à rodoviária, fomos comprar as passagens com cartão e disseram que não aceitavam. Como a senhora tinha comprado uma tarjeta, eu liguei para o Brasil para uma amiga e relatei o que aconteceu, e que estávamos com dificuldades para comprar as passagens. Ela nós informou que várias pessoas estavam em Santa Elena nos procurando, inclusive o pai de um dos meus amigos. Tentamos fazer a aquisição das passagens por Santa Helena, mas não foi possível. Em seguida, eu vi um ônibus da Cascavel e fui atrás do motorista. Conteí a história para ele e disse que dava o documento do carro para ele, mas que o mesmo trouxesse a gente, e quando chegasse em Santa Elena ele seria pago. Os meninos ficaram andando por perto. O motorista chamou e disse: “você saem daqui da Rodoviária, passam dois sinais e ficam esperando na estrada, que eu passo e pego vocês”. Saímos da rodoviária e fomos andando e ficamos na beira da estrada esperando o ônibus vir. Ele passou e nos pegou e trouxe até Santa Elena. Quando chegamos, os familiares já estavam e pagaram a nossa passagem. Quando chegamos, fomos contar o que tinha acontecido. Fui ao Consulado. Uma pessoa de lá, que cuidava da integridade física das pessoas, disse que não podia fazer nada em relação ao que tinha acontecido com a gente, que eu procurasse ao chegar no Brasil. Fomos para o Comando, ficamos esperando horas e horas para dar depoimento, e não nos atendiam. Nós nos cansamos, estávamos exaltados do acontecido, saímos e viemos embora para o Brasil. Retornei na segunda-feira, por causa do meu carro, não sabia para onde tinham o levado. Quando voltei na segunda, fui procurar, fui à fiscalização. Quando cheguei lá, o chefe que era o Sabino, relatou que iriam devolver meu carro, mas tinha que assinar um caderno todo mês. Retornei uma semana depois lá, ele disse que não iam mais devolver o carro. Contratei um advogado venezuelano, ele me cobrou dois mil reais, dei mil reais de entrada, ele me enrolou, enrolou e não resolveu nada. Contratei outro advogado, Alfredo, ele é muito conhecido, brasileiro, mas mora em Santa Elena. Ele me cobrou 1.500,00 reais, me enrolou também. Eu ficava viajando toda semana, gastando dinheiro com táxi, ia à Puerto Ordaz e o processo parado. Andando nesse táxi da Venezuela, um rapaz me indicou uma advogada, Marvem, que mora em Puerto Ordaz. Relatei de novo o acontecido, ela me cobrou dois mil reais. Só estava cabreira em pagar e ninguém resolvia nada. “Eu pago quando estiver com o meu carro comigo, porque já fui enrolada por dois advogados. Isso já estava com seis meses, oito meses, um ano, indo à Santa Helena, assinando esse caderno, pois todo dia 05 de cada mês tem que assinar esse caderno. Fui seis vezes à audiência, quando chegava lá, não tinha. Eu já estava para desistir, e as pessoas diziam: “Marilene, você não vai tirar esse carro, porque gente que tem dinheiro nunca tirou um carro de lá, você não vai tirar o teu”. Eu vou tirar, porque Deus é mais na minha vida”. Um dia antes da minha última viagem, passei mal, tive um princípio de AVC. Estava sozinha em Casa, me ajoelhei, pedi para Deus para que me ajudasse naquele momento, porque até o momento não sabia o que estava acontecendo comigo. Fiquei paralisada de um lado, liguei para algumas pessoas e ninguém atendia. Era tarde da noite. Eu tinha que viajar cedo, para ir à audiência. Eu orei, foi passando aquele mal-estar. Quando foi de manhã, já tinha contratado o táxi para me levar. Eu viajei, passou um ano e meio para tirar esse carro de lá. Tirei em outubro do ano passado, mas quando cheguei lá para audiência, meu nome não estava na lista. A advogada chegou e disse que ia falar com o pessoal e que iria ter a audiência. Eu levei o meu caderno que assinava todo mês. Veio uma juíza, relatei toda história e ela disse: “Vou liberar seu carro, mas você vai continuar assinando esse caderno”. Ela me passou a documentação, mas quando cheguei no estacionamento, estava interdito. O carro estava em São Félix, estava num estacionamento particular, no valor de 4.800,00 para pagar. Não tinha dinheiro, voltei ao Brasil e comecei a vender o que tinha em casa: vendi sofá, estante, televisão, pedi dinheiro emprestado e voltei à Venezuela para pagar esse carro. Quando cheguei lá, chorei para o dono do estacionamento, e disse que não tinha conseguido todo dinheiro. “Gostaria que o senhor liberasse o meu carro, ficou por três mil reais. Levei um amigo venezuelano para dirigir para mim, porque não sabia vir na estrada de lá. Tirei o carro do estacionamento, troquei o óleo, e viemos embora. Dormimos numa cidadezinha para não dirigir à noite. Saímos de manhã cedo e chegamos até aqui com a graça de Deus. São tantos depoimentos de pessoas, desde 2006, casos que aconteceram com pessoas lá e como aconteceu comigo, e vejo que nunca foi tomada nenhuma providência. Espero que depois de tudo isso, o depoimento da esposa do Dinho, espero que vocês, autoridades, tomem atitude para que isso não venha mais acontecer com a gente. Agora

vou ter que pagar uma advogada para não ter que assinar mais esse caderno, porque todo dia 05 tenho que estar lá para assinar esse caderno. Tenho que pagar uma advogada, para ela entrar com o pedido para não assinar mais esse caderno. Espero que os Senhores tomem providências e que não fique só no papel, porque falar é fácil. É necessário cumprir o que estão falando aqui e prometendo. Agradeço pelo espaço.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Convido, para fazer uso da palavra, o Senhor Elenilzio Ferreira – Presidente da Cooperativa de Táxi de Pacaraima

O Senhor Elenilzio Ferreira – Presidente da Cooperativa de Táxi de Pacaraima. Bom dia Senhoras e Senhores, bom dia, componentes da Mesa.

Quero agradecer por este momento, por esta audiência que está sendo realizada. É muito interessante ouvir os depoimentos e relatos das situações que ocorreram com cada um na Venezuela.

Sou Presidente da Cooperativa de Transporte Alternativo de Táxi de Boa Vista/Pacaraima. Trabalho nessa linha desde de 1999.

Vou resumir o que aconteceu comigo aqui na fronteira. Aqui a gente já passa uma situação muito complicada, a começar do abastecimento. Muita gente que está aqui sabe da situação que passa: chega às 9 horas, vai sair 03 da tarde. Muitas vezes vai à Santa Helena e passa por outros constrangimentos. E uma das vezes aconteceu comigo.

Em 2003, quando o abastecimento ainda ocorria em Santa Helena, eu estava na fila, e, em um determinado momento, mudaram a fila de um lugar para outro. O meu carro estava com dificuldade para pegar, e quando a fila mudou de lugar, eu fui para o outro lado. Daí, chegou um guarda muito zangado, questionando o porquê de eu ter colocado o carro ali. Eu expliquei, mas não houve acordo. Ele disse: “Vamos para o comando!” fomos ao Comando. Eu fiquei até tranquilo quando ele falou que iríamos a esse Comando, porque pensei que lá eu seria ouvido e a pessoa responsável iria ouvir e dar um parecer justo, já que eu não estava devendo nada. Quando chegamos ao comando, o guarda que me levou já chegou aumentando os fatos. Já pegou a chave do meu carro, disse que daria uma multa de não sei quantos mil. Eu fiquei preocupado em eles forjarem algum delito contra mim, do tipo colocar droga dentro do carro, porque percebi que eles estavam com muita vontade de me prejudicar. Isso ocorreu por volta das 10 horas. Já eram 14 horas e não aparecia ninguém conhecido para ajudar. Então, eu comecei a orar e pedi para Deus me ajudar. Depois de um tempo, apareceu um senhor com uma bacia de arroz e um pão e perguntou se eu queria comer. Olhei para a comida e resolvi comer, porque eu não sabia nem quanto tempo eu ficaria lá. Em seguida, voltou um senhor e disse que eu já estava liberado, porque ele conhecia gente lá dentro.

Eu faço esse relato, mas isso ocorre com muita frequência, principalmente com nós que trabalhamos com transporte. Eu, às vezes, evito ir até Santa Elena com receio que aconteça coisa desse tipo. Muito obrigado pela oportunidade e esperamos que essa reunião ecoe e surta efeito positivo.

O Senhor Presidente (Jânio Xingú) – Só para deixar registrado, esses depoimentos constarão em ata para a construção de um documento que será enviada ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Com a Palavra o Senhor Ricardo Peixoto.

O Senhor Ricardo Peixoto - Presidente da ABABE- Senhor Presidente, a ABABE desde já, agradece o convite. Aproveito e saúdo a todos os componentes da Mesa, e parabeno esta Casa por este ato de coragem. Nós do turismo, eu em particular, já tenho 30 anos vendo esses desmandos, principalmente por parte das autoridades venezuelanas com os nossos turistas. Quero citar isso, como testemunho, para que os Senhores possam ver que até com as nossas autoridades ocorrem incidentes. Refiro-me a fato ocorrido recentemente, quando nós fomos em delegação brasileira, ou seja, com representantes de todos os estados brasileiros para uma reunião da Confederação de Turismo da América Latina, realizada em Puerto Ordaz, e coube a mim, na condição de Presidente da ABABE Roraima, levar os companheiros que aqui chegaram em Roraima. Mostrei a preocupação ao Presidente a AVITE, que é a Associação Venezuelana de Turismo, para que não tivéssemos transtornos na nossa viagem, e foi nos dado um salvo conduto, uma placa imensa, para não sermos molestados nas Alcabalas. Mas pasmem os Senhores, já chegando em Puerto Ordaz, exatamente em Uputa, às 4 horas da manhã, fomos surpreendidos com um guarda com um fuzil na mão e um texto pronto na língua e disse: “Daí-me uma proprina para que não moleste seu

passageiro.”Infelizmente um fuzil amedronta, só que naquele momento eu impus uma autoridade, que eu não tinha, e, talvez, amedrontando ele, recuou. Mas mesmo assim eu anotei o seu nome e na reunião, em Puerto Ordaz, levei o acontecido ao comando da Guarda, o nome do cidadão e o horário. E os Senhores já sabem a resposta. Nenhuma providência ou retorno foi dado a uma Associação.

Uma autoridade federal, recentemente, em visita a Margarita, deixarei de citar o nome por ser uma autoridade, também foi extorquida por alegações diversas, simplesmente porque, em um comboio, uma blitz de trânsito orientava que todos fizessem uma convenção à esquerda, e todos estavam procedendo dessa forma. Entre eles estava uma autoridade brasileira, que recebeu uma multa de quase 10 mil reais. Ele não tinha esse dinheiro e teve que recorrer a nós, para que intermediássemos o problema. Ou seja, na prática tudo se fantasia para extorqui a cada um de nós.

Ouvi o nobre Vereador quando dizia que é de se perguntar o que a gente ainda vai fazer lá. A ABABE de Roraima recomenda aos seus associados que não vendam produtos para a Venezuela, porque não nos transmite segurança. O código de Defesa do Consumidor nos cobra pelos atos praticados na Venezuela contra os nossos passageiros, ou seja, não temos segurança para vendermos produtos dentro da Venezuela. E, não tendo segurança, a ABABE recomendou a todas as suas associadas que não vendam produtos dentro da Venezuela.

Senhores, agradeço mais uma vez pela oportunidade e aplaudo essa iniciativa. Quando a Assembleia Legislativa do Amazonas realizar audiência, levantem isso! Por que as autoridades em Brasília precisam saber disso para que possam tomar as providências para que fatos como esses relatados aqui não voltem a acontecer. Muito obrigado!

A Senhora Vereadora Aline Resende – representante da Câmara Municipal de Boa Vista – Bom-dia Senhor Presidente, Deputado Federal Urzenir Rocha, Deputado Márcio Junqueira, Deputado Chagas, no qual eu cumprimento as demais autoridades desta Casa Legislativa. Meus Senhores e minhas Senhoras, autoridades da Mesa, quero dizer que é lamentável, imoral e nos causa indignação o que vem acontecendo na Venezuela. Quero dizer que a Câmara Municipal de Boa Vista está junto nesta luta, para que o povo Brasileira seja tratado com dignidade e respeito naquele país. Que tenhamos o mesmo tipo de tratamento que é dado a eles quando nos visitam. Então, temos que cobrar o mesmo tratamento. Fica aqui firmado um compromisso da Câmara de Vereadores de Boa Vista, para firmar essa aliança entre Boa Vista e a Câmara Municipal de Manaus, Vereador Hiran. Quero dizer que o Presidente desta Casa pode contar com todos os Vereadores do Município de Boa Vista nesta causa. Também vamos cobrar mais dignidade e respeito com os brasileiros no país venezuelano. Muito obrigada e bom dia a todos.

O Senhor Presidente (Jânio Xingú) – Obrigado, Vereadora Aline. Passamos a palavra ao Excelentíssimo Deputado Federal Márcio Junqueira, com o tempo de cinco minutos.

O Senhor Deputado Federal Márcio Junqueira – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, pessoas que relataram esses absurdos vividos. Quero também parabenizar a iniciativa da Assembleia Legislativa, na pessoa do Deputado Xingú, que ora exerce a presidência dos trabalhos. Quero cumprimentar os Parlamentares do Parlamento Estadual e Municipal do Amazonas, que se deslocaram até aqui para observar o tamanho da gravidade desta situação que vivemos no país vizinho, a Venezuela. O que eu ouvi aqui beira as raias do surreal. São relatos que nos deixam estarecidos, que ultrapassam a racionalidade e nos deixam sim, com sentimento de tomarmos providências. Mas, fica claro a importância da interação do Poder Legislativo no âmbito Federal, Estadual e Municipal. Pois, só desta forma, teremos condições plenas de sensibilizar o governo brasileiro para que adote sanções a essas atitudes que estão acontecendo contra brasileiros na Venezuela. Isso é um problema diplomático que nos constrange, humilha e mata.

Na Tribuna da Câmara, tenho feito, de forma constante, pronunciamentos chamando a atenção a essa realidade que vivemos. Mas, é importante que se diga aqui, da nossa limitação tendo em vista que somos uma pequena bancada. É uma pena que não estejam presentes aqui os oito Deputados Federais de Roraima e os três Senadores, respeitando aqui a presença do Deputado Flamarion, que representa a Senadora Ângela Portela. O Amazonas também só tem oito Deputados Federais, o Acre também só tem oito Deputados Federais e vive um problema parecido com a Bolívia. O Amapá também só tem oito Deputados Federais. Ou existe um convencimento, uma interação desses estados para que a gente forme uma grande frente, como disseram

aqui as pessoas que foram torturas, humilhadas, que perderam entes queridos, como é o caso da família do Dinho, recentemente, ou ficaremos só no discurso. Portanto, eu quero, Senhor Presidente, solicitar a degravação e a Ata desta reunião com esses depoimentos. Quero ainda relatar que neste momento em que está havendo esta reunião aqui, o Governo brasileiro está recebendo, de braços abertos, o Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, o Ministro Elias José Jaua Milano, que veio aqui celebrar as relações comerciais que tem com o Brasil. A cada ano que passa, o Brasil tem aumentado as suas exportações para a Venezuela e talvez daí o interesse tão somente financeiro esteja se sobrepondo ao interesse de vida. Nós que aqui estamos na fronteira temos que ser de forma imperativa, pontuais e precisos. Precisamos imediatamente, através da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, convocar o Ministro Patriota para externarmos a ele, junto com o embaixador venezuelano, que não concordamos com essa situação de insegurança plena. Quero aqui concordar e inclusive solicitar ao amigo Peixoto da AMBAV cópia dessa recomendação que, com muita responsabilidade, a AMBAV faz, pois com vidas humanas não se brinca. Gostaria de receber esta cópia, Senhor Peixoto, para externar da Tribuna da Câmara Federal a gravidade. Vejam bem, senhoras e senhores, ao que chegamos: a organização que representa o turismo, que faz os pacotes de viagem, chegar ao extremo de publicar uma nota externando o perigo que as pessoas correm quando cruzam aquela fronteira. É importante dizer aqui quanto o Brasil tem contribuído com o desenvolvimento da Venezuela. Como exemplo, quero citar, de forma rápida, o próprio Linhão de Guri, que foi construído num acordo bilateral, mas que foi pago pelo povo brasileiro. Se a Venezuela hoje tem a energia interiorizada, partindo do complexo de Guri, de Puerto Ordaz até Santa Helena, agradeçam ao povo brasileiro que pagou essa conta, para sermos tratados como meliantes, para sermos tratados de forma desumana. Portanto, para terminar, quero aqui dizer que falo com o sentimento do Deputado Urzeni, que está aqui, com o sentimento dos Deputados Estaduais, dos Vereadores de Boa Vista, na pessoa da Vereadora Aline, Vereador Paulo de Pacaraima, o Vice-Prefeito Jonas, dos Parlamentares que vieram do Amazonas, representante da OAB. Tenho certeza que é o sentimento de cada um que está sentado aqui neste Plenário. Esta Audiência é apolítica, de soberania, de integridade, de não aceitarmos mais essas atitudes extremas e radicais que deixou a nossa população totalmente indefesa. Então, eu quero terminar, Senhor Presidente, pedindo que a gente mantenha essa interação, que nesses próximos quinze dias a gente aprove. Já temos alguns requerimentos aprovados na Câmara dos Deputados Federais e queremos levar esse problema ao Ministro Patriota, e consequentemente, a Presidente Dilma, para que sejam adotadas medidas que proíbam esses absurdos, pois vidas humanas não podem ser repostas. Não podemos brincar com isso!

Ao longo da minha vida pública, ao meu ver, essa é uma das mais importantes audiências que já participei. Por isso, quero, mais uma vez, parabenizar a Assembleia e estaremos, através da nossa assessoria, através da Comissão de Relações Exteriores, e através da Comissão da Amazônia, mantendo o contato para que, o mais rápido possível, façamos uma grande audiência. Não convidando, repito, mas convocando o Ministro das Relações Exteriores Brasileira e o Embaixador da Venezuela no Brasil e, se possível, o Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, que hoje passeia no meu País tranquilamente e vai ouvir, à noite, a Orquestra Simon Bolívar. Ele é recebido aqui com tapete vermelho, enquanto o nosso povo corre risco de vida num país que ele representa. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Jânio Xingú) – Obrigado, Deputado. Com a palavra o Presidente da Câmara do Município de Pacaraima, Paulo Camilo.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pacaraima, Paulo Camilo – Quero cumprimentar a Presidência desta Casa, na pessoa do Deputado Xingú, ao tempo que o parabenizo por esta iniciativa de grande relevância. Parabenizo os trabalhos aqui abertos e conduzidos. Parabenizo também a Senadora Ângela, aqui representada pelo Deputado Flamarion, Deputado Márcio Junqueira, Urzeni Rocha, demais Deputados Estaduais, na pessoa do Presidente do nosso partido Deputado Remídio, Vereadores e Deputados do nosso querido Estado do Amazonas, que nos visitam, Vice-prefeito de Pacaraima, demais autoridades, senhoras e senhores. Esta Audiência Pública é tomada de tristeza, entretanto necessária. Tristeza porque acompanhamos as pessoas aqui reviverem momentos de angústias, momentos de tristezas, quando pensavam que estavam desfrutando de merecidas férias ao lado

de seus entes queridos. O mais grave disso tudo é que, na maioria das vezes em que foram incomodadas, em que tiveram seus direitos desrespeitados, que tiveram suas vidas tiradas, essas pessoas eram membros do estado sob a proteção da lei, quando deveriam ali prestar assistência e preservar a dignidade e o patrimônio dos brasileiros que visitavam aquele país. Quero usar de brevidade e, portanto, serei pontual. Farei um breve histórico da fronteira que conheço relativamente bem. Fui lotado ali em 1983 quando fui aprovado em concurso nacional da Receita Federal e por ali desempenhei as minhas funções durante cinco anos. Nós temos aqui hoje tão somente a ponte do ice-berg. A situação é muito mais dramática, pois lembro bem quando trabalhava naquela fronteira de uma comissão desta Casa, nos idos finais dos anos 90, que foram resgatar garimpeiros que estavam sendo tratados como animais em calabouços naquele País, que, por uma ação vitoriosa e responsável desta Casa, esses nacionais nossos retornaram ao nosso País. Alguns não tiveram a mesma sorte, pois são assassinados, como nós ouvimos aqui em torno de sete a oito depoimentos. São situações que nos alarmam, nos entristecem, mas devem ser enfrentadas com a serenidade e a responsabilidade com que esta Casa está demandando. Eu fico preocupado e quero aqui deixar algumas interrogações. Nós estamos tratando aqui de assuntos que ocorrem no interesse da nossa esfera Federal, daí, Deputado Márcio Junqueira, será muito importante o seu apoio e do Deputado Urzeni Rocha. Nós estamos lidando com assunto de ordem federal, que gira na esfera federal, e estamos lidando também com assuntos que acontecem em outro país. Portanto, escapa da minha condição de Vereador de Pacaraima, escapa da minha condição de Presidente do Legislativo daquele Município, escapa da condição desta Casa, mas não nos escapa da condição de registrar a nossa indignação e pedir providências. Quero dizer que podem contar conosco, nas fileiras dessa luta, para que possamos fazer com que prevaleça pelo menos o direito à vida, que é sagrado em todo mundo civilizado e que a Venezuela não tem respeitado.

Registro a dificuldade da nossa luta, porque prevalece na Venezuela o desrespeito à vida. É um País que lidera a lista de homicídios na América Latina, na ordem de trinta homicídios por cem mil pessoas. É um País que não consegue resguardar a segurança do seu cidadão. Eu fico me perguntando como eu posso pedir para que esse país, que não guarda a vida do seu cidadão, reguarde a vida do meu cidadão. É um problema econômico, é um problema político e talvez seja melhor adotar a posição da agência de turismo. Talvez não seja o caso, não quero dizer e afirmar que seja o caso, porque tão somente se abre a discussão nesse momento. Espero ir adiante e que tenhamos resultados positivos. Talvez seja o caso de abriremos uma campanha para o Estado de Roraima e Amazonas: “Não visite a Venezuela, porque o seu ente querido pode perder a vida”, como aconteceu com o nosso querido Dinho, que era um defensor desse passeio. Ele estava lá conosco sempre na fronteira defendendo a integração entre os países e ele pagou com sua vida. O Joaci, que é uma pessoa da fronteira, que trabalha em prol da interligação dos povos, da cultura, também deu seu depoimento da sua desventura, num simples passeio na fronteira. Eu fico me perguntando: nós que moramos na fronteira, que efetivamente quase todos os dias temos que entrar naquele país, deixaria aqui como ideia para ser discutida que os nossos representantes, na esfera federal, requeiram, de imediato, fortalecimento da representação diplomática em Santa Elena. Que tenha estrutura para dar vazão às demandas, porque nós sabemos das dificuldades que ali existem e conheço há mais de duas décadas. Precisamos de atitudes positivas. Nós temos algumas discussões hoje, a nível nacional, no Congresso Nacional, na esfera dos Ministérios que tratam da questão da fronteira aberta 24 horas, discussão recente lançada pelo nosso sindicato. Quero colocar aqui à disposição o nosso sindicato, que trabalha fortemente na questão das aduanas. E, dizer que Roraima é um Estado fronteiriço, pois temos duas fronteiras terrestres povoadas e que são frequentadas. Nós temos aqui um aeroporto internacional alfandegado e precisamos cobrar das autoridades federais, que regulam a questão da aduana, que regulam a polícia de imigração, para que tenham uma presença mais forte e mais constante. Acredito que temos que traçar um parâmetro, inclusive, de atuação mais forte da Polícia Rodoviária Federal, mas este é um outro assunto que trataremos num outro momento, que é a questão do descaminho de mercadorias de Santa Helena para o Estado de Roraima, que também tem o viés criminoso e que as vezes a população esquece que um crime puxa um outro. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Com a palavra o Deputado Federal Urzeni Rocha.

O Senhor Deputado Federal Urzeni Rocha – Bom-dia a todos. Vou ser breve. Quero cumprimentar o Deputado Chico Guerra, nosso Presidente da Assembleia, saudar o Deputado Abdala que veio representar a Assembleia do Amazonas: o Vereador Hiran de Manaus, Vereadora Aline, representante da Câmara dos Vereadores; saudar, de uma forma especial, o meu amigo e companheiro, Deputado Márcio Junqueira; cumprimentar os demais Deputados, em nome de Flamarion Portela, saudar os servidores da Assembleia Legislativa, cumprimentar a todos que estão nesse momento importante do debate político em Roraima.

Primeiro eu gostaria de louvar a iniciativa de Vossa Excelência de dar a oportunidade para que nós, nesse encontro, possamos debater um tema que incomoda, que está mexendo com toda a sociedade roraimense, com todos os brasileiros que aqui no Amazonas e que tem realmente deixado muitas famílias inquietas, enquanto se deslocam ao nosso vizinho país da Venezuela. Mas, é preciso que a gente faça uma reflexão do momento político que a Venezuela está vivendo. A Venezuela, sob a gestão de Hugo Chavez, tem vivido uma instabilidade política intensa. É um País em que a população está passando fome. É preciso lembrar isso e discutir isso neste encontro. Nós sabemos que a Venezuela está a poucos dias de eleger um novo Presidente e a expectativa do mundo é que esse novo governo venezuelano possa evidentemente colocar a Venezuela no trilho de desenvolvimento e que a população possa ter condições de vida melhor. Deixo isso como uma reflexão a questão do momento político da Venezuela.

A questão do histórico do turismo de amazonenses e roraimenses no País da Venezuela já é de muitos anos. Lembro que fui um dos pioneiros. Quando ainda jovem saía de carro, quando a estrada ainda não era asfaltada e a gente se arriscava. Era prazeroso visitar aquele País nos idos de 90, pois tinha muita coisa bonita para se conhecer. Mas, essa relação foi se deteriorando, ao ponto de que hoje, o que nós podemos observar, é exatamente o histórico de vários depoimentos de irmãos roraimenses aqui, é o relato triste das atrocidades, dos crimes praticados por bandidos venezuelanos contra o nosso povo. Isso foi se deteriorando a ponto de chegar até a morte do nosso amigo Dinho, pois sou amigo dele desde a infância. Talvez o filho dele não conheça a minha história com ele e nem é pelo que aconteceu que estou declarando isso, mas o Dinho era um amigo que eu tinha. É por isso que hoje é importante que nesta Casa a gente tem que levantar a cabeça e, acima de tudo, Senhor Presidente, possa encontrar, ao final de tudo isso, no debate que aconteceu no Amazonas, no debate que está acontecendo em Roraima, no debate que estamos fazendo no Congresso Nacional, e aqui eu quero dizer que represento o meu partido, PSDB, na Comissão de Relações Exteriores, na qual sou o Vice-Presidente. Informo para Vossas Excelências e para os Senhores que estão nos assistindo que, há poucos dias, aprovamos um requerimento, de autoria da Deputada Pieta e do Deputado Praciano de Manaus, subscrito por mim também, onde, no momento em que acontecia o episódio da morte do Dinho, a gente aprovou naquela Casa um requerimento convocando as autoridades brasileiras para debatermos exatamente esse assunto, ou seja, as agressões e violências sofridas pelos nossos irmãos roraimenses e amazonenses cometidos pela Guarda venezuelana, pelo Exército venezuelano contra os nossos irmãos, nas estradas venezuelanas. Então, amigos, nós estamos aguardando a data. Já comuniquei ao Deputado Chico Guerra da data da audiência que será realizada em Brasília. Vamos convidar representações de Roraima e representações do Amazonas para essa audiência. Nós temos o objetivo, como disse, prático e que não adianta ficar só do lero-lero. Tem que sair um documento prático, um documento de procedimento. Vocês assistiram, há bem pouco tempo, uma relação complicada entre brasileiros na Espanha. Os brasileiros chegavam lá, prendiam no aeroporto, não deixavam sair, dava uma complicação danada. A partir do momento que as autoridades se mobilizaram foi só começar a deixar cinco, seis espanhóis no aeroporto, dificultando a vida deles, que começaram a facilitar a vida dos brasileiros na Espanha e tudo ficou bem.

Então, é preciso que nós nos mobilizemos para que as autoridades brasileiras e venezuelanas se mobilizem e criem condições para dar segurança a todos nós brasileiros, para que possamos viajar ao país venezuelano e sermos tratados como nós os tratamos aqui. Então, essa é a mensagem que nós gostaríamos de deixar neste momento. Vou passar às mãos do Presidente a Ata da reunião e o requerimento

aprovado da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, para que nós, no último momento, com todas as autoridades, possamos construir um manual de procedimentos para que melhorem essa relação turística de brasileiros com venezuelanos, para que a gente possa contar histórias bonitas das nossas viagens. Então, eu agradeço a oportunidade e enalteço, mais uma vez, a sua iniciativa e cumprimento a todos. Muito obrigado

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Passamos a palavra ao Deputado Flamarion Portela, nesse ato representando a Senadora Ângela Portela.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares deste Poder, cumprimento, de maneira especial, o Deputado Abdala Fraxe, que tem o mesmo nome do pai, a quem eu tive a oportunidade de manter uma amizade. Queria dar boas vindas e cumprimentar o Vereador Hiran, os Deputados Federais Urzenir Rocha, Márcio Junqueira, cumprimentar os demais membros da Mesa, em nome da Vereadora Aline. As minhas primeiras palavras são de louvor ao Poder Legislativo. Eu acho que um dos três pilares que sustentam o legislativo é o que concerne a representatividade do conjunto da sociedade, e nós ouvimos aqui depoimentos emocionantes. Eu acho que todos nós estamos tocados pelos depoimentos, a começar pelo depoimento do Joacir, depois pelo depoimento do jovem Bruno, o depoimento da Neuma, da Fernanda, da Marilene e do Peixoto. Sei que a Bancada Federal, os onze parlamentares que representam este Estado, os onze que representam o Estado do Amazonas não está disponibilizados, recheados de vontade para ajudar, encaminhar, pelo menos diplomaticamente, a solução para o problema que vivenciamos hoje, que é um problema gravíssimo. Nunca imaginei que nós tivéssemos tantos e tantos fatos tão desagradáveis, que só enegrece a relação entre a Venezuela e o povo roraimense. Eu acho, Deputado Márcio Junqueira, que o político tem que ter coragem de ter posição. O que vou dizer aqui pode não agradar muitas pessoas, mas vou me prender ao depoimento do Peixoto e depoimento do Deputado Urzenir Rocha. A Venezuela tem algo em torno de seis milhões de habitantes, 62% do alimento que o povo venezuelano consome é importado, consequentemente, a Venezuela tem uma insegurança alimentar muito forte. A Venezuela passa por crise recente, porque a fonte de receita da Venezuela é o petróleo. A Venezuela é a quinta reserva de petróleo do planeta, mas, simplesmente, esse petróleo sustenta toda a Venezuela. Eu e vocês sabem que a Venezuela, antes do Chavez, era voltada para o mercado americano. O venezuelano, a elite dominante vivia em Nova Iorque, Miami, Las Vegas. Depois do Chavez, tentou quebrar isso, mas a Venezuela tem uma corrupção arraigada, enraizada. O Peixoto saiu daqui com uma autorização legal, oficial, mesmo assim foi extorquido. O Paulo acabou de dizer que a Venezuela hoje detém o maior índice de assassinato da América Latina. Isso é reflexo da condição social que a Venezuela vive. Essa discussão é extraordinária, resultados surgirão, podem ter certeza disso, mas não esperem milagres. Agora dia 14 vai haver uma eleição, vai ganhar Capriles ou vai ganhar Maduro. Qualquer um dos dois que ganhar, a Venezuela vai passar por sérios problemas. Hugo Chavez adotou uma filosofia estatizante. Ele estatizou várias empresas. Isso tem um recado forte para o mercado financeiro internacional. O recado é o seguinte: lá não existe segurança política para se investir, e o mercado não vai onde tem riscos; o mercado só vai onde existe segurança e certeza do retorno. Isso é a crueldade do sistema financeiro mundial. Portanto, essa discussão é categoricamente perfeita. Tenho certeza que a bancada vai fazer o seu papel. Mais uma vez louvo a Assembleia por essa iniciativa brilhante, mas, até alcançarmos, na prática, aquilo que desejamos, sonhamos, almejamos, pode ter certeza que vai demorar muito tempo, porque essa fronteira que nos divide pode ser só imaginária, e deveria ser, já que a Venezuela está no Mercosul, que aqueles marcos que são realmente para fazer a divisão física, ele fossem esquecidos, e essa visão fosse imaginária, e que a gente pudesse intensificar esse comércio. A Venezuela pode significar um comércio importante para Roraima. Na hora que Roraima alcançar uma escala de produtividade, que esperamos que seja o mais rápido possível, a Venezuela pode ser o grande mercado consumidor deste Estado. A Venezuela consome hoje a carne que vem de Rondônia, e passa aqui; consome o frango que vem de Santa Catarina, e passa na nossa BR, consome o leite que vem de Goiana. Isso tudo poderia ser produzido em nosso Estado e a Venezuela está consumindo. Portanto, saúdo aqui bastante emocionado os convidados que vieram, mas também fico entristecido pelos ocorridos. Numa sociedade civilizada onde há respeito, não é possível aceitar o que o povo venezuelano tem feito conosco. Essa reação, com certeza,

vai surgir. Acredito que possa ocorrer através do Itamarati, em comum acordo com a embaixada da Venezuela. Apesar dos avanços ainda são tímidos os resultados. Há anos que este Parlamento aqui já mantém um relacionamento e busca fortalecer esse relacionamento com a Venezuela. Isso é antigo. Lembro, Deputado Chico Guerra, que nos primeiros anos, se não me falha a memória, entre 90, 94, 98, que Vossa Excelência liderou um grupo de parlamentares para trazer de lá garimpeiros. Há anos que se busca resultados, mas os problemas elementares, os problemas tristes continuam a existir. Portanto, agradeço a presença de todos. Trago um abraço da Senadora. Posso afirmar aos dois parlamentares que a Senadora vai estar disponível, abraçada e engajada nessa luta.

Deixo para reflexão, para todos nós que somos pessoas conscientes, sabemos o que queremos. Todos nós devemos pensar que o problema da Venezuela é um problema social, sério, que talvez as consequências piores estarão por vir. Esperamos que o próximo Presidente tenha coragem de enfrentar os problemas básicos, estruturantes da Venezuela, e, a partir daí, a Venezuela seja o grande país que deveria ser. A Venezuela deveria ser um dos países mais ricos do mundo, e não é, porque a corrupção o consumiu e o consome hoje. O meu louvor, mais uma vez pela iniciativa, louvor à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, louvor à Câmara Municipal daquela capital, para que realmente representando junto à sociedade, possamos trazer este problema à tona e aqui haja o encaminhamento para solucioná-lo. Sejam todos bem vindos, um grande abraço, obrigado.

O Senhor Deputado Federal Márcio Junqueira – Eu gostaria de pedir licença ao Presidente Chico Guerra, a todos os Deputados e aos nossos visitantes, em função do horário do nosso voo para Brasília, estarei me ausentando, mas com o sentimento que há pouco externamos, que entendo ser o sentimento de todos nós. Quero agradecer e, mais uma vez, parabenizar a Assembleia Legislativa.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, gostaria de antes que os Deputados Federais saiam do Plenário, fazer um apelo, para que os mesmos possam interferir junto à Embaixada Brasileira em Brasília, junto ao Ministério do Exterior, quanto à situação do Dinho, pois o carro ainda está preso. Que possam pedir interferência do nosso Secretário e Deputados Federais, junto às autoridades e ao embaixador da Venezuela em Brasília, para que liberem o carro, pelas dificuldades, pela dor que a família está passando. Faço um apelo aos dois Deputados que estão viajando. Por outro lado gostaria de colocar, o Deputado Márcio falou sobre o peso das bancadas do norte que é fraco, mas eu quero dizer o seguinte: a nossa bancada é forte. Quem tem o Senador José Sarney no Estado do Amapá e o Romero Jucá, ex-Líder do Governo; o Eduardo Braga, Líder do Governo e a Senadora Ângela Portela. Nós temos uma das bancadas no Senado mais forte do Brasil. Se conseguirmos unir essas lideranças, que eu estou colocando aqui, com certeza, vão olhar para nós, aqui da Amazônia diferente do que está ocorrendo. É diferente o tratamento que é dado nas fronteiras do sul, nas fronteiras do sudeste e do centro-oeste em relação ao tratamento que é dado aos irmãos que moram no Amazonas.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Com a palavra o Deputado Brito Bezerra. Após, a Deputada Aurelina e o Deputado Coronel Chagas.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, saúdo em seu nome todas as autoridades aqui presentes e, em nome do Deputado Abdala Fraxe, saúdo todas as autoridades que vieram do Estado do Amazonas participar desta Audiência Pública. Em nome de todos aqueles que derem o seu depoimento, eu quero saudar a Senhora Maria Nice e o Bruno Matheus, esposa e filhos do Dinho, que foi brutalmente assassinado na Venezuela. Senhor Presidente, serei breve e quero aqui também deixar a minha indignação e, posteriormente uma reflexão. Senhor Presidente, qual é o compromisso das autoridades venezuelanas com o povo brasileiro, sendo que aqui, nesta audiência pública, sendo que aquele país é parte e aqui não está? Qual o nível de compromisso dessas autoridades se nem aqui estão presentes?

Senhor Presidente, eu já ouvi aqui o Deputado Xingú, já ouvi Vossa Excelência falar que vai à Venezuela e é muito bem recebido pelas autoridades, pelo Governador, pelos Deputados, enfim, pelas autoridades venezuelanas, e sei que é verdade. Então, não existem problemas institucionais, os problemas são pessoais. Deputado Flamarion, o comércio vai ser perfeito, porque nós podemos um dia assistir à demanda da Venezuela na questão comercial, porque as relações institucionais são perfeitas. Os problemas são as relações pessoais. O nosso povo não está sendo só humilhado e massacrado, mas até morto na Venezuela. E aqui eu faço uma pergunta: Será que nós não já passamos

do campo da insistência e da persistência e já estamos no campo da teimosia? Compensa visitar a Venezuela e gastar o nosso dinheiro lá? Aquelas pessoas não nos respeitam. Aqui nós os recebemos como deuses. Então, uma reflexão: compensa visitar um país que mata e assassina o nosso povo? E aqui eu louvo a ABAV, em nome do Senhor Peixoto, quando diz: “Não visitem a Venezuela”. E quero também, Senhor Presidente, falar para os Deputados aqui presentes e para o povo do nosso Estado: vamos valorizar a prata da casa, vamos visitar as belezas naturais do nosso Estado. Deputado Joaquim Ruiz, vamos para a festa da melancia em Normandia neste final de semana. Eu tenho certeza que todos serão recebidos com um grande abraço, pelo povo daquela terra. Vamos visitar o Monte Roraima, pois o Joaci que foi humilhado e massacrado na Venezuela, ele nos conduz até o Monte Roraima e foi tema do Globo Repórter. Vamos conhecer os outros municípios: a Festa do Abacaxi que tem no Município do Cantá, a Festa da Banana no Caroebe, enfim as belezas das nossas cachoeiras no Uiramutã, no Tepequém. Vamos valorizar a prata da casa. Vamos nos irmanar por Roraima e esquecer que a Venezuela vai nos dar um dia um trato humano. Aquele país está em decadência, fruto de uma ditadura militar, de um governo irresponsável, que só irá à decadência cada vez mais. Aquelas pessoas não vão nos receber como turistas e como irmãos, pelo menos a curto e médio prazo. A minha indignação eu quero deixar aqui: valorizemos a prata da casa, visitemos as potencialidades turísticas do nosso Estado e vamos gerar emprego e renda aqui e dar um tchau para a Venezuela, que não respeita o nosso povo. Não só humilha, como até mata os nossos irmãos. Portanto, Senhor Presidente, parabênize Vossa Excelência, agora, neste momento, representado pelo Deputado Xingu, pela iniciativa. Como Presidente da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, me coloque à disposição de todos, para que possamos fomentar essa política, Senhor Peixoto, e trabalhar pelo turismo e divulgar, trazer nosso povo mais perto de nós, em nosso Estado, gerando emprego, renda e fortalecendo a nossa economia. Muito obrigado

O Senhor Presidente (Jânio Xingu) – Obrigado Deputado Brito. Só para lembrar o Deputado Joaquim, o Deputado Chico Guerra, Presidente da Assembleia, vai reunir as três Comissões: Direitos Humanos, Relações Exteriores e Indústria e Comércio, e vai acompanhar a viúva do empresário Dinho até a Venezuela.

Com a palavra o Deputado Ivo Som, vice-Presidente da Comissão de Relações Internacionais.

O Senhor Deputado Ivo Som – Senhor Presidente, quero agradecer a esta Casa, pela iniciativa e como bem disse o Deputado Flamarion, não vamos parar por aí. Desejo boas vindas a cada um dos Deputados que vieram do Estado do Amazonas: Abdala e Eduardo; Vereador Iram, de Manaus; Deputados Federais Márcio Junqueira e Urzenir; representante da Câmara, Vereadora Aline, enfim, a todos o nosso bom dia.

Não poderia deixar de falar, depois de tantos fatos que foram relatados. Estive na Venezuela, no mês passado, nomeado por esta Casa. Nos dias 18 a 24 de março, estive com o Prefeito e Vereadores. Estive também com o Governador Mata Figueroa, do Estado de Nueva Esparta. Estive com o Governador Francisco Rangel, aqui do nosso Estado vizinho com a Bolívia e General Martinez, da Guarda Nacional daquele país, em Caracas, e fui até o maior Comando General daquele país. Fiz questão de ir não só como Deputado, mas como cidadão àquele país. Aqui também não poderia deixar de falar o nome dessas pessoas que fizeram o seu depoimento hoje. É muito triste, porque só quem sabe a dor que passa é quem perde. Aqui vimos choros e, como bem disse aquela senhora, “as vezes a gente pensa que não acontece com a gente”. Quando cheguei em UPATA, dentro do ônibus, entraram três guardas, com o fuzil na mão, e ele falou a mesma coisa que ouvi aqui num depoimento, perguntando se tinha alguma coisa, algum presente, foi quando dei uma carteira e ele sequer mandou alguém descer. Se não fosse Deputado, se não tivesse me apresentado, guardado a carteira, ficaria todo mundo numa fila, e começariam a bater na gente, perguntando se tínhamos bombom garoto, chocolate, ou se tínhamos dinheiro. E, como estava vestido bem simples, chinelo havaiana, calça, camisa simples! Acho que por via de Deus, eles não se dirigiam a mim, mas é constrangedor. Na vinda, eu me encontrei com um amigo Elenizio Ferreira Lopes, e ele viu os brasileiros sendo humilhados, porque, mesmo o posto tendo combustível, eles teriam que fechar para irem almoçar e, enquanto isso, ficávamos no sol quente. Sai de carro em carro e chamei o general daquele momento, só assim fomos abastecidos. Depois disso, ficamos lá até quase seis da tarde, mas só saímos depois que todos os brasileiros foram atendidos.

Tinha gente com crianças dentro de carros sem ar condicionado, no maior sol quente. Foi então que chamamos o guarda e mostramos para ele a situação. Então, eles começaram a fazer uma triagem, com nossa ajuda, com filas para carros com crianças, idosos, e assim por diante, e foi assim que fizemos com que todos abastecem seus veículos. Esse é o nosso papel. Sou solidário às famílias brasileiras, especialmente às do Amazonas e de Roraima. A narrativa que o Bruno fez aqui nesta Casa hoje, imaginem o desespero dessa mãe, desse filho naquele momento, ao querer socorrer, gritar sem ter a quem pedir. Para um carro com policiais e também não sabem a quem pedir. Conseguem parar uma ambulância e a mesma não tem nem uma maca, é complicado! Então, fica aqui nosso registro. Nós vamos continuar essa briga junto com os brasileiros e com os Deputados, em nome da Manuela que estuda comigo na FARES, em nome da família do Dinho e de todas as famílias que foram humilhadas, de alguma forma, na Venezuela. Gostaria de lembrar e agradecer a luta e a bravura do Eduardo Oestreicher, em favor dos brasileiros, e dizer que tudo o que vem ocorrendo na Venezuela virou notícia no Brasil todo, em Brasília, São Paulo, Amazonas e outros Estados. A própria Câmara de Deputados do Amazonas já está se posicionando. Só resta nos juntarmos com os Deputados Federais, Senadores e com nossas autoridades para dizer que já chega de desmandos e humilhações. Nunca soube de nenhum caso em que os brasileiros tenham humilhado venezuelanos, nunca soube de nenhum venezuelano ter passado por nada que fosse parecido com que os brasileiros estão passando na Venezuela. Vocês ouviram o que aconteceu com o Joacir e a namorada dele, sendo ameaçados com armas. Nós sabemos que, quando eles querem, tem segurança sim e nós vamos fazer nosso papel em cobrar mais segurança para os brasileiros. Este é o nosso compromisso como Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Fronteiriços e do Mercosul e Presidente da Comissão dos Direitos do Consumidor. Juntamente com os Deputados desta Casa, iremos até o fim, porque hoje foram eles que contaram suas trágicas experiências na Venezuela e amanhã quem será? Então, a toda a família do Dinho e a todos que usaram a palavra nesta Tribuna, tenham a certeza de que esta Casa jamais irá virar as costas a vocês, pois este é o nosso papel, nosso dever. Fica aqui cada vez mais, um pedido de apoio à Câmara Federal, Senadores, Deputados Estaduais, aos Prefeitos dos Municípios de Fronteira, Vereadores para que juntos possamos dar mais dignidade ao povo brasileiro quando se deslocarem à Venezuela ou à Guyana, pois acredito que devemos ser tão bem tratados como nós os tratamos quando eles vêm ao nosso País. Obrigado, Presidente Chico Guerra, Deputado Xingú, que não mediram esforços para que possamos juntos fazer frente a esta batalha. Iremos junto até o Amazonas e de lá para o Itamaraty, em busca de maior apoio para solucionar esses problemas.

O Senhor Presidente, Deputado Jânio Xingu – Obrigado, Deputado Ivo Som. Para encerrar, gostaria apenas que o Secretário para Assuntos Internacionais, Eduardo Oestreicher, que é um conhecedor profundo dessa relação Brasil/Venezuela. Depois dele ouviremos o Senhor Deputado Chagas e a Senhora Deputada Aurelina Medeiros.

Com a palavra, o Senhor Secretário para Assuntos Internacionais, Eduardo Oestreicher.

O Senhor Secretário para Assuntos Internacionais, Eduardo Oestreicher – Deputado Xingú, Presidente neste momento dos trabalhos. Senhores Deputados Federais, Estaduais, Deputado Estadual do Amazonas, Vereador, Vereadora Aline, demais pessoas que compõem esta Mesa.

É muito importante, Deputado Xingu, que o Poder Legislativo venha somar junto com o Poder Executivo e trazer também o Judiciário para essa discussão, que é muito importante. Não quero ser voz destoante, mas tenho muitos anos de trabalho com a Venezuela, vindo inclusive do caminho empresarial ensinado por meu pai, e, por essa experiência, surgiu o convite do Governador Anchieta para que pudéssemos contribuir com o Governo nesta parte importante, que faz a interlocução dos interesses do Estado de Roraima com os demais países, principalmente com nossos países vizinhos, Venezuela e Guyana. Nesse momento que é colocado em pauta um assunto que vem desde a época em que percorro essa estrada, 1983, as dificuldades são muitas, mas, graças a Deus, nestes trinta anos de idas e vindas à Venezuela, nunca tive nenhum tipo de problema em qualquer que seja a abordagem, policial, governamental, empresarial, no transcurso da estrada. Acho que sou protegido, mas quero lembrar que não podemos generalizar essa nossa indignação ao povo irmão venezuelano. Nós temos sim que atacar o problema de frente, e é aí que vejo a importância do Poder Legislativo em somar com o Poder Executivo, esse trabalho que vem

sendo desenvolvido sobre a orientação do Governador Anchieta. Como bem lembrou o Presidente, Deputado Chico Guerra, quando estivemos no funeral do Presidente Chavez, o Coronel Rangel se propôs a fazer abertura de portas junto ao Governador Aristoveles Turis, do Estado Anzoátegui, onde tem acontecido a maioria dos incidentes e também junto ao Governador Mata Figueroa do Estado Nueva Esparta, para que a gente possa levar todas essas informações de extorsão, de abusos, de maus tratos aos turistas amazonenses e roraimenses. Tínhamos combinado uma reunião com esses dois governadores, no final do ano passado, para que fosse colocado esse volume de turistas que iria fazer essa viagem no final do ano passado e no começo desse ano durante as férias, mas, infelizmente, com a eleição presidencial em outubro, que culminou junto com a nossa eleição municipal e posteriormente com a eleição para governador e deputados regionais na Venezuela, que foi em dezesseis de dezembro no ano passado, não tivemos como encaixar na agenda dessas autoridades essa reunião com o Governo do Estado de Roraima. Isso estava sendo planejado junto com o consulado da Venezuela em Roraima. Mas, de prontidão, o Governador Rangel nos colocou a disponibilidade de fazer essa interlocução que também pode ser feita junto com a Assembleia, em parceria com o consulado, para que a gente possa dar continuidade. O Deputado Abdala Fraxe tocou num ponto muito crítico, onde fez uma sugestão de que fechássemos a fronteira por trinta ou sessenta dias. Talvez a Venezuela sentisse no bolso essa não atenção ao turista brasileiro, que lá vai gerar emprego e renda. Acho que não seria esse o caminho, seria uma medida extrema, porque recentemente a Venezuela entrou e já faz parte do Mercosul e necessita e muito dos produtos brasileiros. Então, não acredito que essa seja uma medida viável, pois, nossa balança comercial é altamente favorável ao Brasil, uma vez que é através do comércio internacional que avaliamos essa diferença. Quero lembrar também que em todo esse contexto que é discutido, não podemos esquecer dos municípios de Pacaraima, onde parte da cesta básica desses municípios é complementada pelo fornecimento de produtos de Santa Elena. Alguns produtos adquiridos pelos municípios de Pacaraima são inviáveis em valores quando são trazidos de Boa Vista. Essa foi uma das conversas que tive com o Comandante da Guarda Nacional, Comandantes Quiones e o Comandante do exército em Santa Helena, em Escamoto. Infelizmente naquele ponto, onde o Joacir foi abordado, e conversando com eles sobre a preocupação do volume de compras dos brasileiros em Santa Helena e da situação atual de desabastecimento do mercado, nós teríamos que aprofundar muito essa discussão porque como poderíamos diferenciar uma compra feita por um turista comum, por uma compra feita por um município de Pacaraima. Na época em que o Vereador Paulo trabalhava na Receita Federal, havia uma permissão em que o município se dirigia até a Prefeitura e pegava uma autorização constatando que ele era morador de Pacaraima e podia fazer compras de um determinado volume em Santa Helena para seu próprio uso. O Deputado Xingu foi muito feliz quando conclamou ao Presidente da Casa que fosse realizada uma viagem à Venezuela, através de uma Comissão para que pudéssemos levar essas preocupações e tentar resolver o problema do veículo da família do Fernandes de uma vez por todas. Quero dizer que estou à disposição e que este é o trabalho que realizamos na Secretaria. Quero lembrar também que, depois da conversa que tivemos com a Guarda Nacional e o Exército Venezuelano, foram fixadas placas tanto na fronteira do nosso lado, como do lado venezuelano e em algumas alcabalas com os telefones de nossas instituições consulares para que o turista, caso tivesse algum tipo de abordagem diferente da que teria que acontecer, pudesse entrar de imediato em contato com nossos consulados. Também, em depoimento o Presidente da Cooperativa de Táxi, senhor Elenilson comentou sobre o abastecimento do posto de combustível de Santa Elena. O posto de combustível foi uma solicitação do Governo Brasileiro para atender aos turistas e aos comerciantes do Brasil. Se existem as filas e o mau atendimento e outros casos, em parte, é muita culpa nossa, pois vocês podem verificar que agora no período de férias em que a Polícia Federal, a Receita Federal e posteriormente a Polícia Rodoviária Federal começaram a fazer as fiscalizações diminuiu o problema de filas no posto de combustível e praticamente neste período não tivemos o descaminho. Quero aproveitar a oportunidade para relatar um fato que ocorreu, onde o Cônsul, senhor Efraim Flores, me autorizou informar às autoridades e à população em geral que esses maus-tratos não cabem exclusivamente a nós brasileiros. Vindo da Venezuela, o marido da Cônsul venezuelana em Manaus voltava da Venezuela para Manaus de ônibus, quando esse ônibus foi abordado pela Guarda Nacional em San Inácio, já de madrugada. Os guardas pediram a todos

que descessem do ônibus com suas respectivas bagagens. De um por um, com sua bagagem sendo fiscalizada, e o marido da Cônsul já não suportando todos os maus-tratos por parte da Guarda Nacional em San Inácio, apresentou seu passaporte diplomático. Os guardas mandaram chamar o chefe do posto em San Inácio pois, segundo eles, se houve a necessidade de apresentar o passaporte diplomático, é porque o marido da Cônsul, no mínimo, estava trazendo algum tipo de ilícito. Então, vejam, esse tipo de atitude não é somente com o estrangeiro, eles também praticam esses maus tratos, infelizmente por maus policiais, maus profissionais, com seu próprio povo. Por isso sempre relembro que devemos atacar os pontos que temos que resolver e não generalizar para o restante da população venezuelana. Gostaria apenas de apresentar alguns dados sobre o número de turistas brasileiros no ano de 2012. De janeiro a outubro de 2012, através de dados oficiais do CNIAT, de trinta e um mil, trezentos e quarenta e quatro brasileiros que entraram oficialmente na Venezuela como turistas. Isso dá uma média de três mil cento e trinta e quatro turistas por mês. O volume de dinheiro que estamos levando, e isso podemos comentar em uma reunião com eles, é muito grande, então está gerando emprego e renda na Venezuela. Quero finalizar também recordando os fatos que aconteceram esta semana em território nacional, mas precisamente na cidade do Rio de Janeiro, não é tentando desculpar o que tem acontecido na Venezuela, mas tivemos um casal, uma turista norte americana e um turista francês que foram maltratados dentro de uma Van, onde essa turista foi estuprada e o rapaz foi espancado; depois tivemos três turistas alemães assaltados e depois turistas argentinos também assaltados. Então, esses problemas que acontecem na Venezuela acontecem em todos os nossos países sul americanos. Mais uma vez digo que devemos atacar o problema pontual e tentar trabalhar em conjunto com as autoridades venezuelanas para que possamos ter um turismo tranquilo e digno, e uma relação comercial e social de ampla integração. Obrigado pela oportunidade e bom dia a todos.

O Senhor Presidente, Deputado Jânio Xingu – Passaremos a palavra para o senhor Deputado Coronel Chagas.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente Chico Guerra, Senhor Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Xingu, que preside a Sessão neste momento. Quero cumprimentar também os parlamentares do Amazonas que já deixaram esta Casa em razão do horário do voo, pois nossa audiência se prolongou devido às inúmeras manifestações e depoimentos que foram trazidos a esta Casa. Quero cumprimentar também o Senhor Secretário de Estado, o Presidente da Câmara Municipal de Pacaraima, Vereador Camilo, a Vice-Presidente da Câmara dos Vereadores de Boa Vista, Aline Rezende e demais colegas. Eu estive aqui nesta mesma Tribuna no dia 19 de fevereiro, logo que retornamos do recesso parlamentar, para registrar, naquela ocasião, a minha indignação pelo assassinato do roraimense Ernandes da Silva Gomes, o Dinho, morto com um tiro nas imediações da cidade venezuelana de El Tigre. Outras muitas vozes ecoaram protestando pelo ocorrido lamentável e pedindo providências quanto aos maus tratos cometidos aos brasileiros, que se deslocam para a Venezuela, todos os dias, principalmente em período de férias e feriados prolongados. Naquela oportunidade, nós solicitamos ao Presidente da Casa a nomeação de uma comissão externa ou a realização de uma audiência pública, o que está acontecendo hoje, com o objetivo de apurar não apenas a morte do Dinho, mas as atrocidades relatadas por brasileiros, como extorsões, assaltos, roubos, intimidações e constrangimentos. E alguns depoimentos nós ouvimos nesta audiência. Eu me sinto muito feliz, porque a resposta veio de forma rápida e eficaz. E aqui estamos, por iniciativa do nosso presidente Chico Guerra e do colega Josué Neto, Presidente da Assembleia do Amazonas, realizando essa audiência pública com o objetivo principal, que é buscar entendimento para melhorar a situação no relacionamento de roraimenses, amazonenses e venezuelanos, ao mesmo tempo denunciar as mazelas que nos atormentam. Nós conhecemos muito bem essa realidade e eu quero apenas trazer algumas informações. O secretário nos trouxe alguns dados, cerca de quase três mil brasileiros que vão por mês à Venezuela, isso sem contar aqueles que apenas atravessam a fronteira para fazer compras. Ai nós teremos elevado para mais pessoas que vão todos os meses à Venezuela levar os nossos reais, aquecer a economia na fronteira e gerar renda e emprego aos venezuelanos. Nós sabemos que o principal problema que nós enfrentamos na Venezuela é a questão da corrupção. Esse é um problema que o governo venezuelano ainda não conseguiu conter: a corrupção dos setores da guarda nacional e da polícia estadual, principalmente da enzotec. No entanto, a polícia do Estado de Bolívar, até porque, vereador Camilo,

há alguns anos eu me lembro que nos iniciamos essa integração com a Venezuela, ainda com o Governador Ottomar de Sousa Pinto. E, dentre as áreas que buscava essa integração, está a vara da Segurança Pública. E nós especializamos mais de 100 policiais venezuelanos do Estado de Bolívar, aqui na nossa academia de polícia. Eles tiveram acesso à filosofia de polícia comunitária. E isso humanizou um pouco mais aquela polícia. Parece que no Estado de Bolívar, o Secretário de Segurança Pública daquele Estado, Efran, e o Governador do Estado de Bolívar, que foi reeleito agora, começaram a implantar agora essa filosofia de polícia comunitária, partindo da polícia brasileira. A partir da Polícia Militar do Estado de Roraima, e aí nós temos a dicotomia: enquanto a polícia venezuelana de alguns estados é uma das mais corruptas que existe, aqui em Roraima, nós temos a polícia mais honesta do Brasil, segundo pesquisas divulgada ontem nos jornais de circulação nacional. Então, essa experiência, essa realidade da polícia nós procuramos levar, mas só o fizemos na polícia do Estado do Bolívar; em outros estados, não. E aí também a corrupção da guarda venezuelana. Eu acredito que nós podemos estreitar ainda mais esses laços, buscar esse entendimento, porque são duas nações em grande história de convivência e de relações comerciais. São mais de 25 bilhões de reais por ano, na relação comercial entre os dois países. E são coisas que nós não podemos deixar de lado. Agora, nós precisamos efetivamente fazer com que essa audiência pública, que está sendo realizada aqui, e nós vamos fazer lá no Estado do Amazonas, na Assembleia Legislativa daquele estado, repercuta no Congresso Nacional, no Itamarati, e que a gente possa transformar isso em ações eficazes para que outros brasileiros e outras famílias não venham sofrer como estão sofrendo tantas famílias. Como aqui relatado, há centenas de casos que seriam trazidos aqui. Nós passaríamos mais de uma semana ouvindo casos de maus-tratos, de desrespeito, de abuso de autoridade, de assaltos, de corrupção que acontecem naquele país.

Enfim, eu quero apenas, para finalizar, dizendo que contem conosco, estaremos sempre presentes nesta questão. E vamos também ao Estado do Amazonas, se necessário for, estaremos presentes, à disposição para ir também à Venezuela, porque conhecemos as autoridades de lá. Nós tínhamos os contatos, na época que estava na Secretaria de Segurança Pública, no comando da PM, de todos os comandantes. Não sei se hoje, ainda, as autoridades policiais têm isso. Quando acontecia um problema, imediatamente nós fazíamos contato com quem mandasse e conseguíamos resolver. Então, estamos à disposição. Vamos atrás de resolver essas questões que ainda afligem a família do Dinho, e tantos outros, que estão vivenciando isso. Quero parabenizar o Presidente por essa iniciativa, e rogar para que essa iniciativa para que o nosso discurso, as nossas vozes, o que a gente tratar aqui seja ouvido no Congresso Nacional, no Itamarati e que seja levado às autoridades venezuelanas. Muito obrigado a todos. Um bom-dia e que Deus nos ilumine e guarde. Obrigado.

O Senhor Presidente (Jânio Xingu) – Obrigado, Deputado Coronel Chagas. Queremos agradecer a presença da Superintendente de Turismo da FETEC e do Coordenador Estadual de Turismo Sijac Paixão.

Com a palavra, a Senhora Deputada Aurelina Medeiros.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Boa-tarde, Deputados. Quero saudar a todos e registrar o meu pesar e a minha solidariedade à revolta e à emoção das pessoas que nós assistimos aqui. E registrar, também, o meu sentimento de impotência frente a um estado brasileiro incompetente e dominado pelo crime. Esse é o estado brasileiro, nas suas mais diversas modalidades. É dominado pelo crime organizado, de várias formas: assaltos, tráfico de drogas, tráfico de pessoas, extorsão, ameaças, pressão, chantagem, difamação. Esse é o estado brasileiro que nós vivemos. Por isso, quando eu começo a ouvir essas discussões, eu me sinto um grãozinho de areia, incompetente, toda. Isso não quer dizer que a Assembleia seja isso. A Assembleia está sempre presente, buscando a solução para todos esses casos. Tantas vezes garimpeiros presos na Venezuela e a Assembleia a fazer isso. Mas isso se faz com amizade com alguém ou com os deputados de lá. Mas nós vamos agora tentar buscar o carro do Dinho e amanhã vai estar outro carro preso. E lá vamos nós perturbar de novo algum amigo para nos ajudar. Mas, em termos de ação do estado brasileiro, eu não acredito nisso. A polícia roraimense é a menos corrupta do país: 0,2% foi o índice de participação. Aqui, quando um quer extorquir no outro dia está no jornal. Então, ninguém faz mesmo. Os crimes venezuelanos têm sido relatados aqui, são praticados pela polícia de lá. Eu não sei se é a população miserável que a gente disse aqui, se é a polícia que está

fazendo isso. Então, deve ser uma questão de formação. Eu não sei o que é, eu só sei não é a primeira vez que a Assembleia faz isso. Nós vamos nos deslocar daqui para ir ao Itamarati, nós vamos ao Ministério das Relações Exteriores, o Governador da Venezuela vem aqui, abraça todo mundo, ri e continuam acontecendo as arbitrariedades. Então, não acredito que o estado brasileiro tome alguma posição em relação a isso. E aí eu me pergunto: o que eu vou dizer aqui? Não vão mais a Venezuela! Tanta gente que vive do garimpo, do comércio! Não sei se essa é a solução. A gente não vai mais deixar os venezuelanos entrarem aqui? É outra medida. Ou então, nós vamos continuar pedindo ao Itamarati, registrando as nossas revoltas; reivindicando atuações. E me preocupa bastante, porque nesse paraíso que a gente vive no Estado de Roraima, todo mundo tem expectativa de que os políticos podem fazer tudo, e que eles são incompetentes e não resolvem nada. Eu estou dizendo isso para deixar claro que nós estamos na batalha, na luta. Nós não fugimos daquilo que é a nossa responsabilidade. Mas a nossa responsabilidade tem um alcance bem pequeno. Acontece aqui o que aconteceu com as nossas fronteiras, quando aconteceu o episódio da Raposa/Serra do Sol. A gente tem fronteiras desgarnecidas, despolicadas, desestruturadas. Talvez até falte preparo. Não posso dizer que falta preparo para que possa orientar e proteger algum brasileiro que entre ali. Ninguém está nem aí para a nossa fronteira. Esse é o papel do Governo Federal, que eu chamo de dominado e incompetente, que é isso que ele é. Essa nossa fronteira, na extensão toda que tem, não tem polícia não; não tem estrutura nenhuma. Eu vejo, a gente passa ali, vê o prédio da Polícia Federal, você olha para um lado e para outro e vê que só existe polícia aqui para correr atrás de um cara que vem trazendo um tambor de gasolina. Ou então, de três rolos de papel higiênico, só pode trazer dois. Mas, para proteger, para estabelecer uma relação entre países, eu não vi ainda nenhuma ação. Isso me preocupa. Não é o abraço do Governador de um estado de lá que vem aqui não. Isso acontece. Nós também vamos lá e somos abraçados. A ação de Governo, a ação ministerial, ação para proteger realmente as relações internacionais, é isso que a gente tem que buscar para não estar todos os dias indo soltar um preso, todos os dias indo soltar um carro. Isso dói, realmente. Mas este é o Brasil que a gente vive.

O que eu quero enfatizar é que nós nos apavoramos mais, porque o nosso estado ainda é um paraíso. E a gente acha que nunca aconteceu com a gente. É o que acontece no país. Roubam até crianças estrangeiras quando os turistas vêm para cá. E eu não vejo essa guerra. Eu não sei quantos anos para extraditar um preso, para prender alguém. Não tem como as nossas leis brasileiras fazerem cumprir nenhuma ação aqui. E é isso que me dá a sensação de impotência. Mas eu quero louvar, dizer que estamos falando isso num desabafo. Muitas vezes eu ouvi uma pessoa que, depois que disse que estava aqui depondo, esperava que nós resolvêssemos esse problema. Eu quero apenas enfatizar que nós somos um grão de areia nisso tudo, fácil de se perder. A gente não tem esse poder. A gente tem a coragem, a força. Nós vamos a luta, nós gritamos, nós estamos juntos, isso é válido, mas a minha expectativa com relação a esse Estado dar proteção ao nosso povo! Eu lamento pelo turismo, que também tem as nossas instituições de turismo que vivem do turismo da Venezuela. É triste a gente dizer isso, mas a minha expectativa com relação à solução pelo Estado brasileiro, se vocês querem saber: a Alemanha não consegue, a Espanha não consegue; Os Estados Unidos não conseguem, a Inglaterra não consegue. Tomara que Roraima consiga! Era isso que eu queria dizer e agradecer pela participação.

O Senhor Presidente em exercício (Jânio Xingu) – Obrigado, Deputada Aurelina. Brilhante Deputada, Vice-presidente da Assembleia Legislativa. Em nome do Presidente da Assembleia, Chico Guerra, e deste Poder, quero agradecer a presença da imprensa, que fez a cobertura de todo este evento, dos funcionários aqui da Assembleia, que se mobilizaram. O Fernando Éder, que trabalhou muito para que este evento acontecesse. Todos aqueles que vieram, os convidados, os palestrantes, os depoentes, enfim que fizeram com que, Deputado Chico Guerra, esta audiência pudesse acontecer. E que daqui possa sair realmente o início de uma grande conquista, que é os brasileiros poderem ir à Venezuela gerar renda e que a Venezuela, em contrapartida, possa dar segurança e respeito aos brasileiros. Portanto, em nome do Presidente Chico Guerra, eu quero declarar encerrada esta audiência pública.

Explicações Pessoais. Não havendo quem queira usar este expediente e, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a

Sessão, convocando outra para o dia 09, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: Ângela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chico Guerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, George Melo, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai e Soldado Sampaio.

Aprovada Ata Sucinta em: 10/04/2013

**ATA DA 2194 SESSÃO EM 16 DE ABRIL DE 2013
45º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA
ORDINÁRIA**

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADOS CHICO GUERRA.

Às nove horas do dia dezesseis de abril de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima nonagésima quarta Sessão Ordinária do quadragésimo quinto período legislativo da Sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário (Gabriel Picanço) – Senhor Presidente, há quorum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário, Deputado (George Melo) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Gabriel Picanço) - Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Projeto de Resolução Legislativa s/n/2013, de 10/04/2013, do Deputado Mecias de Jesus, alterando dispositivos da Resolução Legislativa nº011/92, de 30 de junho de 1992, que aprovou o Regimento Interno com suas alterações.

Projeto de Lei Complementar s/n/2013, de 03/04/2013, do Deputado Mecias de Jesus, alterando dispositivos da Lei Complementar nº 053, de 31 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Roraima, e dá outras providências.

Indicação s/n/2013, de 11/04/2013, da Deputada Aurelina Medeiros, sobre a implantação da vicinal “Chega com Jeito” – 08 km, no PA Samaúma, no Município de Mucajaí.

Indicação s/n/2013, de 11/04/2013, da Deputada Aurelina Medeiros, sobre a implantação de um posto policial permanente na Vila Central, Município do Cantá.

Indicação s/n/2013, de 11/04/2013, da Deputada Aurelina Medeiros, sobre a recuperação das vicinais 02,03,04 e 05 da colônia Samaúma, no Município de Mucajaí.

Ofício N° 249/2013, de 09/04/2013, da Deputada Ângela Águida Portella, solicitando tornar sem efeito a Indicação nº 008/2013.

Memo N° 005/2013, de 11/04/2013, do Deputado Remídio Monai Montessi, informando que não comparecerá à Sessão Plenária do corrente dia.

Memo N° 22/2013, de 10/04/2013, do Deputado Brito Bezerra, informando que no dia 11 do corrente mês estará ausente da sessão.

Indicação s/n/2013, de 15/04/2013, da Deputada Aurelina Medeiros, sobre a recuperação de vicinais da região do caju, no Município do Bonfim.

Indicação s/n/2013, de 15/04/2013, da Deputada Aurelina Medeiros, sobre a recuperação de vicinais no Município de Bonfim, estrada da Vila Vilena, vicinais do PA Jacamim, vicinal do Jacaminzinho e a vicinal que liga São Francisco/Manoaá/Bonfim.

Indicação s/n/2013, de 15/04/2013, da Deputada Aurelina Medeiros, sobre a recuperação e a ampliação da Escola Nova Esperança, construção de quadra de esporte na Vila Samaúma e construção de quadra de esporte na Escola da Vila da Penha, localizadas

no Município de Mucajaí.

Indicação s/n/2013, de 11/04/2013, do Deputado Marcelo Cabral, a respeito da recuperação da ponte sobre o Rio Ereú, Km 02, Vicinal do Ereú, Município de Amajari.

Indicação s/n/ 013, de 11/04/2013, do Deputado Marcelo Cabral, a respeito da construção de uma ponte sobre o Igarapé 07 de janeiro, na Vicinal Ereú, Município de Amajari.

Indicação s/n /2013, de 11/04/2013, do Deputado Marcelo Cabral, sobre a recuperação da ponte no Km 14 da RR 13, Município de Amajari.

Indicação s/n/2013, de 11/04/2013, do Deputado Marcelo Cabral, a respeito da construção da ponte sobre o Igarapé Paraíso, Km 27 da RR 203, Município de Amajari.

RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:

Mensagem Governamental N° 023/2013, de 10/04/13, encaminhando o Projeto de Lei que “Institui o Programa Estadual de Parceiras Público-Privadas”, em conformidade com a Lei Federal nº 11.079, de 30/12/2004, que definiu juridicamente, no Brasil, como modalidade de Contrato de Concessão Pública.

Mensagem Governamental N° 019/2013, de 25/03/13, encaminhando o Projeto de Lei Complementar que “Altera e acrescenta artigos na Lei Complementar nº 198, de 03/08/2012, que dispõe sobre a Reestruturação do Programa Bolsa de Estudo Universitária.

Mensagem Governamental N° 024/2013, de 12/04/2013, encaminhando a Prestação de Contas do Poder Executivo, relativa ao exercício financeiro de 2012.

EXTERNOS:

Comunicado N° AL000084/2013, de 02/04/2013, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Telegrama S/N e S/D, do Gabinete do Senador Sodré Santoro, agradecendo o convite para participar da 1ª Audiência Pública, a realizar-se no dia 09 de abril de 2013.

Ofício N° 22/2013, de 09/04/2013, da Fundação Bradesco, solicitando a possibilidade de visita dos alunos, como forma de proporcionar conhecimento por meio de atividades pedagógicas dos componentes curriculares de geografia e história.

Carta s/n/2013, de 11/04/2013, da Sr.ª Maria Nice Cavalcante Gomes, requerendo o apoio desta conceituada Casa, para que interceda na liberação do veículo que se encontra no Município de Anaco.

Ofício N° 03/2013, de 10/04/2013, da Câmara dos Deputados, informando sobre a realização de encontro e seminários no Estado de Roraima, no dia 26/04/2013.

Ofício N° 446/2013, de 11/04/2013, da Companhia Energética de Roraima – CERR, encaminhando exemplares da Revista “Energia e Desenvolvimento”, de março de 2013.

Ofício N° 637/2013, de 11/04/2013, da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, solicitando cópia do processo legislativo que originou a Lei Complementar nº149, de 16/10/2009.

Ofício N° 049/2013, de 01/04/2013, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, referente ao programa para o SUS, convênio SINCOV nº774443/2012 – CNPq/IACTI-RR.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Gabriel Picanço) – Procedo à chamada.

O Senhor Deputado Ivo Som – Bom-dia Senhor Presidente, Mesa diretora desta Casa, Senhoras e Senhores Deputados, amigos deste Poder Legislativo, senhoras e senhores servidores, imprensa. Sejam bem-vindos, em nome de Deus. Senhor Presidente, o motivo da minha vinda a esta Tribuna é um assunto que foi muito discutido nesta Casa e na esfera federal. Inclusive, semana passada, tivemos uma Audiência Pública nesta Casa sobre o tratamento oferecido aos brasileiros que visitam a Venezuela. Como Vice-Presidente da Comissão de Fronteiras, Assuntos Internacionais e MERCOSUL e, como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor, tenho a responsabilidade, como todos os senhores, de mais uma vez, lamentar por nesse momento de tristeza, porque nossos brasileiros não foram mais humilhados e nem perseguidos pelos venezuelanos, desta vez, foram pelos próprios brasileiros. Ontem, por volta de nove e meia da manhã, recebi uma ligação de uns amigos, homens de bem, que pediam a presença de algum Parlamentar no Ministério Público Federal. E lá me deparei com a situação humilhante e, acima de tudo, preocupante, porque não estamos aqui dizendo que a Polícia Federal esteja errada,

mas a polícia que está ali para coibir, é uma polícia judiciária, ela está ali para defender a fronteira dos narcotraficantes e dar segurança aos brasileiros. Eu mesmo, quando fui até lá, mês passado, entre os dias 18 a 24 de março, naquele País, comuniquei a Polícia Federal ali em Pacaraima. Mas, na última semana, o que houve, Senhor Presidente, foram vários pais de famílias humilhados, maltratados e presos, injustamente, pela Polícia Federal. Consta aqui, nas minhas mãos, como é de praxe, todas as denúncias que hora a Polícia Federal fizera a alguns pais de famílias. E, já quero adiantar que nem todo pai de família tem um emprego, às vezes, está a mercê de não verem o seu filho, a sua família passar fome, e para não baterem de gabinete em gabinete, eles preferem arriscar a própria vida em busca de melhores condições de vida. Às vezes, até pensam em fazer algo errado, mas não fazem, porque têm dignidade. Fiquei triste ao saber que um pai de família foi preso na Polícia Federal por portar apenas três litros de gasolina em um carote. Onde chegamos? Fica aqui a minha revolta. Eu não aceito esse tratamento dado ao povo e não cabe a nós querer ser o dono da verdade. Nós devemos coibir esses atos. E, quero parabenizar o Senhor Ângelo Goulart, Procurador Chefe do Ministério Público Federal, e o servidor Lenival Santos que ora atendeu a cada pedido imediatamente. E Senhor procurador foi bem claro quando disse que o Ministério Público Federal não admite nenhum tipo de maus-tratos a brasileiros. Conforme ele, cada caso é um caso, não podemos generalizar, pois em cada ramo há os que fazem coisas erradas. Mas, eu acredito que a maioria deles são pais de famílias, trabalhadores, que arriscam suas vidas ao máximo. A nossa Constituição Federal nos assegura o direito de ir e vir, o qual foi cerceado a esses brasileiros. E, em um depoimento, um dos pais de família disse que não tinha gasolina para voltar para Boa Vista, que precisaria de dez a quinze litros, mesmo sabendo que estava tendo eleição naquele País, mas o policial disse que se ele adentrasse, estaria preso na volta. E, não foi apenas ele, foram mais de 20 pais de famílias que foram presos em Pacaraima. Eles disseram ao Procurador Federal que não tiveram o direito de fazer nenhuma ligação, nem de falar com um advogado, muito menos direito a água e a comida. E, lá havia uma senhora no meio de vários homens, sem direito à privacidade. O Procurador ligou imediatamente, na nossa frente, para a Superintendência da Polícia Federal dizendo que ia ouvir cada caso, culpar os responsáveis e apurar o abuso de autoridade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Deputado Ivo, para os órgãos de fiscalização do nosso País, hoje, todo brasileiro é ladrão até que se prove o contrário. Antigamente era diferente. Ouvi o seu pronunciamento, Vossa Excelência dizendo que um cidadão foi preso por causa de três litros de gasolina. Preste bem atenção no que eu vou colocar agora, pois nesse caso ainda teve três litros de gasolina. No meu caso, fui taxado de ladrão, corrupto, de desvio de dinheiro público, porque eu construí 722 casas com 30 metros quadrados, quando Prefeito de Iracema, no valor de R\$ 6.990,00 por casa. Veio um Perito da Receita Federal do Rio Grande do Sul, à época em que havia aquele show no Brasil de prender todo mundo, de querer fiscalizar, de querer desmoralizar a classe política para fortalecer o executivo, e disse que houve um superfaturamento nessas casas. Esse processo ainda anda na justiça. Meu nome foi enxovalhado, mas quando eles pediram a prisão dos Prefeitos, a justiça negou porque não havia sequer indícios de superfaturamento. Contudo, valeu para todos os órgãos de fiscalização um erro de um perito contra a fiscalização da CGU, do TCU e contra a fiscalização do órgão que liberou os recursos. Um Perito veio de lá para armar o circo e prender os prefeitos do interior de Roraima e, meu nome está aí sendo enxovalhado na mídia. Eu estou há dez anos tentando provar que houve um erro do perito. Foi feito um novo cálculo pelos técnicos da Caixa Econômica, eu contratei um perito da justiça e foi comprovado que não há milagre em construir uma casa de 30 metros quadrados com R\$ 6.990,00. O que eu quero dizer com isso? Se dessa forma eu fui condenado, imaginem o pobre dos brasileiros que ganham o pão de cada dia ultrapassando a nossa fronteira. Sabem o que acontece? Poucos têm coragem de chegar aqui e tornar público o arbitrio de quem deveria dar segurança para nós, brasileiros. Parabéns pelo seu discurso.

Aparte concedido à Senhora Deputada Ângela Portella – Obrigada Deputado. Quero lhe parabenizar pela sua sensibilidade e pela sua coragem de estar usando a Tribuna para falar sobre esse assunto. Olhem a ironia! Há uma semana atrás estávamos aqui discutindo que nós precisávamos que o nosso País vizinho tratasse bem os brasileiros que lá estivessem. Mas, os órgãos de controle, que existem para proteger e garantir os direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros, não têm essa concepção e acabam tratando as pessoas, no

mínimo, com desrespeito, ferindo a dignidade. Mais uma vez, quero me solidarizar com essa campanha e pedir que as nossas instituições públicas tenham a sensibilidade de dar ao brasileiro o que lhe é de direito e de respeitar as condições sub-humanas em que vivem muitas vezes, os nossos cidadãos, que estão à margem da sociedade por falta de uma oportunidade. Portanto, parabéns mais uma vez.

O Senhor Deputado Ivo Som continua – Agradeço o aparte dos Senhores Deputados. Realmente, temos que ter coragem. Mas, como disse o Deputado Joaquim, se como Deputado ele está há dez anos tentando provar sua inocência, imaginem os pais de famílias que não têm a quem recorrer. Já pedi para o meu advogado que protocolasse hoje, pois vou até a Superintendência da Polícia Federal falar com o Superintendente, porque eu sei que temos que ter coragem. Para quem não lembra, naquela época, eu e o Deputado Zé Reinaldo brigamos muito nas barreiras por defender a questão Raposa Serra do Sol e, também respondo a muitas perseguições dentro da Polícia Federal, mas não me cabe ter medo, porque quem outorgou o meu mandato foi o povo, com a permissão de Deus e, nós vamos até o fim. Quero pedir aqui, o apoio de cada um de vocês e solicitar ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Xingú, que faça valer a nossa Comissão e me coloque à frente dela também, pois não posso ser omissivo em defesa do povo. Quero pedir à Mesa Diretora e ao Presidente da Casa, que foi e será sempre o maior lutador em defesa dos presos brasileiros na Venezuela, ajuda, pois não tenho dúvida do seu apoio nessa questão. Por isso, requeiro que formemos uma Comissão, após a Sessão, com esses pais de famílias, para ouvirmos essas pessoas, pois até às nove horas de ontem, o Procurador estava ouvindo o depoimento de cada uma dessas pessoas. Ele disse que vai apurar cada caso e entendeu que ali poderia estar acontecendo mais um abuso de autoridade, pois ele não concorda, assim como todos nós, com o descaminho e com qualquer ato ilícito, mas o fato diz respeito a pais e mães de famílias que se arriscam ao enfrentar aquela fronteira para poder criar seus filhos com dignidade. Por isso, é nosso dever e obrigação ajudá-los.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Gostaria de louvar o pronunciamento de Vossa Excelência e dizer que também sou contra os abusos cometidos pelas autoridades, haja vista que, nós temos o direito de ir e vir. Como bem disse o Procurador Ângelo Goulart, cada caso e um caso e nós aqui, temos o dever e o compromisso de dar apoio a cada um dos senhores e senhoras. E, não tenho dúvidas de que, a partir de hoje, vai começar também à perseguição a pessoa do Ivo Som. Mas, tenho fé em Deus e no povo que a verdade prevalecerá, pois vocês são a verdade, estão dignamente trabalhando para sustentar seus filhos e, se depender de mim, estarei permanentemente lutando pelo povo. Como Vice-Presidente da Comissão de Fronteiras, vou fazer de tudo para defender os nossos os brasileiros, em especial os pais de família roraimenses que ali sobreviveram de alguma forma. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhoras e senhores que estão aqui presentes, meu cordial bom-dia. Meu bom-dia também aos senhores que foram aprovados no concurso da Assembleia Legislativa, que estão aqui dia-a-dia pleiteando pelos seus direitos, lutando para serem empossados. Reforço e reafirmo o nosso apoio a essas pessoas. Deputado Joaquim, Deputado Mecias, Deputado Brito, conforme o Senhor se posicionou com referência ao Presidente do IPER, o então Presidente afastado Rodolfo Braga, que naquele momento em que veio a esta Casa para ser sabatinado pelos Deputados, colocou-se como um autodidata em conhecimento financeiro e chamou os Deputados de analfabetos, os administradores da Caixa Econômica e do Banco do Brasil de ignorantes em relação ao mercado financeiro, e se auto intitulou como grande conhecedor do mercado financeiro e, Vossa Excelência, Deputado Brito, disse a ele que era muito fácil atirar com a pólvora alheia, pois era o que ele estava fazendo, porque o prejuízo que os servidores desse Estado estão tendo, em virtude da irresponsabilidade, da falta de compromisso do Presidente do IPER, o Senhor Rodolfo Braga, com o aval do atual governador, é enorme. Naquela diversificação de investimento que foi aplicado no fundo do BVA, que sofreu intervenção por parte do Banco Central, automaticamente houve o deságio de 33% dos investimentos que estavam aplicados nesse fundo, ou seja, o IPER, que tinha aplicado 70 milhões, hoje com os ganhos de 78 milhões, sofreu um deságio nas suas ações de 33%, algo em torno de 25 milhões está provisionado pelo Banco Central, porque não tem capacidade de liquidar seus compromissos do BVA, que é responsável pelo fundo no qual foi aplicado esse recurso. Logo, 25 milhões da contribuição dos servidores

do IPER, não sabemos qual o destino. Ai, Senhor Presidente, o que fazer para recuperar esse dinheiro, 11% em média que cada servidor do Estado contribui? O Senhor sabe o que é um servidor, na sua grande maioria, ganhar mil reais de salário e ter que tirar 111 reais para contribuir com IPER, aguardando 35 anos para ter uma aposentadoria digna? Esse dinheiro ficou na mão do Presidente do IPER, que sem o mínimo de senso de responsabilidade, sem ouvir esta Casa, sem ouvir a orientação dos Sindicatos dos Servidores, sem ter cautela na diversificação dos investimentos, simplesmente, ele veio aqui, arrogante, preponderante, e dizendo eu conhecia, entendia de mercado financeiro e que iria aplicar. Ele aplicou trezentos e poucos milhões em diversificação, em fundo privado, e hoje está aí esse prejuízo. A proposta está aqui, do DRAKMA, que o gerenciador desse fundo, bem clara, ou vocês negociam ou correm o risco de pleitear na justiça, na massa falida do fundo, a recuperação do fundo de vocês. E mais, tem chamado o IPER para negociar. Vocês abrem mão, renunciam desse valor de 25 milhões, renunciam seis milhões e o restante recebem em quatro anos, em quatro parcelas, em outubro de 2015, outubro de 2016, outubro de 2017 e outubro de 2018. Olha a falta de responsabilidade, de compromisso com o dinheiro alheio. Senhor Presidente, o mais estranho é que o Conselho Previdenciário eleito, pelo menos eleito, como foi cobrado nesta Casa, como denunciamos aqui na época, o CEP, disse não, nós não vamos abrir mão do dinheiro que é nosso, bem como a Presidente em Exercício do IPER também disse que não iriam abrir mão desse dinheiro. Fizeram várias reuniões, estou com todas as atas do Conselho, foi comunicado ao fundo DRAKMA, que simplesmente tem buscado alternativa e mecanismos para bular e se apropriar desse dinheiro dos servidores. E pasme, Senhor Presidente, agora veio um documento onde o fundo não reconhece a atual Presidente em Exercício como responsável pelo IPER. Quem foi convidado para a reunião dos cotistas, se renuncia ou não, foi o Senhor Rodolfo Braga. Para todos os efeitos, o fundo aceitou todos os documentos do IPER. Está aqui o documento, o Rodolfo Braga como responsável, afirmando que somente ele pode falar pelo IPER. E, sequer a Procuradora do IPER está entrando na justiça para buscar uma liminar para dar voz e direito de voz à senhora Tatiane, que é a Presidente em Exercício, é uma técnica, ou seja, estão fazendo de tudo para que o senhor Braga continue à frente do IPER, como já denunciou um membro do Conselho Previdenciário, é uma sombra negra que fica rondando o IPER, fica tentando interferir na gestão do IPER, que diz nos quatro cantos do Estado que vai voltar para o IPER, diz que pediu afastamento e nem tem isso na Lei 054. Se não sair a liminar na sexta-feira, vai haver a reunião dos cotistas e vai estar a Senhora Tatiane, presidente em Exercício, e o senhor Braga, Presidente afastado. O DRAKMA quer ouvir quem? Ele quer ouvir a Tatiane ou CEP, que disse não à proposta indecente de renúncia? Não, ele quer ouvir o Braga, que fez a negociata, decidiu pela aplicação, montou o comitê de investimento, pois, até então, não havia um comitê de servidores comissionados. Ele se auto tituló presidente de investimento, e o comitê de investimento pediu prudência, assim como o Conselho Previdenciário. E ele, na prepotência, veio a esta Casa, perante o Conselho e disse: eu decido e assumo, arco com a responsabilidade desses investimentos. Isso consta na Ata que tenho em minhas mãos, ou seja, olha o grau de atrevimento desse cidadão. O Senhor Braga, está aqui no diário oficial, alugou um prédio na rua Floriano Peixoto, em julho de 2012, por 14 mil reais ao mês, para ser a nova sede, para que houvesse espaço para os concursados, pois a atual sede não tem condições físicas. Somando o valor, termos algo em torno de 130 mil reais que foi pago de aluguel por um prédio que não está sendo usado. Eu pergunto: o Braga, é o que nesse Estado? Tudo isso porque é ex Deputado? Não, é porque tem o aval do atual governador, tem o apoio do governador. Se o governador tivesse responsabilidade com esse Estado, teria denunciado esse irresponsável para justiça. É dinheiro alheio, é dinheiro de servidor que passa 35 anos contribuindo para ter uma aposentadoria digna. Está assim, de histórias no Brasil de pessoas irresponsáveis, que pegaram dinheiro da previdência, aplicaram e deram calote em servidor. É inadmissível que o atual governador permita que esse cidadão volte a assumir o IPER, que ele permaneça na condição de afastado, pois, pelo contrário, ele teria que ser exonerado no primeiro momento, mas, até então, não vimos nenhum posicionamento do atual governador. O Senhor Braga foi afastado pela Comissão de Recomendação do Tribunal de Contas e, quero cobrar do Presidente da Comissão, Célio Wanderley, pois solicitamos técnicos do Tribunal de Contas, do IPER e desta Casa,

para acompanharmos de perto essa Comissão, da qual faço parte, porque não tenho visto muito avanço, as informações que tenho nos bastidores é que há limitações, principalmente dos técnicos. Então, é que essa Comissão faça seu papel.

Deputado Ivo Som, até lhe concedo um aparte nas seguintes condições: não defenda o Governador e não defenda o Braga, porque é indefensável essa situação.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ivo Som – Deputado, eu vou ser mais verdadeiro que Vossa Excelência. Ou o senhor concede o aparte, ou não, o que não pode misturar é se alguém mata alguma pessoa, o inocente não pode ir preso, e garanto que vou contribuir com o seu pronunciamento.

Na questão do Presidente do IPER, ninguém mais que os próprios funcionários de carreira, quando o senhor fala que é 30 anos de contribuição, nada mais justo do que terem seus direitos, e quem vai dizer isso, como Vossa Excelência disse, são as apurações dos fatos, que vão ter que chegar ao fim. Toda apuração tem início, meio e fim. Os culpados vão ser responsabilizados. Quando Vossa Excelência diz que ele está afastado, isso é questão pessoal. Eu vi na mídia esses dias que o próprio Conselho Administrativo do IPER queria a permanência da atual Presidente que está lá. Agora, não concordo com Vossa Excelência, de forma nenhuma, pois o que tem haver uma pessoa que está no cargo cometer um crime, ou errar, e governador ser culpado por isso. Não tem nada a ver, é a mesma coisa que uma pessoa cometer um delito ou um crime, e quem sabe, ou soube do ocorrido, ser culpado também.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Deputado, terminou o minuto. E me desculpe a indelicadeza, mas nem peço que some sua fala ao meu pronunciamento, porque o Governador é responsável. Se o Governador não fosse responsável, a atual Presidente do IPER não correira o risco do Ex Deputado Braga estar sexta-feira, lá em Brasília, na reunião do DRAKMA, do fundo, se auto titulando Presidente do IPER. Era para o Governador do Estado ter afastado, exonerado e chamado a Procuradoria do Estado e o ter denunciado ao Ministério Público...

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Deputado, quero contribuir com o seu discurso e com a Comissão da Assembleia. O IPER passou agora por uma auditoria da Comissão da Previdência Social do Brasil e, por uma fiscalização do Tribunal de Contas do Estado. Seria importante que a Comissão requeresse tudo que foi apurado pelas duas fiscalizações para servir de balizamento, para que possamos tomar uma posição firme, inclusive para termos uma orientação na hora de votarmos bem consciente sobre toda essa situação que está ocorrendo. Eu não tenho as informações que Vossa Excelência tem, mas estou tentando colaborar porque soube, através da mídia, dessas duas fiscalizações que ocorreram recentemente no IPER. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Soldado Sampaio, continua – Inclusive, a meta atual vem sendo cumprida em virtude das aplicações na Caixa Econômica e no Banco do Brasil, que foram acima do esperado. Infelizmente, essa diversificação de fundo, que tem causado prejuízo, foi seguida a risca como recomenda a legislação. Agora, a auditoria do INSS, o Ministério da Previdência diz que a responsabilidade é da gestão do IPER.

Ainda tenho a informação de que este prédio alugado há 9 meses e sem uso, é de pessoas próximas ao Presidente do IPER. Então, eu espero um ato do Governador, que baixe um Decreto dizendo que a Presidente do IPER é a Senhora Tatiane e que o Senhor Braga não tem nada haver com o IPER, para que a Justiça Estadual conceda uma Liminar para a Senhora Tatiane ir representar o IPER nessa reunião dos quotistas do BVA. Infelizmente, essa é a realidade, o que foi anunciado aqui, está acontecendo, é dinheiro público que está indo pelo ralo. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Quero noticiar uma Audiência Pública, da qual eu participei ontem à tarde, composta pelos Deputados Federais: Gerônimo Goergen, do PP do Rio Grande do Sul; Marcelo Castro do PMDB do Piauí; Paulo César Quartiero do DEM de Roraima e Raul Lima, do PSD de Roraima. Estive presente também participando dessa Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento da Amazônia, o Deputado Gabriel Picanço. Eu não poderia deixar de falar dos assuntos que foram levantados naquela Audiência Pública. Os Deputados federais vieram a Roraima para verem in loco as consequências da demarcação das terras indígenas Raposa Serra do Sol. Eles sobrevoaram aquela área e depois se reuniram com representantes das classes indígenas do nosso Estado, com

representantes da classe empresarial de rizicultores, com os pecuaristas, que também trabalharam e geraram emprego e renda e sustentaram suas famílias naquelas terras antes das demarcações, e todos tiveram direito a voz. O debate foi riquíssimo. O mais importante foram os ensinamentos que foram deixados naquela Audiência Pública. Todos os que representam as etnias indígenas do nosso Estado puderam colocar o seu sofrimento por conta dessa demarcação. Um dos que tiveram direito à palavra, o Senhor Lupedro, da SODIUR, falou que, após a demarcação os parentes estão passando fome, estão sofrendo de beribéri, não têm assistência da FUNAI, e que eles não queriam a Demarcação Raposa Serra do Sol. Mas, não ficou só por aí, o Senhor Jonas Marcolino disse também que, a maior injustiça que foi feita, não só com os produtores que sobreviviam daquelas áreas e faziam o PIB do nosso Estado ser maior, porque geravam emprego e renda, que foram expulsos daquelas áreas, foi feita com aqueles que trabalhavam para esses produtores, pois quando foi feita a demarcação, deixaram abandonados os indígenas daquela região. Nós ouvimos manifestações de pessoas que estavam lá também, patrocinadas talvez por ONGs, ou movidas por outros interesses que não os interesses reais do crescimento econômico do nosso Estado e de uma qualidade de vida melhor para a classe indígena. Eles diziam: “O Senhor Está errado, o Senhor não entende de Raposa Serra do Sol, o Senhor não representa bem as etnias indígenas.” Mas, vejamos só, dos 8 que usaram a palavra, só um defendeu a demarcação e a homologação da terra indígena, os demais disseram: “Estamos sofrendo e gostaríamos muito que fosse revisto essa demarcação, pois precisamos de integração, nós já vivemos isolados por um tempo e esse tempo foi muito bom, mas hoje não temos condições de continuar isolados, porque os nossos filhos querem estudar, querem se formar, nós queremos ter acesso à medicação e a FUNASA não vai nos medicar.” Mais de 30 indígenas estão em Campos Novos, embaixo de uma quadra, passando fome e sede e é a população daquela vila que está assistindo aqueles indígenas. Cadê a FUNAI, que é alvo de uma CPI no Congresso Nacional, que não dá nenhuma assistência à classe indígena, mas, que luta bravamente pelos interesses de ONGs, interesses outros que não o do nosso país? Eu quero dizer para vocês que estou aqui falando dessa Audiência Pública, porque senti, por parte da classe indígena, por parte dos produtores, que foi um desastre na vida deles, essa demarcação.

O desastre maior não foi para o empresário, porque ele pode se reconstituir financeiramente e montar sua empresa em outro Estado da Federação. Quem mais sofre com a demarcação são os indígenas, que estão passando fome, com problemas de saúde, sem assistência alguma. O Deputado Gerônimo, do Rio Grande do Sul, que é o Presidente da Comissão de Integração da Amazônia, disse: “vamos tomar providências, porque no Rio Grande do Sul também estão querendo demarcar terras indígenas, e aqueles indígenas de lá vão sofrer as mesmas consequências que estão sofrendo os indígenas daqui. Nós somos gratos ao povo de Roraima e aos Deputados que nos convidaram para vir aqui, pois vamos voltar com outra mente. Nós imaginávamos que essas demarcações eram feitas em respeito aos indígenas, para que essas pessoas tivessem resguardado e legitimado os seus direitos, mas isso é uma mentira.” As demarcações se dão em função de que os recursos naturais têm que ser preservados. Roraima é o Estado mais rico em minerais do mundo. Em detrimento de quem quer que seja, índio ou não índio, que o povo de Roraima sofra, que morra de fome, ou fique desempregado, e que o índio se acabe, mas os recursos naturais têm que ser preservados. E os interesses, de quem são? Os índios disseram que não tinham interesse em demarcação. A classe empresarial também não queria. A classe política deste Estado se levantou toda contra a demarcação. E, por que que ela foi demarcada e homologada? De quem são os interesses, senão do povo brasileiro? Então, vejamos bem, essa história ainda vai render muito. Esses parlamentares que aqui estiveram ficaram perplexos ouvindo a classe indígena do nosso Estado. Eles ficaram perplexos vendo aquela área demarcada, os índios abandonados, morrendo de fome, e brigando entre si. O Governo Federal, quando homologou aquela área, patrocinou a desunião, desintegrou a possibilidade de conviverem, índios e não índios, de maneira harmônica. A FUNAI fomenta o desprezo daquele povo e está fomentando a morte daqueles índios por falta de assistência. Quero dizer aqui que as ONGs Internacionais fomentam a desunião entre índios e não índios. Então, a demarcação daquela área não foi benéfica, mas sim danosa. Há pretensões de que sejam ampliadas essas reservas, aí nós temos que cuidar e fazer um levante proativo contra a ampliação de reservas indígenas ou de reservas florestais aqui no Estado de Roraima e em todo o Brasil. Eu perguntei a um indígena:

Você, com 17 mil quilômetros quadrados de área, está passando fome? O que é preciso para lhe alimentar? E, ele respondeu: precisamos de assistência técnica, pois queremos energia, assistir televisão, produzir, também queremos estar com vocês, porque nós não somos selvagens não! Então, porque não há integração? É um Brasil dentro de outro Brasil. A constituição não é respeitada quando diz, por Portaria, que nenhum cidadão que não seja indígena pode trafegar na área Raposa Serra do Sol sem autorização por escrito. Será que nós vamos pedir uma Portaria dizendo que os indígenas não podem trafegar na área onde vivem os não índios? Será que algum dia nós vamos patrocinar um conflito de sangue? Então, nós, da classe política deste Estado, Deputados Estaduais, Vereadores temos que começar a lutar em prol de uma só causa. Temos que ser proativos, pois podemos tomar um posicionamento depois que tudo acontece, porque vai ser mais difícil conseguirmos sucesso depois de uma causa perdida, como foi o caso da Raposa Serra do Sol. Então, o interesse é um só, preservar os recursos naturais, e não para os brasileiros, mas para os estrangeiros, para as indústrias que precisam de cassiterita, ouro, diamante, dos recursos naturais que estão aqui, no Estado de Roraima, o que acaba patrocinando a pobreza, o subdesenvolvimento do nosso Estado e, ainda, a degradação da classe indígena do nosso Estado de Roraima. E, uma outra preocupação que afronta a Constituição brasileira é o fechamento da BR – 174 à noite. O Deputado Raul Lima, que é daqui do Estado, foi no exército, no Ministério Público Federal, na Polícia Federal e em todos os órgãos federais que tratam de regulamentar o trânsito em nosso país, e não existe nada que os proíba de passar na reserva Waimiri/Atroari 6, 7, 8, 9, 10 horas da noite. Aquela corrente é colocada de maneira arbitrária. O Ministério Público e o Exército Brasileiro explicam que se você tirar aquela corrente e entrar, não sofrerá punição alguma, mas é cultura em nosso Estado só passar ali até às 18 horas. Então, vai haver um levante com o direito de ir e vir, para que aquela corrente saia dali, e as pessoas possam entrar e sair, porque não existe nenhuma Lei que nos proíba, nós, brasileiros, de ir e vir, permanecer, ou desde que, de acordo com a lei. Nosso trânsito é livre em tempo de paz, porque estamos vivendo em paz nesse país e em nosso Estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Jalsner Renier – Deputado Brito, obrigado pelo espaço. Quero aqui apoiá-lo e dizer que as instituições públicas federais, tanto o Governo Federal, quanto o Congresso Nacional, quando predisõem um conjunto de Deputados Federais, Senadores para analisar a situação, até diria política, dos índios, na área homologada pelo Supremo Federal, se tivessem uma noção política do Congresso e de toda classe política do Estado de Roraima, pois não é só a Comissão que vem do Congresso Nacional, e sim, toda a classe política, Governador, Prefeitos, Senadores, Deputados Federais, enfim, e tivessem o discernimento de buscar apoio na Região Amazônica desse país, tenho certeza que nós teríamos condições de retomar a extração do minério, que é legal, constitucional, é lei, é um direito do cidadão, porque se não fosse, não existiria Serra Pelada em Belém do Pará, onde quem se aproveita da extração do minério é a própria Vale do Rio Doce, hoje conhecida como Vale. Eu devo dizer a Vossa Excelência que a solução para o nosso Estado, está sim na agricultura, no homem do campo, mas não podemos abrir mão de uma parte significativa desse progresso. A independência do Estado está em nossas riquezas minerais, mas a essa o homem não tem direito, porque o cidadão não tem direito de entrar nas reservas. O cidadão de fronteira está buscando meios para sobreviver, uma oportunidade para sua vida e de sua família, mas esbarra na burocracia, na tarja de um policial federal que olha para a cara dele como se ele fosse um assaltante. Então, o que entendo é que nós precisamos sim, de ação emergente, e essa ação pode começar neste Poder, nesta Assembleia Legislativa. Aí sim, Vossa Excelência que levantou a bandeira poderá guiar os rumos políticos, juntamente com o apoio desta instituição, para fazer com que aquele Deputado Federal de Roraima, aquele Senador, não abraçasse essas causas. Os que apoiam, deveriam ser taxados como inimigos da bandeira do Estado de Roraima. Obrigado.

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua – Obrigado, Deputado. Louvo o pronunciamento de Vossa Excelência que disse quase tudo. Faltou dizer, explicitamente, Deputado Jalsner, que nem mesmos os indígenas que são donos das terras, conforme a homologação, não podem fazer uso dos recursos naturais. Mas, quem pode? O brasileiro comum não pode? E quem pode? Vossa Excelência colocou muito bem, temos que defender quem pode explorar de maneira sustentável, respeitando a legislação ambiental, trazendo riquezas para o nosso, melhorando a qualidade de vida da nossa gente, para não promover a expulsão de indígenas para lotar as nossas favelas aqui,

como está acontecendo agora. O povo indígena está sendo maltratado por essa política que foi imposta pela FUNAI, pelo Governo Federal, patrocinado pelo Supremo Tribunal Federal quando reconheceu e homologou essa área.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ivo Som – Eu quero agradecer a Vossa Excelência e dizer que sou um dos Deputados que acompanhou essa questão da Raposa Serra do Sol na época, pois fui nomeado por está Casa. Queria parabenizá-lo pela coragem. Só para o Senhor ter uma ideia, na semana passada, quando nós fomos para o Uiramutã, passei pelo Surumu, Cipó, Raposa Serra do Sol, Caju, Flexal, falamos com muitos indígenas e eles nos disseram que se fosse hoje e se arrependimento matasse, eles nunca fariam isso. Eles estão jogados, sem transporte, sem alimentos, sem escolas, sem estrada, sem saúde. Não tenho dúvidas de que essa comissão voltou e vai ter muita novela pela frente. Sei que a Assembleia Legislativa foi muito bem representada por Vossa Excelência e pelo Deputado Gabriel Picanço. Podem contar comigo, porque já chega de tanta humilhação ao povo deste Estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Há um mês atrás Deputado Brito, eu estive nesta Tribuna contando sobre, quando fui Prefeito, à época da demarcação das áreas yanomamis, a situação das ONGs que atuavam, pois, naquela época, havia médicos, avião. A Cláudia Andujar, antropóloga famosa, vivia nas áreas Yanomamis. A partir do momento que houve a demarcação, as ONGs sumiram e deixaram os índios sem nenhum apoio. Na semana passada, o desespero dos índios do Catrimani foi tão grande, porque uma índia morreu, por andar cento e vinte quilômetros, estando grávida, para chegar em Campos Novos. Por coincidência, há um mês atrás, eu coloquei aqui que os índios estavam indo fazer tratamento de saúde no posto de Campos Novos e que não tinha como a Prefeitura dizer não a esses irmãos, porque eles não são amparados pelo SUS. A mídia do Estado divulgou a situação de penúria em que vivem os nossos irmãos no Catrimani, que estão numa situação pior do que os outros que estão mais ao sul. Eles andaram mais ou menos de cem a cento e vinte quilômetros e, devido a essa caminhada, uma índia grávida morreu. Como foi uma decisão pessoal deles, a FUNAI foi omissa e os órgãos fiscalizadores muito mais ainda. Mas, para prenderem três litros de gasolina na fronteira da Venezuela, a força foi usada. Agora, para prender quem é responsável pela morte dessa brasileira que teve que caminhar cem quilômetros atrás de saúde pública, não houve interesse. Não vi nenhum órgão se manifestar para punir quem tem o dever de defender os direitos dos nossos irmãos índios. Esse é o retrato do Brasil chamado Roraima que é esquecido pelas autoridades. Quero resumir a minha intervenção dizendo o seguinte: Não acredito, Deputado Brito, que a ação de dois Deputados, um do Rio Grande do Sul e outro do Piauí, vá dar repercussão em nível de Congresso Nacional, porque aqui esteve, Deputado Flamarion, o Senhor Lindemberg Farias, Senador da República, um dos maiores expoentes do PT, partido ligado à Presidenta Dilma, que se colocou contra a forma como estava sendo feita a demarcação da área Raposa Serra do Sol, ao fazer um relatório contra, assinado por vários Senadores, e o Congresso Nacional se manifestou contra. O Ministro Gilmar Mendes e a Ministra Ellen Gracie estiveram na área Raposa Serra do Sol. Eu assisti toda a votação e o que eu ouvi, durante o voto do Ministro Mendes, foi que ele percebeu que tinham índios da Guiana, da Venezuela fazendo campana para que fizessem a demarcação. E, eu pensava que o voto dele seria favorável a não demarcação, pela forma como foi feita, mas quando encerrou a votação, Deputado Brito, ele foi a favor da demarcação. Agora, Deputado Brito, uma coisa eu tenho certeza, nós não temos o poder econômico que têm as grandes multinacionais do nosso País. A hora que começar a afetar a produção de grãos no Mato Grosso, Pará e Santa Catarina, aí o cenário muda.

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua- Deputado Joaquim, concordo em parte com o aparte de Vossa Excelência. O Deputado do Piauí e o do Rio Grande do Sul vieram a esta terra com o sentimento de homens brasileiros, pois fazem parte de uma comissão de integração nacional, integrando o sul ao norte e ao nordeste. Eu acredito em todos os esforços que sejam feitos no sentido de acabar com essa política de homologação de áreas indígenas e, minhas esperanças não cessam. Minhas esperanças só vão cessar quando todos os homens se calarem, pois aí sim, vai continuar esse processo de degradação do povo brasileiro. E, concordo em parte com a política do PT, principalmente com as políticas sociais. Mas, com essa forma de entregar as terras brasileiras para o povo estrangeiro, não. Temos que levantar essa bandeira juntos, porque essa luta é do povo de Roraima e de todo povo brasileiro. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Deputado Brito, quero parabenizar o Grupo Parima que está aqui há muito tempo, investindo e gerando emprego e renda. No último final de semana, o grupo inaugurou mais um empreendimento, fazendo com que as famílias de Roraima tenham mais emprego. Esse é um grande exemplo, porque a maioria dos grandes contratos do Governo de Roraima é com empresas de fora. A CMT, essa que vocês vêm fazendo esse esgotamento sanitário, tem, na BR/174, no Jatapú, um contrato com habitação, com asfalto urbano. Então, ela soma um montante de quinhentos e noventa e três milhões de reais. Só uma empresa de Brasília tem com o atual Governo quinhentos e noventa e três milhões de reais. Deputado Jalser, com esse valor daria para cem empresas de Roraima terem contratos de cem milhões de reais, o daria para vinte empresas de Roraima terem contratos de vinte e cinco milhões de reais. É algo muito grandioso. Esse dinheiro não fica aqui, todo lucro é investido lá fora. E, mesmo assim, sem apoio público nenhum, o Grupo Parima continua expandindo e gerando emprego para as famílias roraimenses.

Eu queria, ainda, me dirigir aos Deputados Guerra e Jalser Renier. Há poucos dias atrás, aproveitando o gancho do Deputado Sampaio sobre o IPER, fiz um Projeto de Resolução aqui, na Casa, para que o representante da Assembleia com assento no Conselho Previdenciário, pudesse encaminhar mensalmente à Comissão de Orçamento e Fiscalização, o relatório das atividades daquele conselho. E, como o Deputado Jalser, se não me falha a memória, era o relator, observou que isso não deveria ser de iniciativa parlamentar e sim uma iniciativa da Mesa Diretora. O que concordamos de pronto? Não interessa se o projeto é meu, ou da Mesa Diretora, o que interessa é sua aplicabilidade, sua eficácia. Pois bem, esse projeto, proposto pela Mesa, foi encaminhado à Assessoria Jurídica e está com o prazo encerrado. Está nas mãos do Doutor Alex Coelho desde o dia vinte e sete de março de 2013 e ele não manda. E, vemos uma polêmica dessa, onde o Conselho exige a presença do Presidente afastado do IPER, Rodolfo Braga. Então, é importante que esse membro da Assembleia com acento lá, nos dê subsídios, Presidente Guerra, para não ficarmos sabendo através dos outros, enquanto a Casa poderia nos informar. Dessa forma, peço à Mesa Diretora que dê celeridade a isso. Agora, vou falar do assunto pelo qual decidi ocupar a tribuna. Trata-se do ofício SESAU/nº 1284/13, de 01 de abril de 2013, no qual o Secretário Leocádio encaminha ao Presidente Guerra uma denúncia ou uma manifestação no que concerne à aplicação de penalidade ao Deputado Marcelo Natanael. O que fez o Deputado Marcelo Natanael? Foi na unidade de saúde de Iracema, procurou ver o estado da saúde, comparou e constatou com o relatório que o Conselho Regional de Medicina fez e, meses depois de o CRM ter feito este relatório, ele foi ver o que melhorou ou que providências o setor público havia tomado. E o que constatou o Deputado Marcelo Natanael? Que a coisa só piorou. A situação estava muito pior do que dizia o relatório do CRM. E aí, disse o senhor Secretário de Saúde: “entrou nas dependências da unidade de saúde em contento, sem qualquer autorização da referida unidade”. Então, o secretário Leocádio questiona aqui, que o Deputado Marcelo entrou sem a autorização da gestora, mas a gestora sequer estava lá. E deputado tem a prerrogativa de visitar qualquer setor público a seu critério, não desrespeitando, não agredindo, apenas conversando com as pessoas. Isso é prerrogativa elementar do Deputado. Mais a frente, diz o secretário que registrou o boletim de ocorrência, porque supostamente o Deputado Marcelo havia arrombado uma porta. Para finalizar, diz o Secretário Leocádio: “é o que, senhor Presidente, comparecemos com a devida vênia, perante a esta douta Casa Legislativa, para solicitar a Vossa Excelência que, em vista da gravidade dos fatos apontados, sejam adotadas as providências cabíveis que o caso requer”. É a segunda vez que o Secretário encaminha denúncia a esta Casa. Da outra vez foi contra o Deputado Brito e o Deputado Sampaio, quando fizeram visitas ao Hospital Geral. Quer dizer, a forma intimidadora é tão grande que eles registram boletins de ocorrência como se os Deputados bandidos fossem, e pedem providência. Mas aqui, agora, vou colocar que o Secretário Leocádio também precisa tomar na sua pasta determinadas providências. Entretanto, antes disso, quero destacar um relatório que faz parte desse documento encaminhado pelo secretário, que diz o seguinte: “o técnico, Roberto Cosme de Souza, relatou que a porta estava aberta”. Esse é um relatório que veio junto com o documento encaminhado para o Presidente da Casa e para a Corregedoria. Quero destacar que o Ministério público de Contas encaminhou ao Poder Legislativo, e o Presidente já nomeou uma Comissão, um documento formado depois

de oitivas de várias testemunhas, depois de um processo de investigação. O Ministério Público de Contas está pedindo o afastamento do Secretário Leocádio. Está aqui em minhas mãos o documento do Ministério Público de Contas, não é invenção desta Casa, não é invenção do Deputado Flamarion, é um documento consubstanciado que aponta determinadas falhas e, o Secretário tem o seu pedido de afastamento solicitado, Deputado Célio. Que providências tomará esta Casa? Não sei. Esta Casa é soberana e deve tomar decisões da forma mais correta possível. Então, vamos aguardar os acontecimentos, mas, aqui, quem quiser que leia, pois há depoimentos fortes de servidores, contudentes. É bom que se verifique o que está aqui para se fazer o juízo de valor.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Mecias de Jesus – Deputado Flamarion, quero me juntar a Vossa Excelência na sua linha de pensamento e, gostaria de dizer ao Secretário de Saúde que ele precisava ler um pouco mais a Constituição Federal, a Constituição Estadual e o Regimento do Poder Legislativo, para saber que um Deputado tem livre acesso a qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, a qualquer hora do dia, ou da noite. Isso está na Constituição Federal e Estadual, e no Regimento da Casa. E, portanto, não cabe nem ao Governador, e muito menos ao Secretário, ou a qualquer pessoa que seja, impedir a entrada de um Deputado Federal ou Estadual em qualquer administração pública do Estado. Esse é um direito do Deputado. Inclusive, ele pode chamar a segurança para isso. O que me estranha mais ainda é que o Secretário de Saúde, Dr. Leocádio, se reveste de um poder tão grande e ousa, inclusive, enfrentar o Ministério Público de Contas, o Tribunal de Contas, o Ministério Público Estadual, desrespeitando esses órgãos e a esta Casa, pois, a partir do momento em que ele desrespeita um Deputado, está desrespeitando este Poder. Assim como ele está agindo contra o Deputado Marcelo Natanael, certamente é o pensamento dele com todos os outros Deputados. Ele não pode fazer isso. Está se achando com um poder muito grande, não sei baseado em que. Será por que no Governo ele ocupa a secretaria que quiser, sai quando quiser e volta quando quiser? Ele só pode ter uma carta na manga muito grande contra o governador, que impede sua exoneração. Se ele sair de uma Secretaria, vai para outra. Lembrando aqui o pronunciamento do Soldado Sampaio, quem sai de uma Secretaria tem direito de entrar em outra, parece que fez tanto rolo, por isso tem que procurar outra pasta para que não denuncie o governador. Parece que essas são as ameaças que ele tem: “senhor governador, se o senhor não me segurar, denuncie tudinho”. Uma outra coisa, é o fato de o ex-Deputado Braga está afastado até hoje. O que se justifica isso? Se o Braga foi irresponsável é lógico que um irresponsável não mexeria com o outro, e o Braga vai ficar lá até quando quiser. Temos um governo sem compromisso com as pessoas, com a sociedade e com nossa gente. Lamento profundamente que o Dr. Leocádio tenha tomado esta decisão. Repudio, veementemente, essa ideia de tolher, de impedir o livre acesso de um Deputado. Que ele não ouça, não acate as ideias dos Deputados, mas impedir o livre acesso de um Deputado, isso não pode, jamais. Por isso, junto-me a Vossa Excelência para repudiar esse ato nocivo do Secretário de Saúde, Dr. Leocádio.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Obrigado, Deputado Mecias, pelo valoroso aparte de Vossa Excelência. O senhor trouxe, realmente, um esclarecimento substancial. E, eu peço a taquigrafia que incorpore a manifestação do Deputado ao meu pronunciamento. Querida, Deputado Mecias, assim como Vossa Excelência, dizer que me indigno com essa atitude do Secretário Leocádio. Quando ele faz isso com o Deputado Marcelo, está fazendo contra este Poder. Ele está afrontando as atribuições do Poder Legislativo que representa o conjunto da sociedade. E digo mais, ouvi da base governista que a saúde lá é municipalizada. Se é municipalizada, Deputado Célio Wanderley, o que tem a ver o secretário Leocádio encaminhar para cá pedidos de providências contra o Deputado Marcelo Natanael? Se isso é verdade, para mim, ele está sendo mais intimidador ainda com este Poder. Eu, assim como o Deputado Mecias, repudio veementemente essa atitude do Secretário Leocádio. Acho que é uma afronta ao Poder Legislativo Estadual. Concedo um aparte ao Deputado Gabriel Picanço.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Deputado Flamarion, eu também quero me juntar ao pronunciamento de Vossa Excelência. O Secretário Leocádio é meu amigo particular, lhe respeito muito e lamento que tenha acontecido isso. Mas, quero pedir ao Presidente da Casa, à Mesa Diretora, que comunique aos poderes, aos órgãos do Estado que o Deputado tem livre acesso em

qualquer instituição pública que chegar. No ano passado, nós fomos fazer uma visita em duas escolas, Senhor Presidente, Elza Breves, no Conjunto Cidadão, e no Centenário, na escola Antônio Carlos Casadio. A diretora dessa quis me impedir de entrar na escola, mas estávamos oficializados pela Assembleia, com a equipe da Assembleia, cinegrafistas e repórteres. Ela desconhecia a lei e disse que ia chamar a polícia para nos impedir de entrar, e chamou até advogado da educação. Então, eu queria que Vossa Excelência distribuisse uma cópia da Constituição Estadual e da Lei Orgânica da Assembleia para cada secretaria, para chegar ao conhecimento dos órgãos, porque nós vamos continuar a nossa vigilância durante o nosso mandato de Deputado Estadual. Obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua. - Obrigado, Deputado Gabriel Picanço. Incorpo também o aparte de Vossa Excelência ao meu pronunciamento.

Quero, ainda, me dirigir ao Secretário Leocádio. O Secretário Leocádio recebeu uma correspondência datada de 10/04/2013, da Megaforum Alimentos e Serviços LTDA, dizendo, de forma clara, e está protocolado, que a partir do dia 25 de abril não mais fornecerá alimentos para o hospital, porque a empresa está com quatro meses sem contrato. E, antes mesmo de findar o contrato, a empresa já estava sem receber há seis meses pelo serviço prestado, algo em torno de 900 mil reais por mês. Então, é mais um desafio para o Secretário Leocádio, porque a partir do dia 25, se não tiver um contrato, um empenho, se não houver pagamento, a empresa que abastece o sistema de saúde do Estado vai ficar sem fornecer alimentação para os pacientes. Essa é uma grande preocupação. Portanto, ao invés de o Secretário Leocádio está se preocupando com a atribuição do Parlamento, que tem o dever sublime de fiscalizar, devia resolver os problemas que envolvem a sua pasta. Obrigado.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Antes de passar a palavra ao Deputado Marcelo, quero dizer ao Deputado Flamarion que o nosso pronunciamento também foi de desagravo a isso e, que nós pedimos ao Deputado Erci de Moraes que abra o procedimento para que possamos trazer o Secretário Leocádio na Comissão, para que ele possa justificar ou apresentar provas sobre esse procedimento. Hoje, também está sendo criada uma comissão composta pelos Deputados Brito Bezerra, George Melo, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz e Soldado Sampaio para analisar e emitir parecer ao pedido de afastamento do secretário pelo Ministério Público de Contas.

Portanto, agora está nas duas comissões para que possam, o mais rápido possível, resolver esse problema com relação ao Secretário de Saúde.

Com a palavra o Deputado Marcelo Natanael, com o tempo de até 15 minutos.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael - Obrigado, Senhor Presidente. Bom-dia a todos os meus nobres colegas, as senhoras e aos senhores presentes, e aos amigos da imprensa.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o apoio dos meus colegas, inclusive na minha ausência. As notícias ruins chegam rápido, mas as boas também chegam. Mesmo estando resolvendo um problema familiar, chegaram as notícias boas de que os nobres colegas não só me defenderam, mas ao Poder Legislativo também.

Vou direcionar o meu pronunciamento ao Senhor Secretário. O Deputado Mecias citou-o como Doutor. Não sei se ele é doutor, mas até por uma questão de respeito ao Doutor Leocádio, vou chamá-lo dessa forma, até porque esse nobre parlamentar tem idade para ser filho do Secretário Leocádio. Sempre cito isso aqui. Passei cinco anos estudando as leis antes de vir para esta Casa e, não é querendo dar aulas a ele não, mas vou ler aqui o artigo segundo do Código de Ética desta Casa.

“A atividade Parlamentar será norteada pelos seguintes princípios; são sete, mas anotei apenas os quatro primeiros: Legalidade; e eu não estava cometendo nada ilegal lá quando fui fiscalizar. Democracia; sou um representante do povo de Roraima. Livre Acesso; e Representatividade; porque eu represento todo o povo roraimense quando fiscalizo a saúde.

E, o mesmo Código de Ética, no seu artigo quarto, diz expressamente, e aos que levam recados, levem ao Senhor Leocádio, mesmo assim, irei enviar uma cópia do meu pronunciamento a ele: “Na sua atividade, o Deputado presta serviço fundamental na manutenção das instituições democráticas, tendo livre acesso aos órgãos da administração direta e indireta do Estado, sem aviso prévio”. E por que será que eu tinha que fazer um aviso prévio? Talvez para fazerem uma maquiagem lá na unidade mista? Talvez para aparecer remédios

quando o parlamentar estivesse fiscalizando? Talvez para aparecer o rancho que não tinha na cozinha daquela unidade? Para maquiagem? Não vou avisar não, Senhor Leocádio.

“Sendo-lhe devida toda as informações necessárias à atividade parlamentar”.

Eu estive lá num final de semana, não encontrei nem o Diretor do Hospital, quanto mais o Secretário. O Deputado Mecias citou aqui, como outros, que essa prerrogativa não está só no Código de Ética não, está na Constituição Estadual e na Constituição Federal. E, muitos me procuraram dizendo: “olha, não meche com isso não, isso pode feder. Olha! Esse povo vai te perseguir”. E está aí, está claro, quando o Deputado Marcelo Natanael mostra a realidade, vêm representar contra o Deputado na Corregedoria, com uma denúncia dessa. Mas, quero dizer que eu devo ser uma pessoa ruim, tão arruaceiro que sou o Presidente da Comissão de Ética. Olha que ironia! E será que eu sou tão arruaceiro que meus nobres pares que estão aqui concordaram, inclusive, na minha recondução para eu permanecer na presidência da Comissão de Ética. Será que eu sou um arruaceiro a ponto dos meus colegas terem feito isso? Não Secretário Leocádio. E talvez se eu fosse bandido, ou se eu recebesse representação de Ministério Público, de Ministério Público de Contas, eu não fosse o representante. Então, a primeira providência da Casa seria a de me tirar da Comissão de Ética.

Deputados, isso é lamentável. O povo sabe porque apareceu essa denúncia contra mim. O Deputado Mecias de Jesus, no seu aparte, durante o pronunciamento do Deputado Flamarion, disse que o Secretário, quando prejudica o Parlamentar Marcelo Natanael, está tentando prejudicar também o Parlamento. O desrespeito dele, Deputado Jalser, não é só com o parlamento não, porque eu tenho condições de ter um plano de saúde, quem ele está prejudicando é o povo de Roraima com essas atitudes. Ele sabe vir aqui dizer que a saúde do interior não é de competência do Estado, mas quando é para representar contra um Deputado, o Secretário Estadual de Saúde tem competência e sabe representar. O que é isso? Não dá para entender. E não é avisando, porque eu não vou dizer os dias, mas o Conselho Regional de Medicina, um órgão sério, que tem seu presidente, que é um suplente de Senador, o Doutor Wirilândia, visitou não foi Iracema, Mucajá, Caracará não, visitou Caroebe, São Luiz, São João da Baliza e Rorainópolis e, nos outros municípios, eu também vou, e dessa vez não vou sozinho não, estou convidando e vou avisar os nobres colegas que quiserem ir, para mostrarmos ao povo de Roraima qual é a realidade da saúde no Estado. Ele tenta atingir este Poder com essas atitudes, o mesmo poder do qual todo mundo sabe que ele quer fazer parte, mas se quiser, não é prejudicando Deputado que vai fazer parte não, Secretário. Se o Senhor realmente quer fazer parte deste Poder em 2014, faça a saúde do Estado, junto com o seu Governador, funcionar, aí você vai sim, poderá fazer parte desta Casa.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Mecias de Jesus – Deputado Marcelo, quero me juntar a Vossa Excelência no discurso. Uma coisa que eu considere estranha nessa história toda é o fato do Deputado Erci de Moraes, que é o Corregedor da Casa, ter recebido, na Corregedoria, uma representação contra Vossa Excelência em função do senhor ter entrado lá.

Ora, ele deixou de estar aqui na Sessão para ouvir essa denúncia. Ele deveria conhecer o Regimento Interno da Casa, o Código de Ética, inclusive, conhecer a Resolução que criou a Corregedoria da Casa e saber que o artigo 4º, do Código de Ética, lhe dá todas essas prerrogativas. Era para o corregedor ter rejeitado de imediato essa ação, mas talvez ele queira ganhar alguma notoriedade com isso. O que eu estranho no Corregedor Erci de Moraes, é que algumas ações ele recebe e dá prosseguimento rápido, e outras ele coloca na gaveta do esquecimento. Por exemplo, contra mim, ele recebeu duas representações e, rapidamente, deu segmento. Uma movida pelo Deputado George Melo e outra pelo Deputado Rodrigo Jucá. Ele me chamou para depor e imediatamente deu prosseguimento. Mas, a que eu fiz contra o Deputado Rodrigo Jucá, ele colocou na gaveta do esquecimento e até hoje não deu em nada. Será por quê? Será que determinadas ações só funcionam com os Deputados de oposição? Com os de situação não? Acho que o Corregedor desta Casa precisa se corrigir e dar tratamento igualitário a todos os Deputados. E, eu espero que ele esteja com a caixa de som dele ligada lá sua sala, para ouvir o que eu estou dizendo, pois ele esquece dos governistas, mas os opositoristas ele castiga. O que é isso? Que Corregedor é ele? Ele precisa se corrigir. Muito obrigado, Deputado.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael continua. - Senhoras e

Senhores, para finalizar o meu discurso, quero dizer aos nobres colegas que citei que o Secretário prejudica o povo e também que recebi recado de que não era para eu mexer nisso. O recado dizia: “esquece, você vai lembrar deles e eles vão lembrar de vocês”. Eu entendi isso como uma ameaça. Mas, quero dizer que nada e nem ninguém, principalmente esses falsos moralistas, vão intimidar este nobre Parlamentar a continuar com esse trabalho. Essa Tribuna, Deputado Mecias, tem uma força que eu não tinha ideia, porque depois das minhas denúncias, se vocês olharem os noticiários, especialmente os das TVs Roraima e ATIVA, vão ver que o povo resolveu entrar na onda e todos os dias estão denunciando o caos que está a saúde do nosso Estado. E quero dizer que, antes dele se preocupar comigo, ele deveria se preocupar era com o que o povo sente no dia a dia, com o descaso que está a saúde. Meu muito obrigado a todos e um bom-dia.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Não havendo mais Orador inscrito para o Grande Expediente, passamos para Ordem do Dia: Discussão e votação, em turno único, da Mensagem Governamental de Veto nº 002/13, do veto parcial ao Projeto de Lei nº 059/12, que “Dispõe sobre a criação do Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos servidores da educação básica do Estado de Roraima (PCCREB), e dá outras providências”, de autoria governamental; da Mensagem Governamental de Veto nº 004/13, de veto total ao Projeto de Lei nº 096/11, que “Institui o Programa Estadual de Fortalecimento da Atenção Básica à Saúde, de autoria do Deputado Rodrigo Jucá; do Projeto de Lei nº 038/12, que dispõe “Sobre a realização de eventos culturais, esportivos, sociais de danças folclóricas no Estado de Roraima”, de autoria do Deputado Brito Bezerra; da Proposta de Moção de Repúdio nº 015/13, ao Secretário de Estado de Saúde, em face dos atos perpetrados contra o Deputado Marcelo Natanael e este Poder, ao tentar impedir que o referido Deputado tenha acesso aos órgãos públicos, de autoria do Deputado Brito Bezerra; da Moção de Pesar nº 012/13, aos familiares da Senhora Valcira Figueira da Silva, pelo seu falecimento ocorrido no dia seis do corrente; da Moção de Pesar nº 013/13, aos familiares da Senhora Rita Ramello, Irmã da Congregação Consolata, pelo seu falecimento ocorrido dia cinco do corrente e, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 004/13, que “dispõe sobre a revisão dos vencimentos e proventos dos servidores públicos ativos e inativos do Poder Judiciário do Estado de Roraima para o ano de 2013, e dá outras providências”, de autoria do Tribunal de Justiça.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões em conjunto possam analisar e emitir Parecer ao Projeto de Lei nº 004/13.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário (Gabriel Picanço) – Senhor Presidente, há quorum regimental para deliberarmos a Ordem do Dia.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Havendo quorum, dou por reaberta a sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Proposta de Moção de Repúdio nº 015/13.

O Senhor Primeiro Secretário (Gabriel Picanço) - Lida a Moção de pesar nº 015/13.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão a Moção de Pesar nº 015/13.

O Senhor Deputado Brito Bezerra pede Questão de Ordem - Senhor Presidente, esse requerimento se deve ao ato abusivo do Secretário de Saúde que, de maneira insistente, quer cercar o direito parlamentar que nós temos, ou seja, o livre acesso aos órgãos públicos. Os Deputados Sampaio, Dhiego Coelho e eu estivemos uma vez lá no Hospital Geral e fomos quase que expulsos. Se não fossemos, Deputado Ivo Som, corajosos, o Secretário teria nos expulsado do hospital Geral, quando fomos convidados a assistir à realidade dos pacientes que estavam naquele hospital.

Então, mais uma vez se repete esse ato contra um parlamentar desta Casa, contra o Deputado Marcelo Natanael. Nós fomos também, Deputado Jalser Renier, aqui nesta Casa, ouvidos pela Corregedoria porque fomos lá no hospital, por conta de que nós, na obrigação e no dever de parlamentar, fizemos o nosso papel. E, nesta ocasião, eu gostaria de ressaltar aqui, e gostaria que todos os Deputados ouvissem o que o Secretário de Estado da Saúde disse: “Aqui não é a casa da mãe Joana. A casa da mãe Joana é lá, aonde vocês estão. Por que não filmam lá?” Ele chamou este Poder, esta Casa de mãe Joana. Isso está gravado, Vossa Excelência assistiu comigo lá na presidência. Nós vamos

aceitar atitudes dessa natureza de secretários de Estado que têm que respeitar esta Casa e, acima de tudo, honrar o compromisso que é feito com o povo deste Estado. Peço a Vossa Excelência que vote a favor dessa Moção de Repúdio contra essa atitude e que, exemplarmente, os demais, a exemplo dessa Moção de Repúdio, não repitam atos dessa natureza.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Infelizmente, o Secretário não sabe o significado da expressão “casa da mãe Joana”, porque se ele soubesse, esse hospital estaria funcionando a toque de caixa.

Continua em discussão o Requerimento.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede Questão de Ordem – Todos os Deputados presentes assinaram a Moção de Repúdio?

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – 9 Deputados assinaram.

O Senhor Deputado Jalser Renier – Senhor Deputado Sampaio, o Requerimento só pode ser assinado pelo parlamentar, somente uma vez, ou seja, uma só assinatura.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – A minha pergunta é exatamente essa, porque se houver entendimento nesta Casa, teremos uma votação simbólica. Se houver divergência, há destaque na votação do Requerimento. Eu queria saber qual o Deputado que vota contra si mesmo no exercício de sua função?

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Colocamos em votação simbólica, se acatam ou não o Requerimento do Deputado Soldado Sampaio.

Não houve nenhum Deputado que votou contra. Está aprovado o Requerimento.

Em votação a Moção de Repúdio nº 015/2013, contra o Secretário de Saúde.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede Justificativa de Voto – Senhor Presidente, pelo pleno exercício da função, é dever de cada Parlamentar da bancada de oposição votar sim. Por isso, a nossa orientação é sim.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Dou por aprovada a Moção de Repúdio nº 015/2013.

Coloco em discussão a Moção de Pesar à Senhora Valcira Figueira da Silva, ocorrido no dia 06 do corrente, nesta cidade.

Em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovada.

Coloco em discussão a Moção de Pesar nº 013/13, pelo falecimento da Senhora Rita Ramelo, mais conhecida como Irmã Rita, da Congregação Nossa Senhora da Consolata, ocorrido no dia 05 do corrente, nesta cidade.

Não havendo nenhum Deputado que queira discutir, coloco em votação a Moção de Pesar. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovada.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Mensagem Governamental de Veto ao Projeto nº 026/2011.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Lida a Mensagem Governamental de Veto ao Projeto nº 026/2011.

O Senhor Deputado Jalser Renier pede Questão de Ordem. - Em razão de já termos ultrapassado, o meio-dia, gostaria de requerer a Vossa Excelência, verbalmente, a prorrogação da Sessão pelo tempo necessário.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Está prorrogada a Sessão. Em discussão a Mensagem Governamental de Veto ao Projeto nº 026/2011.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhor Presidente, eu gostaria de saber, à época em que foi aprovado esse projeto, quantos votos ele obteve pela aprovação? É possível saber? Eu queria me inteirar se votei sim, para que eu possa tomar minha decisão.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Nós temos aqui 16 Deputados. Eu sempre tenho chamado a atenção dos Senhores Deputados para quando votarem esse tipo de projeto.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, eu acredito que tanto o autor do projeto, Deputado Rodrigo Jucá, como também, se não me engano, eu, tenho quatro emendas nesse projeto. Nós temos clareza que está se criando despesas para o Executivo. Isso está claro. Agora, havia uma expectativa junto ao Executivo de receber esse projeto e sancioná-lo. Infelizmente, o Senhor Governador tem todo o mecanismo legal. A Assessoria Jurídica da Casa fundamentou o porquê do veto, que cria realmente despesa. Mas, ficou o recado dado pelo Ex-deputado Rodrigo Jucá, por mim, e pela maioria dos Deputados que votaram sim, quanto à necessidade de fortalecermos a saúde básica do nosso Estado. Esse projeto criaria um auxílio

financeiro, principalmente para estruturar os pólos dos agentes de saúde nos bairros, no sentido de propiciar essas equipes de saúde a fazer seu trabalho no dia a dia, com mais mecanismos. É claro que prevê a criação de uma bolsa, como incentivo a esses trabalhadores que estão aí, de porta em porta, inclusive, nas nossas casas, acompanhando o avançar da dengue, da febre amarela e de outras doenças, que têm que ter o controle permanente no nosso Estado.

Então, foi dado o recado por parte desta Casa ao Chefe do Executivo. Cabe a ele, agora, se sensibilizar junto ao seu secretariado e encaminhar para esta Casa um Projeto de Lei que, valorize esses trabalhadores que estão ganhando um salário de miséria. Nós entendemos a ilegalidade no tocante à constitucionalidade do projeto, por criar despesa para o Executivo e por não ter um amparo legal. Mas, fica registrado a nossa preocupação em fortalecer a saúde básica do nosso Estado, para valorizarmos essa área.

O Senhor Deputado George Melo – Senhor Presidente, mesmo fazendo uma avaliação de que há uma necessidade, nós temos a Constituição. O Poder Legislativo não pode criar despesas. Então, isso não foi observado. E, eu entendo que nós temos que seguir a lei, senão, esta será a Casa do achismo. Eu acho que foi um erro detectado à frente. Nós entendemos que essas pessoas precisam de uma melhoria salarial, mas não podemos, mesmo com essa nossa forte vontade de ajudá-los, passar por cima da lei. Então, se nós entendermos que este é um Poder Legislativo que faz leis com as limitações de não criar despesas, não vejo como podermos aprovar um projeto desses. Eu acho que é preciso que nós façamos o Governador entender que os funcionários precisam de uma melhoria salarial, mas não fazendo esse tipo de coisa. Por isso, eu entendo que esse projeto é inconstitucional.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Em votação. A votação será eletrônica e secreta. votando sim, os senhores Deputados estarão aprovando o veto total e, votando não, estarão rejeitando a matéria.

Coloco em votação a Mensagem Governamental de Veto ao Projeto nº 026/2011.

O Senhor Deputado Célio Wanderley pede Justificativa de Voto. – Encaminho a votação pela manutenção do veto.

O Senhor Deputado Jalser Renier pede Justificativa de voto – Senhor Presidente, eu vou votar favorável ao projeto do Deputado Rodrigo Jucá por uma única razão, ou seja, pela razão já exposta por Vossa Excelência. E, Vossa Excelência já abriu os olhos desta Casa. Quando o projeto é apresentado, todos os Deputados votam favorável, mesmo sabendo que a matéria é inconstitucional. Eu tenho absoluta convicção que o projeto do Deputado Rodrigo é inconstitucional, mas a Comissão de Justiça, à época, teria que ter arquivado o projeto do Deputado. O Plenário teria que ter rejeitado o projeto do Deputado. Agora, numa votação secreta, porque é passível de veto, eu vou votar com o projeto, com a proposta do parlamentar.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço pede Justificativa de Voto – Senhor Presidente, eu também quero acompanhar a linha de raciocínio do deputado Jalser. Eu votei a favor desse projeto e todos os projetos que eu voto a favor, vou continuar votando, seja para derrubar veto, ou não. Eu gostaria que os colegas também votassem a favor, pelo fato do Deputado não estar presente para defender o projeto. Acho que isso é injusto e nós temos que colocar os carros nos trilhos. Obrigado.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus pede Justificativa de Voto – Senhor Presidente, estou na mesma linha de pensamento do Deputado Jalser e do Deputado Gabriel. Aqui, eu não vejo cor partidária, vejo a presença da Assembleia Legislativa. Eu só gostaria que este comportamento fosse adotado por todos os Deputados, não só pelo ex-Deputado Rodrigo Jucá. Eu vou votar para derrubar o veto, porque nós votamos favorável. Nós temos que ter consciência daquilo que fazemos. Agora, isso deve vale para os Deputados de situação e de oposição, pois esta Casa tem que manter sua opinião. Vou votar para derrubar o veto, não apenas em função do Deputado Rodrigo Jucá estar ou não presente, mas porque esta Casa votou favorável por acreditar na época que o projeto era correto. Não podemos, agora, pela ausência dele, votar para derrubar o veto. Então, que esta Casa mantenha esse mesmo pensamento com relação a todos os Deputados, não só com relação aos Deputados governistas.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Sempre chamei a atenção dos Senhores Deputados para não votarem projetos dessa natureza. Com a palavra o Deputado Ivo para justificar seu voto.

O Senhor Deputado Ivo Som pede Justificativa de Voto. - Eu não tenho dúvida que esta Casa é soberana. E, concordo plenamente com o que o Deputado Jalser falou. Se você vota a favor do projeto de

um parlamentar, no outro dia, o que você fez, você vai desfazer? Quero deixar bem claro para o Deputado Mecias que o Deputado Rodrigo não está aqui, mas estou eu para representá-lo, e peço respeito para com o Parlamentar ausente, esteja ele nesta Casa, ou não. E, até se não fosse Deputado, como fiquei dois anos sem mandato, se fosse um ex-parlamentar, ainda assim teria que ser respeitada a vontade soberana desta Casa, porque foi aprovado na execução do seu mandato. Por conta disso, jamais poderia votar contra esta Casa e muito menos ainda contra uma pessoa que me confiou o seu mandato. Mais ainda por obrigação, voto e vou acompanhar o veto do Eminentíssimo Deputado Rodrigo Jucá, porque à época foi aceito por esta Casa.

O Senhor Deputado Célio Wanderley pede Justificativa de Voto. - Lamento que ocorra este tipo de situação nesta Casa. Estou há 23 anos aqui e desde o primeiro ano de mandato, estou cansado de votar os projetos dos colegas. A quem cabe dizer sobre a inconstitucionalidade do projeto, é à Assessoria Jurídica, e não ao Deputado. Quando chega aqui o projeto aprovado pelas comissões sem ser vetado, votamos acreditando naquilo que concordamos. No momento que a Assessoria Jurídica falha, nós não podemos agir diferente. Eu já vi colegas que, mesmo com a Assessoria Jurídica aqui dando parecer contrário, recorrem ao plenário, derrubam o parecer e aprovam o projeto. Então, essa é uma questão discutível, porque muitas vezes votamos num projeto para prestigiar o colega. Se tiver alguma irregularidade no projeto, aí se derruba ou se mantém o veto, pois estou vendo aqui muita santidade para pouco santo.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael pede Justificativa de Voto – Senhor Presidente, tenho o costume, até por ser da área jurídica, de não votar em nenhum projeto inconstitucional. Eu extrapolei os limites em um projeto que Vossa Excelência colocou aqui, sobre a efetivação dos servidores, mesmo sendo inconstitucional, pois era uma questão de sobrevida dos servidores; uma questão de humanidade. Aproveito para lembrá-los, mais uma vez, que era por causa nobre, por isso eu votei, mesmo sabendo que era um projeto inconstitucional. E, pelo cooperativismo que há dentro desta Casa, vou adotar a postura do Deputado Jalser, do Deputado Mecias e dos demais colegas, e votar para derrubar esse veto.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – O projeto recebeu 11 sim e 5 não. Está mantido o Veto Governamental.

Gostaria de comunicar aos Senhores Deputados que os Deputados Jânio Xingu, Ionilson Sampaio, Erci de Moraes, Francisco de Assis Oliveira e Francisca Aurelina encontram-se viajando para fora do Estado.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 038/2012.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Lido o Projeto de Lei nº 038/12.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão o Projeto de Lei nº 038/2012.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, este projeto dispõe sobre a realização de eventos culturais, esportivos, sociais e danças folclóricas no Estado de Roraima, e dá outras

providências. Vejam bem, este Projeto de Lei vai institucionalizar o calendário de turismo no Estado de Roraima. A partir deste projeto de lei aprovado, a Secretaria de Cultura estará apta a inscrever os eventos turísticos do Estado, a colocar no calendário e buscar recursos no Ministério do Turismo, no Ministério da Cultura. O Deputado Sampaio já está, assim como eu, buscando uma audiência pública no ministério da cultura e do turismo. E, eles vão disponibilizar recursos para formatarmos o calendário turístico do Estado, divulgarmos em estados vizinhos e até em outros países. Mas, para formatar, nós precisamos do calendário turístico institucionalizado e que as prefeituras digam quais são as suas atividades turísticas para colocarmos no calendário, formatando e divulgando. Então, eu peço aqui, de Vossas Excelências, que votem a favor do calendário turístico que eu irei buscar os recursos necessários em Brasília para que possamos institucionalizar e dar ciência aos outros Estados das potencialidades turísticas do nosso Estado. Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em votação o Projeto nº 038/12.

A votação será nominal e eletrônica. Votando sim, os Senhores Deputados aprovam a matéria; votando não, rejeitam o projeto do Deputado Brito.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – A oposição orienta votarem sim, Senhor Presidente, pela aprovação do projeto.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 038/12, por 14 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Informo aos Senhores Deputados que a Mensagem Governamental de Veto nº 002/13 foi encaminhada à Assessoria Jurídica e que, o Projeto de Lei Complementar nº 004/13, fica transferido para a pauta da Ordem do Dia da Próxima Sessão

Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhor Presidente, minhas Explicações Pessoais é para comunicar aos Deputados Aurelina Medeiros, Ionilson Sampaio e Marcelo Natanael a suspensão da reunião que ocorreria às 15:00h, para ouvir a Presidente da CERR, Senhora Conceição Escobar, devido alguns membros da comissão estarem de resolução.

O Senhor Deputado Ivo Som – Senhor Presidente, agradeço a presença em Plenário do Presidente da Câmara de Vereadores de Iracema, Vereador Antônio Marques.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz - Eu gostaria de convocar o Deputado Célio e o Deputado Gabriel para que possamos reunir a Comissão de Educação, tão logo encerre a nossa Sessão aqui.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) - Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 17, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: Ângela Águida Portella, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chico Guerra, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ivo Som, Jalser Renier, Jânio Xingu, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai e Soldado Sampaio. Aprovada Ata Sucinta em: 17/04/2013



ASSEMBLEIA
Cidadã

LEVANDO CIDADANIA A QUEM PRECISA

APROXIMANDO O PODER
LEGISLATIVO DA POPULAÇÃO.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA

A Força do Povo

A Força do Povo
DO ESTADO DE RORAIMA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, Nº 202, CENTRO

